

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: UM OLHAR SOBRE A HUMANIDADE

VOLUME VII



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Frederico Celestino Barbosa

Pesquisa e Desenvolvimento: um olhar sobre a humanidade

7ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

7ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico Celestino
B238P Pesquisa e Desenvolvimento: um olhar sobre a humanidade
/ Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2022

174 f.: il

DOI: 10.37423/2022.edcl418

ISBN: 978-65-5367-083-9

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. ciências-humanas 2. sociedade 3. complexidades-da-sociedade I. Barbosa, Frederico Celestino II.
Título

CDU: 30

<https://doi.org/10.37423/2022.edcl418>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

Dr. João Luís Ribeiro Ulhôa

Dra. Eyde Cristianne Saraiva-Bonatto

MSc. Frederico Celestino Barbosa

MSc. Carlos Eduardo de Oliveira Gontijo

MSc. Plínio Ferreira Pires

Editora Conhecimento Livre

Piracanjuba-GO

2022

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	6
ESTUDO INTERDISCIPLINAR NO DIÁLOGO ENTRE A QUÍMICA, AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	
Telma Lúcia de Araújo Silva	
Paulo Erick de Lima Santos	
Maciel Marílio do Nascimento	
Ana Luiza da Silva	
Tânia Maria Sarmiento da Silva	
Guilherme Rocha Moreira	
Jorge Luiz Schirmer de Mattos	
Moacyr Cunha Filho	
DOI 10.37423/220105288	
 CAPÍTULO 2	 13
INTERFACES ENTRE QUÍMICA E MEIO AMBIENTE: ESTUDO REALIZADO EM MUNICÍPIO DO SEMIÁRIDO POTIGUAR BRASILEIRO	
Telma Lúcia de Araújo Silva	
Paulo Erick de Lima Santos	
Maciel Marílio do Nascimento	
Ana Luiza da Silva	
Tânia Maria Sarmiento da Silva	
Guilherme Rocha Moreira	
Jorge Luiz Schirmer de Mattos	
Moacyr Cunha Filho	
DOI 10.37423/220105289	
 CAPÍTULO 3	 19
AULAS DE CAMPO PÓS PANDEMIA: VIVÊNCIA EXPERIMENTADA NO BRASIL POR CURSO DE DOUTORADO INTERDISCIPLINAR	
Telma Lúcia de Araújo Silva	
Ana Luiza da Silva	
Maciel Marílio do Nascimento	
Guilherme Rocha Moreira	
Jorge Luiz Schirmer de Mattos	
Moacyr Cunha Filho	
DOI 10.37423/220105290	

CAPÍTULO 4	27
OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DE PUÉRPERAS DURANTE O PERÍODO DO ISOLAMENTO SOCIAL CAUSADO PELO SARS-COV2	
Carina Scanoni Maia	
Débora Albuquerque dos Santos	
Brenda Cândido Amâncio	
Ríllary Monteiro de Almeida Silva	
DOI 10.37423/220205318	
CAPÍTULO 5	36
UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS DOS QUILOMBOLAS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19	
Cláudia Marília França Lima	
Maria Luiza Vargas Rocha	
Bruno Barbosa da Silva	
Juliano Braga	
DOI 10.37423/220205347	
CAPÍTULO 6	48
ANÁLISE DOS IMPACTOS E BENEFÍCIOS DO USO DE JOGOS LÚDICOS EM AULAS DE BIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA AMAZONENSE	
Elaine de Oliveira	
Ana Lúcia Soares Machado	
Daniel Nascimento-e-Silva	
DOI 10.37423/220205364	
CAPÍTULO 7	65
ALTA MODA BRASILEIRA ENQUANTO ORGANIZAÇÃO: UM OLHAR PELA PERSPECTIVA DA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	
Vicky Lamberts	
Silene Seibel	
Icleia Silveira	
Lucas Da Rosa	
Daniela Novelli	
DOI 10.37423/220205369	
CAPÍTULO 8	89
A PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NO COMBATE AO ISOLAMENTO SOCIAL DO IDOSO: A EXPERIÊNCIA DO GRUPO BEM VIVER NO SESC DOCA / PA	
LEONARDO DOS SANTOS CORREA	
ALINE PINHEIRO CORREIA	
ANA KAROLINA LIMA DE MENDONÇA	
DOI 10.37423/220205397	

CAPÍTULO 9	113
AS POSSIBILIDADES DE SE TRABALHAR O RACISMO NA ESCOLA: INTERVENÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR	
Inaiana Costa Gama	
Jakson Luis Galdino Dourado	
Maiara Pessoa Bispo	
Joana Grazziele Bomfim Ribeiro	
DOI 10.37423/220205417	
CAPÍTULO 10	121
DESENVOLVIMENTO DE FOTOPROTETOR A BASE DE ÓLEO ESSENCIAL DE HORTELÃ-PIMENTA (MENTHA PIPERITA) E ANÁLISE PRELIMINAR DE ESTABILIDADE	
Liliane Bezerra Tributino Simião	
Valciere Gonzaga da Silva Cristiano	
Igor Prado de Barros Lima	
DOI 10.37423/220205418	
CAPÍTULO 11	141
A INFLUENCIA DOS JOGOS ELETRÔNICOS ONLINE NO DESENVOLVIMENTO DO ADOLESCENTE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
Luciane Assunção Martins	
Beatriz Regina Paiva Brandão	
Camila de Cássia Menezes Araújo	
Sylvio Allan Rocha Moreira	
DOI 10.37423/220305493	
CAPÍTULO 12	164
UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA: ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COM AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA (PSR)	
Yara Aguiar Guimarães	
Ana Helena Araújo Bomfim Queiroz	
Alexsandra Maria Sousa Silva	
DOI 10.37423/220305559	

Capítulo 1



10.37423/220105288

ESTUDO INTERDISCIPLINAR NO DIÁLOGO ENTRE A QUÍMICA, AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Telma Lúcia de Araújo Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Paulo Erick de Lima Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maciel Marílio do Nascimento

Universidade Potiguar

Ana Luiza da Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Tânia Maria Sarmiento da Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Guilherme Rocha Moreira

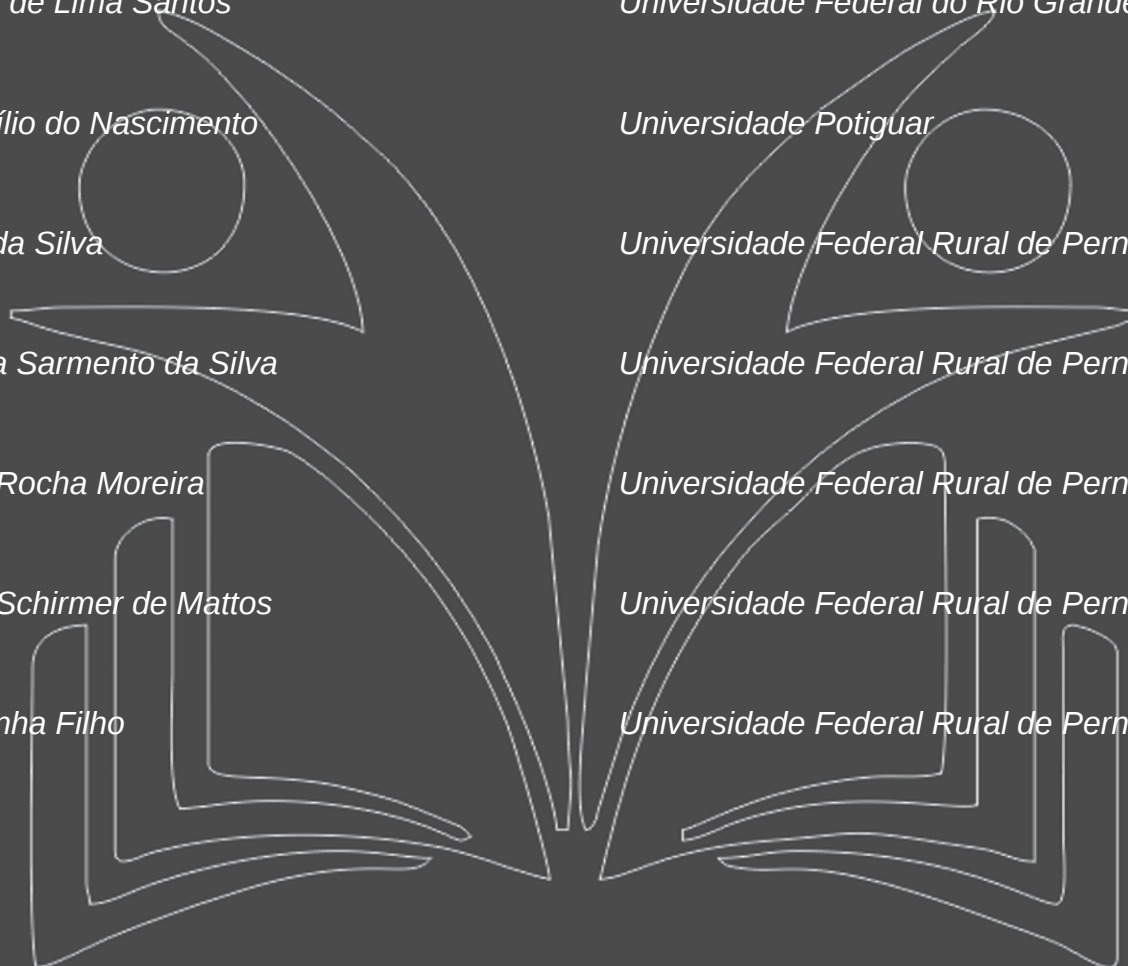
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Jorge Luiz Schirmer de Mattos

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Moacyr Cunha Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco



Resumo: Este trabalho apresenta os resultados alcançados durante uma pesquisa realizada no rio Jacu, em trecho urbano na cidade de passagem-RN. O presente estudo compõe um conjunto de procedimentos que almeja diagnosticar a situação atual do rio e promover por meio desta, um diagnóstico dos impactos socioambientais gerados neste reservatório superficial e no território ao qual ele sofre influência. Para isto, fez-se necessário inicialmente a caracterização dele através dos principais parâmetros físicos. A pesquisa teve duração de oito meses, iniciando em outubro de 2018 e sendo concluída em julho de 2019. As amostras foram coletadas pouco antes do amanhecer em dois pontos do rio, sendo um à montante (Ponto 1) e outro à jusante (Ponto 2). Nesta pesquisa foram realizadas análises dos seguintes parâmetros: Sólidos Totais Dissolvidos (STD), Turbidez e Condutividade Elétrica. Os parâmetros estabelecidos na pesquisa tiveram como referência a resolução Conama nº 357 de 17 de março de 2005, que determinam os padrões para a qualidade que os corpos superficiais de água devem apresentar nas mais diferentes modalidades de uso e a normativa estabelecida pela Portaria 2914/2011 do Ministério da Saúde por meio da vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano. Os resultados obtidos foram confrontados com o padrão previsto pela resolução, e assim foi possível observar, de forma preliminar, que alguns dos parâmetros analisados, encontram-se fora do previsto em legislação.

Palavras-chave: Parâmetros físicos; Reservatório superficial; Caracterização física.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresentará uma parte integrante de uma série de análises físico-químicas aplicadas para a caracterização do rio para a composição futura de um diagnóstico socioambiental. Para a realização do diagnóstico socioambiental do rio Jacu é de fundamental importância a caracterização deste, buscando para isto a aplicação de análises por meio de parâmetros físico e químicos. Estão presentes neste resumo os resultados dos parâmetros físicos: Sólidos Totais Dissolvidos (STD), Turbidez e Condutividade Elétrica.

Objetiva-se com este trabalho realizar a caracterização do rio em estudo por meio de parâmetros físicos afim de avaliar a qualidade atual dele, e desta forma diagnosticar se o rio em estudo vem sofrendo impactos antrópicos ao longo do seu curso no município de Passagem-RN.

METODOLOGIA

Na fase de observação da área de estudo foram selecionados dois pontos de coleta de amostras no rio em estudo. Sendo um ponto à montante e outro à jusante do rio, sendo estas as áreas de coleta denominados de ponto 1 e ponto 2, respectivamente. O ponto 1 está situado em um trecho de chegada do rio na cidade, enquanto o ponto 2 está localizado em uma região central do rio durante o seu percurso no município.

As coletas tiveram duração de oito meses, iniciando em outubro de 2018 e sendo concluídas em junho de 2019, realizadas quinzenalmente sempre antes do amanhecer. As análises foram realizadas nos laboratórios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, IFRN Campus Nova, sempre em triplicatas e os resultados fornecidos a partir da média da pesquisa feita para cada parâmetro.

A Condutividade Elétrica foi determinada por meio de condutímetro de bancada da marca Mca-150, e os resultados fornecidos em unidades mS/cm.

Para a determinação do parâmetro Sólidos Totais Dissolvidos foi utilizado o mesmo equipamento da determinação de Condutividade Elétrica. A unidade para STD foi dada em ppm (partes por milhão).

A turbidez da amostra foi determinada pelo equipamento de bancada turbidímetro digital da marca HACH, modelo 2100 N. Os resultados foram fornecidos em UNT (unidade nefelométrica de turbidez).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todos os resultados alcançados foram confrontados com as legislações vigentes no país aos quais corresponde a resolução Conama nº 357, de 17 de março de 2005 que “dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes e dá outras providências” (BRASIL, 2005) e a normativa estabelecida pela Portaria 2914/2011 do Ministério da Saúde por meio da vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano (BRASIL, 2011).

Conforme observado na Figura 1, os resultados obtidos para Condutividade Elétrica mostram que do mês de outubro de 2018 (AN1) até o mês de janeiro e fevereiro de 2019 AN4 e AN5 respectivamente, os resultados tiveram comportamento de crescimento até atingir o pico em janeiro e fevereiro. Posteriormente os resultados apresentam tendência de queda seguido de estabilização dos valores obtidos.

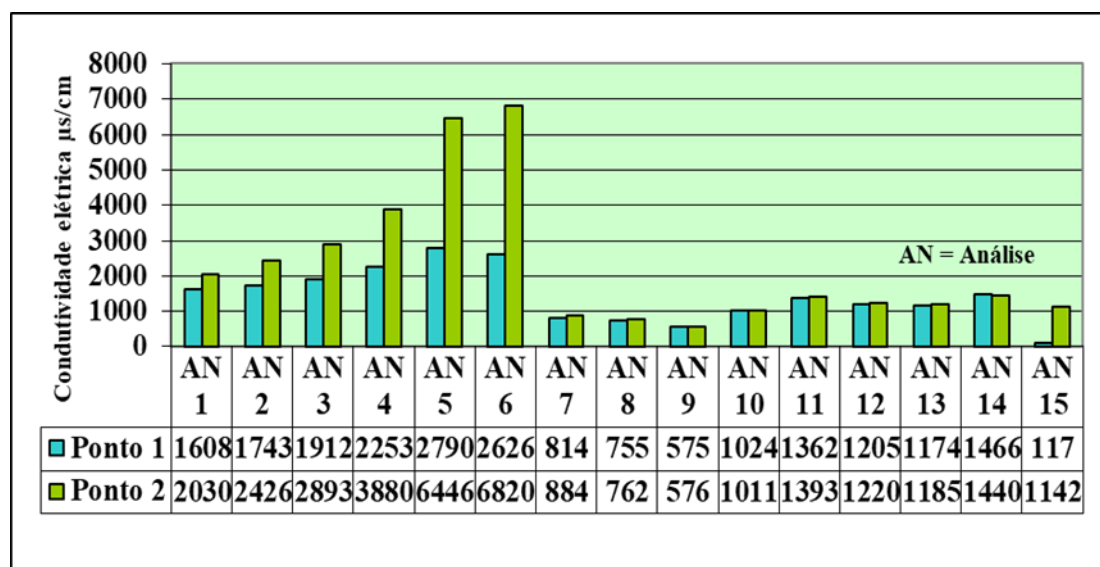


Figura 1: Resultados das análises de Condutividade Elétrica.

Os resultados apresentados para Sólidos Totais Dissolvidos, na Figura 2, revelam que este parâmetro apresentou o mesmo comportamento observado na Condutividade Elétrica, seguindo uma tendência de crescimento nos valores obtidos de outubro de 2018 a fevereiro de 2019 e posteriormente adquirindo uma tendência de queda e estabilização nos resultados.

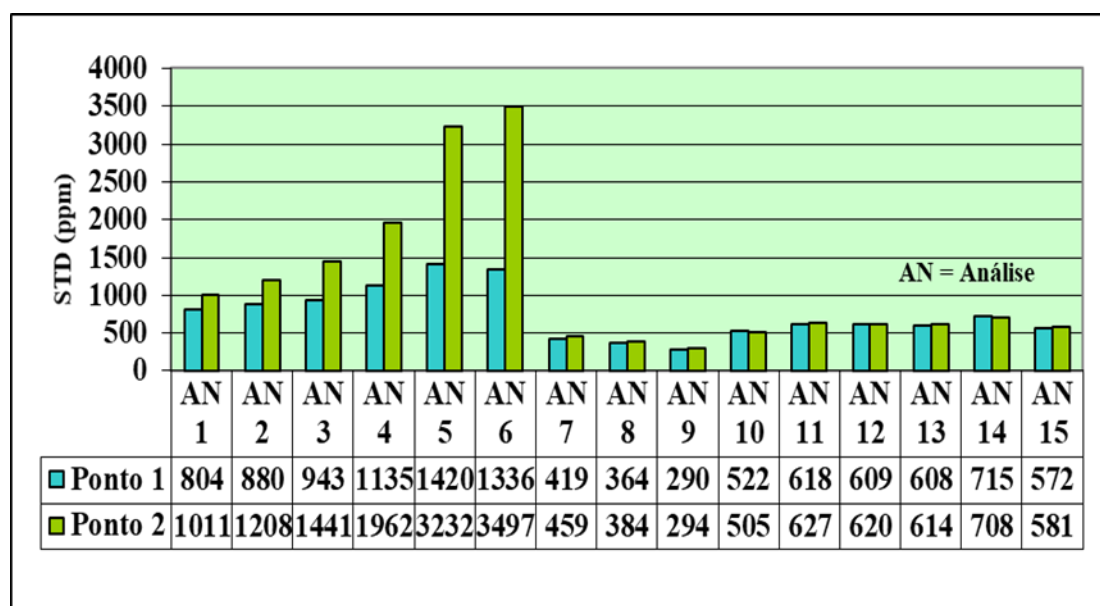


Figura 2: Resultados das análises de Sólidos Totais Dissolvidos

Assim como nos resultados anteriores, a Turbidez, conforme aparece na Figura 3, apresentou o mesmo comportamento. Seguindo tendência de elevação nos valores obtidos de outubro de 2018 (AN1), até atingir o pico em janeiro e fevereiro de 2019, AN5 e AN6, respectivamente. E posteriormente seguindo tendência de queda nos valores alcançados.

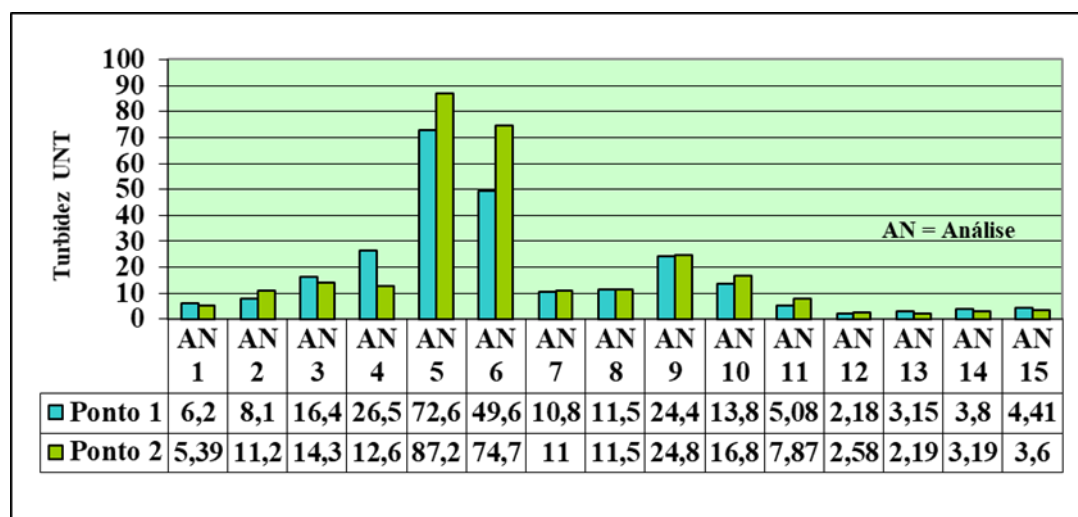


Figura 3: Resultados das análises de Turbidez

CONCLUSÕES

Conforme os dados apresentados, é possível observar que em quase todo o período de monitoramento, coleta e análises, os valores obtidos para o Ponto 2 foram sempre maiores que os observados para o Ponto 1. Isto se deve, provavelmente, pelo fato do ponto 2 está localizado em uma

região à jusante ao rio que indica que este rio é receptor de efluentes domésticos. Com isto os resultados obtidos revelam que os parâmetros analisados em parte tiveram influências de causas antrópicas, podendo concluir que o rio em estudo vem sofrendo impactos devido a intervenção da ação humana.

Além das causas antrópicas o rio em estudo também sofre influência de causas naturais. Vale salientar que o comportamento das análises realizados para os três parâmetros físicos apontam tendência de elevação nos valores partindo do mês de outubro/2018 ao mês de janeiro/2019 e fevereiro/2019 e decaindo posteriormente até o mês de junho/2019. Isto se deve ao município onde o rio está localizado pertencer a região Semiárida, e que os valores obtidos estão diretamente ligados ao comportamento pluviométrico da região. Sendo os parâmetros físicos apresentados em maior concentração nos períodos de estiagem e os valores de menor concentração em períodos chuvosos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conama. Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. Diário Oficial da União. Brasília, n. 053, p. 58-63, 18 mar. 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 2.914, de 12 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de dezembro de 2011.

SILVA, Telma Lúcia de Araújo. Diagnóstico Ambiental de Imóveis Rurais de Passagem-RN. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Uso Sustentável de Recursos Naturais) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

Capítulo 2



10.37423/220105289

INTERFACES ENTRE QUÍMICA E MEIO AMBIENTE: ESTUDO REALIZADO EM MUNICÍPIO DO SEMIÁRIDO POTIGUAR BRASILEIRO

Telma Lúcia de Araújo Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Paulo Erick de Lima Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maciel Marílio do Nascimento

Universidade Potiguar

Ana Luiza da Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Tânia Maria Sarmiento da Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Guilherme Rocha Moreira

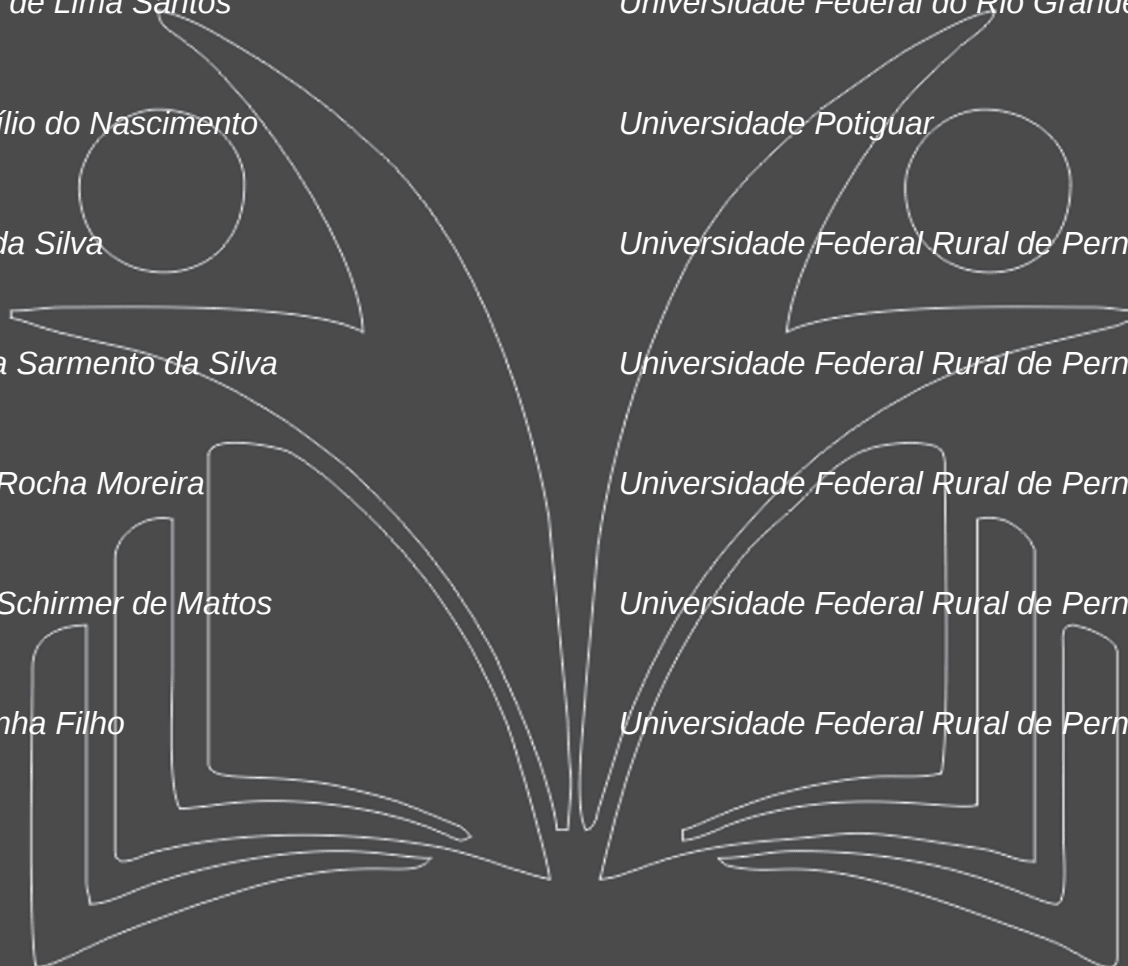
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Jorge Luiz Schirmer de Mattos

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Moacyr Cunha Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco



Resumo: O surgimento do município de Passagem-RN apresenta forte ligação com a existência do rio Jacu na região onde a cidade está localizada. Seu desenvolvimento se deu em parte sob forte influência desse recurso hídrico naquele território. Seja pelos fatores sociais, ambientais, culturais ou econômicos, o rio Jacu desempenha importante relevância na história deste município. Partindo da sua importância, observou-se a necessidade da realização de um estudo com o objetivo avaliar as condições atuais em que o rio se encontra e assim diagnosticar possíveis impactos provindos de causas antrópicas ou naturais. Para a execução deste trabalho foi utilizado como recurso metodológico a caracterização física e química da água do rio Jacu, uma vez que este método é fundamental para a avaliação da qualidade de um recurso hídrico. Inicialmente foram selecionados 2 pontos para coleta das amostras, sendo um ponto à montante do rio (ponto 1) e outro à jusante (ponto 2). As coletas e análises das amostras ocorreram quinzenalmente num período de oito meses, com início em outubro de 2018 e conclusão em junho de 2019. Entre os parâmetros estudados, estão, os pertinentes a este trabalho, Oxigênio Dissolvido e pH, sendo estas análises realizadas in loco e laboratório, respectivamente. Os valores obtidos foram confrontados com os padrões estabelecidos pela resolução Conama 357/05 que dispõe sobre a classificação e enquadramento dos corpos de água. Diante dos resultados alcançados foi possível diagnosticar que o rio Jacu na área delimitada do estudo vem sofrendo impactos devido a causas antrópicas em seu percurso pelo município.

Palavras-chave: Parâmetros químicos; Diagnóstico socioambiental; Reservatório superficial.

INTRODUÇÃO

Desde a sua fundação o município de Passagem se desenvolveu sobre forte influência do rio Jacu, portanto sua história está diretamente ligada a passagem deste rio no seu território (SILVA, 2018). Seja por fatores culturais, ambientais, sociais ou econômicos, o rio Jacu apresenta grande relevância para o município de Passagem, culminando desta forma na necessidade de cuidado e preservação por parte da comunidade ao qual ele está inserido.

Neste contexto surgiu a necessidade da realização de um estudo, ora inédito, buscando avaliar a qualidade das águas do rio Jacu no trecho urbano do município de Passagem-RN, e desta forma descrever a situação atual deste reservatório superficial por meio de um futuro diagnóstico socioambiental.

Este trabalho apresentará uma parte integrante de uma série de análises físico-químicas aplicadas a caracterização do rio para a composição futura de um diagnóstico socioambiental. Para a realização do diagnóstico socioambiental do rio Jacu é de fundamental importância a caracterização deste, buscando para isto a aplicação de análises por meio de parâmetros físico e químicos. Estão presentes neste resumo os resultados dos parâmetros químicos: Oxigênio Dissolvido e Potencial hidrogeniônico (pH).

Os parâmetros químicos, assim como os físicos e ecotoxicológicos são fundamentais para a caracterização de corpos hídricos (GRANJEIRO, 2009). Por meio da caracterização é possível quantificar e identificar a presença de elementos e espécies iônicas na amostra e desta forma associar suas características a possíveis causas naturais ou antrópicas (EMBRAPA, 2011).

Objetiva-se com este trabalho realizar a caracterização do rio em estudo por meio de parâmetros químicos afim de avaliar a qualidade atual dele, e desta forma diagnosticar se o rio em estudo vem sofrendo impactos antrópicos.

METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho, foram selecionados 2 pontos do rio em sua passagem no perímetro urbano do município, sendo um desses ponto à montante e outro à jusante. O ponto à montante está localizado em uma área próximo a chegada do rio na cidade e a este foi denominado ponto 1. O ponto à jusante está localizado em uma área mais próximo do centro da cidade, onde ocorre descarga de matérias orgânicas, a este foi denominado ponto 2.

As coletas das amostras ocorreram durante 8 meses, com início em outubro de 2018, e conclusão em julho de 2019, com intervalos de 15 dias, sempre antes do amanhecer. Todas as coletas e manuseio foram realizadas obedecendo ao manual de procedimentos de amostragem e análise físico-química de água. (EMBRAPA, 2011).

Após a coleta, as amostras eram armazenadas em caixas térmicas para preservação da temperatura e conduzidas aos laboratórios de físico-química e química analítica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Campus Nova Cruz. A caracterização das águas do rio Jacu foi realizada por meio parâmetros físico-químicos através de análises *in loco* e laboratoriais.

Os parâmetros aplicados a caracterização do rio em estudo correspondem a Oxigênio Dissolvido, Potencial Hidrogeniônico (pH), Dureza Total, Teor de Cloreto, Sólidos Totais Dissolvidos (STD), Condutividade Elétrica e Turbidez. Porém, os pertinentes a este trabalho são apenas pH e Oxigênio Dissolvido.

O pH da amostra em estudo foi determinado em laboratório por meio do equipamento de bancada pHmetro da marca *Mettler Toledo*, modelo Five Easy Plus FP20. As análises foram realizadas sempre em triplicatas, utilizando 100 mL da amostra, com o pHmetro previamente calibrado. Imergia-se os eletrodos do equipamento na amostra e a leitura realizada de forma automática com o valor fornecido no painel do equipamento.

A determinação de Oxigênio Dissolvido foi realizada por meio de análise *in loco*, instantes antes da coleta, através do equipamento portátil, oxímetro, da marca *Politerm*, modelo POL-60. Após a calibração do oxímetro, realizou-se a leitura do resultado fornecido pelo equipamento em mg/L.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os valores obtidos nas análises foram confrontados com os padrões estabelecidos na resolução Conama n° 357/05, que dispõe sobre a classificação e as diretrizes ambientais para enquadramento dos corpos de água. De acordo com a normativa, os valores permissíveis para pH em águas doces, destinadas as atividades de aquicultura, pesca amadora e dessedentação de animais, no qual o rio em estudo se enquadra, devem apresentar-se em uma faixa variando de 6,00 a 9,00.

Confrontando os valores obtidos com os padrões estabelecidos pela resolução é possível verificar que o rio Jacu entre os meses de análise apresentou seu Potencial hidrogênionico (pH), tanto no ponto 1, quanto no ponto 2, dentro dos padrões estabelecidos, conforme observado na Figura 1.

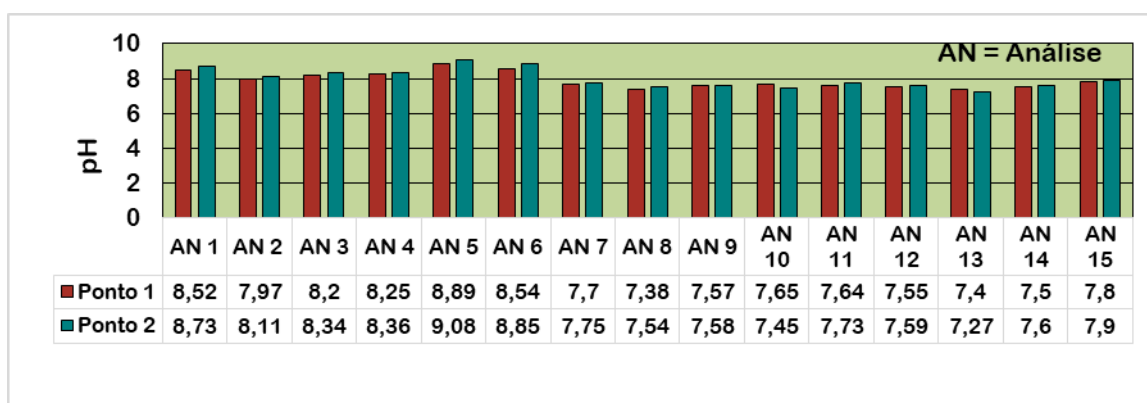


Figura 1: Resultados das Análises de pH nos Pontos 1 e 2.

Assim como nos resultados de pH os valores obtidos na determinação de Oxigênio dissolvido (OD) foram confrontados com os padrões estabelecidos pela resolução Conama 347/05 no qual determina que, os valores permissíveis de OD em qualquer amostra não deve ser inferior a 6 mg/L de O₂.

De acordo com os resultados apresentados na Figura 2, é possível observar que nos Pontos 1 e 2 a concentração de Oxigênio Dissolvido no rio em estudo encontram-se dentro dos padrões recomendado pela resolução, com exceção das Análises 13 e 15 do ponto 2, cujos valores estão abaixo de 6 mg/L.

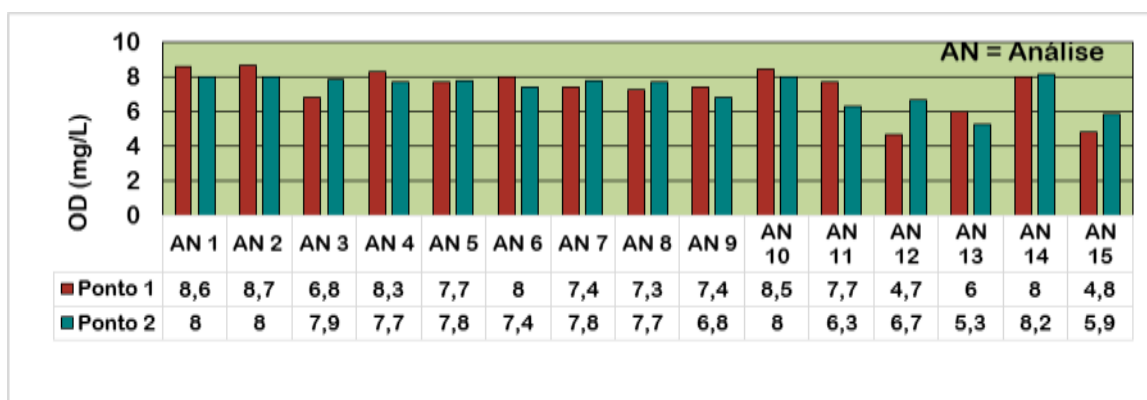


Figura 2: Resultados das Análises de Oxigênio Dissolvido nos Pontos 1 e 2.

CONCLUSÕES

De acordo com os resultados apresentados neste trabalho, é possível concluir que o rio em estudo vem sofrendo influências antrópicas, uma vez que o ponto 1 ao encontrar-se em uma região onde não há despejos de cargas poluentes apresentou em todos os parâmetros abordados e durante todo o período de análises, valores inferiores ao ponto 2. Sendo o ponto 2 localizado em uma região central e em contato direto com atividades humanas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conama. Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. Diário Oficial da União. Brasília, n. 053, p. 58-63, 18 mar. 2005.

PARRON, Lúcia Maria. Manual de Procedimentos de Amostragem e Análise Físico-Química de Água. 1. Ed. Colombo, PR: Embrapa, 2011.

GRANJEIRO, Rosa Virgínia Tavares. Caracterização da água de lavagem proveniente da água de lavagem proveniente da purificação do biodiesel. 2009. Dissertação (Mestrado em Química) – Departamento de química, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SILVA, Telma Lúcia de Araújo. Diagnóstico Ambiental de Imóveis Rurais de Passagem-RN. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Uso Sustentável de Recursos Naturais) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

Capítulo 3



10.37423/220105290

AULAS DE CAMPO PÓS PANDEMIA: VIVÊNCIA EXPERIMENTADA NO BRASIL POR CURSO DE DOUTORADO INTERDISCIPLINAR

Telma Lúcia de Araújo Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ana Luiza da Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Maciel Marílio do Nascimento

Universidade Potiguar

Guilherme Rocha Moreira

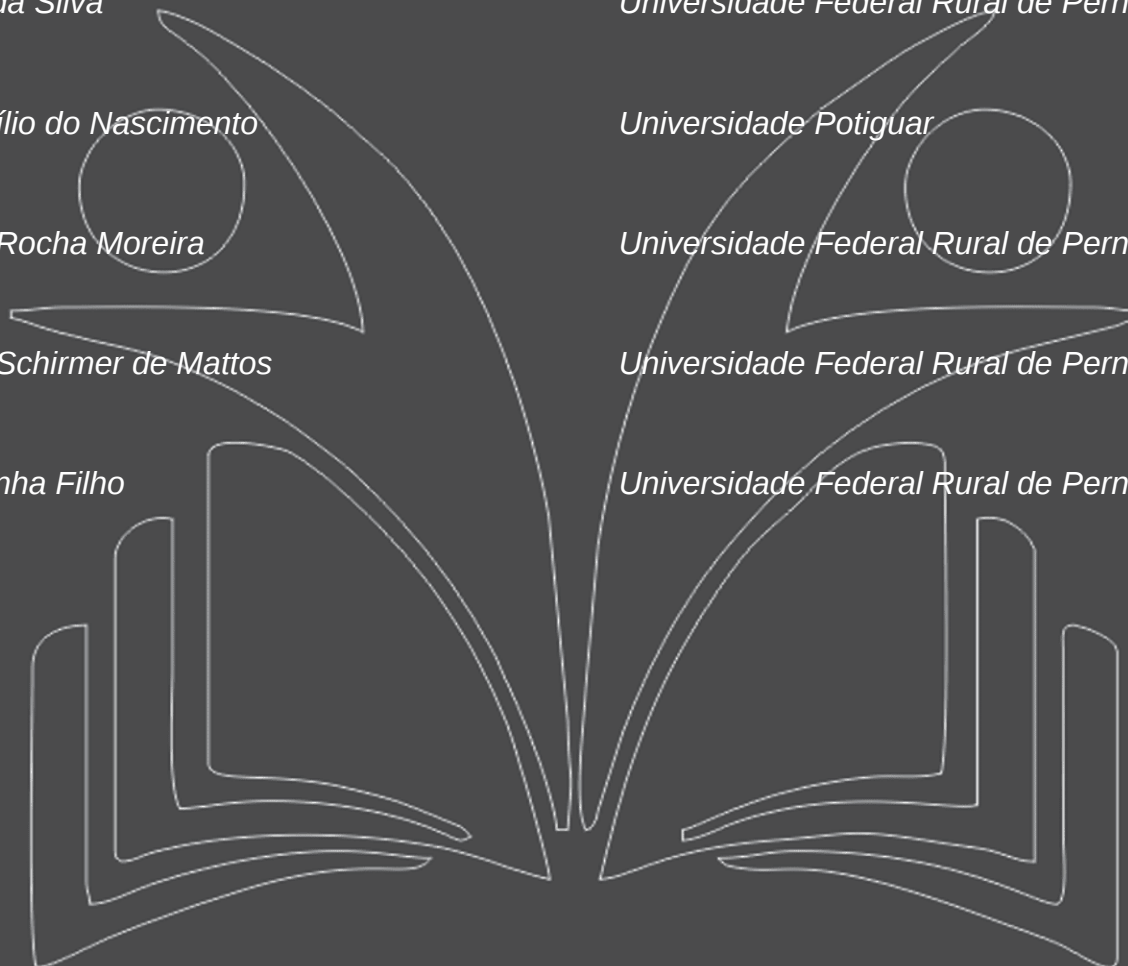
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Jorge Luiz Schirmer de Mattos

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Moacyr Cunha Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco



CONTEXTO

No ano de 2020, a pandemia resultou na paralização abrupta das atividades letivas presenciais em todos os segmentos do ensino. Objetivando amenizar os impactos causados à aprendizagem e à formação dos alunos em virtude da suspensão das atividades, o Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria nº 343 de março de 2020, autorizando, temporariamente, a substituição das disciplinas presenciais por aulas em meios digitais, as chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) (BRASIL, 2020).

A partir desta publicação, toda a comunidade acadêmica se mobilizou para juntos, elencar as estratégias e mecanismos que seriam utilizados para lecionar as disciplinas e demais atividades de ensino, minimizando ao máximo os impactos nesse processo.

Levando em consideração a disseminação do ensino remoto no Brasil desde o ano passado, este trabalho tem como objetivo trazer a experiência da imersão de campo de forma remota, que foi vivenciada pela turma do curso de Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PPGADT-UFRPE). Este curso de doutorado é interdisciplinar e possui parte da carga horária teórica e parte prática, quando os discentes e equipe docente responsável pela disciplina, viajam para um território que aborde elementos tratados nas disciplinas. Com a chegada da pandemia do COVID 19, houve uma readaptação da parte prática, uma vez que todos estavam em situação de isolamento social. A imersão de campo passou a ser remota, e os territórios e as lideranças populares vieram até à academia por meio dos instrumentos de tecnologia da informação.

A experiência aqui compartilhada é referente à imersão de campo do módulo II do semestre letivo 2020.1, que ocorreu em outubro de 2020 no território do sertão do Pajeú.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A imersão de campo foi composta por 20 doutorandos, discentes regulares do PPGADT-UFRPE, 5 alunos especiais, 7 docentes vinculados às disciplinas e 12 representantes e lideranças do território onde ocorreu a imersão de campo.

A imersão de campo foi realizada nos dias 22, 23 e 24 de outubro de 2020, e teve como objetivo conectar as experiências trazidas dos territórios com os conhecimentos vivenciados nas 3 disciplinas do

segundo módulo: Agricultura de Base Ecológica e Mercados, Plantas no Tratamento da Saúde e do Ambiente, e, Tecnologia da Informação e Comunicação Aplicada ao Desenvolvimento Territorial.

Devido a pandemia causada pelo COVID 19, todo o contato que tivemos durante os 3 dias de imersão de campo com outros discentes, corpo docente e convidados foi exclusivamente virtual, por meio de encontros proporcionados pela plataforma de comunicação por vídeo, Google Meet.

No dia 22 de outubro de 2020, pela manhã, ouvimos os relatos de experiência de um representante que atua na temática de sistemas informatizados para a gestão de dados de certificação de orgânicos, o professor adjunto da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco em Garanhuns, Luciano Pires de Andrade.

A experiência relatada pelo professor Luciano reforçou a importância da conexão entre as tecnologias da informação e comunicação (TICs) com o desenvolvimento de comunidades tradicionais. O desenvolvimento de aplicativos de fácil entendimento construída a partir das necessidades relatadas pelos próprios agricultores familiares, gera uma ferramenta de gerenciamento e registro de dados que permeiam aquela propriedade rural e facilita os burocráticos processos de escoamento da produção agroecológica, como exemplo a certificação orgânica.

Esses aplicativos e plataformas desenvolvidas apoiam o registro de inputs, outputs, registro de pragas e doenças ao longo do ano, e todo o aporte de dados gerados facilita o gerenciamento do manejo e de insumos dentro das unidades produtivas.

As TICs também favorecem a sistematização da produção agroecológica em termos da gestão financeira do agricultor, uma vez que os aplicativos são capazes de registrar o que é produzido e o que é comercializado., apresentando possíveis excedentes ou demandas produtivas.

Outra vantagem vinculada às TICs é que elas são capazes de gerar relatórios que podem ser compartilhados entre todos os membros de uma associação, cooperativa, ONGs de assessoria, feiras orgânicas de base agroecológica ou lojas de venda, de modo a garantir a transparência pública no território, dar visibilidade as experiências do Estado, e, fomentar a credibilidade social do trabalho executado no coletivo.

Experiências como as relatadas pelo professor Luciano destacam que a ciência de dados e estatística revolucionou as previsibilidades no campesinato e podem sim atuar em benefício da agroecologia e desenvolvimento territorial. A tecnologia não pode ser caracterizada como benéfica ou prejudicial, a questão a ser analisada é a quem ela pertence e como ela será aplicada.

O segundo convidado da manhã do dia 22 de outubro de 2020, foi o Cristiano, líder da Rede Ecovida de Agroecologia, que é caracterizado como uma rede que organiza as famílias produtoras em associações, cooperativas ou grupos informais, focados na certificação participativa de produtos orgânicos.

Foi relatado pelo Cristiano que neste processo de certificação participativa a Rede utiliza um Software desenvolvido de forma participativa, desde o seu design aos campos de informação. Ele foi implantado para gerenciar todos os aspectos da produção orgânica, e esta ferramenta de gestão de informações otimizou bastante o gerenciamento de dados necessários para o processo de certificação, principalmente no aspecto do tamanho da rede em termos de número de colaboradores.

Dentre os obstáculos encontrados durante o processo de uso da ferramenta, está a dificuldade dos agricultores frente aos conhecimentos básicos de informática que prejudica a utilização da ferramenta em aspectos como o escaneamento de documentos que geralmente ficam ilegíveis, dificuldades de preencher os formulários e documentos por parte dos agricultores e a falta de acesso à internet.

Outro gargalo mencionado pelo nosso convidado foi a dificuldade de diálogo com as lideranças das redes de modo a pensar de forma participativa melhorias no software para que ele se torne cada vez mais objetivo para os usuários.

Na noite do dia 22 de outubro de 2020, recebemos mais 2 convidados para compor o debate da imersão, neste momento as experiências foram conectadas com a temática de plantas no tratamento da saúde. O primeiro convidado da noite foi o professor associado da Universidade Federal da Paraíba, Doutor Eduardo De Jesus Oliveira. Por ele foi apresentado o cenário atual das plantas bioativas no Brasil e no mundo, bem como as principais pesquisas que estão sendo desenvolvidas nessa linha. O segundo convidado da noite foi o Doutor Kristerson Reinaldo de Luna Freire, professor adjunto do Centro de Biotecnologia da Universidade Federal da Paraíba, que trouxe conhecimentos sobre as bebidas fermentadas utilizando espécies vegetais bioativas.

Foram debatidos os fatores que influenciam na concentração dos princípios ativos em uma espécie vegetal, como: idade da planta, variação dos princípios ativos em diferentes partes da planta, tipo de solo, regime de chuvas, exposição ao sol, tipo de manejo utilizado no cultivo.

O debate da noite trouxe a reflexão de que a fitoterapia é uma frente muito importante para o impulso da agroecologia, pois ela resgata o uso das plantas bioativas na cura, respeita e perpetua a diversidade de espécies medicinais, e propõe a promoção da saúde com bases agroecológicas.

No dia 23 de outubro de 2020, pela manhã recebemos todas as contribuições dos relatos de Rosimar Pankararu, representante indígena, e Moacir Santana, representante Quilombola.

A primeira convidada da manhã, Rosimar Pankararu, relatou como ocorre a inserção dos saberes tradicionais na saúde da sua comunidade, através do cultivo de viveiros de plantas medicinais nativas e do repasse dos conhecimentos tradicionais dentro das famílias. Expõe que ao longo dos anos, apesar de observado muitas perdas de cunho cultural, percebe resistência e resiliência por parte do seu povo para o resgate.

Em seguida, na mesma manhã do dia 23 de outubro, Moacir Santana deu continuidade à discussão de como os conhecimentos populares estão sendo preservados. Ele relatou que enquanto agente comunitário no seu território, ensina e prega os conhecimentos tradicionais dentro de suas atribuições. Também foi debatida a intervenção da medicina alopática nos territórios de povos tradicionais, como a polêmica da proibição do uso das “garrafadas”, por estas serem, de acordo com a medicina tradicional, não concentrados fitoterápicos, e sim tóxicos.

Foi destacado por Moacir, que ele preserva na sua comunidade de forma independente e sem apoio político, um museu quilombola, com artefatos culturais, que é uma prova de resistência e resgate cultural, em uma época de retrocessos.

A tarde do dia 23 de outubro de 2020 gerou debates em torno da temática dos avanços e retrocessos trazidos pelas TICs nos territórios dos povos indígenas. Para este momento, tivemos as contribuições dos relatos de Alexandre, Graciela e Diego Xukuru, representantes indígenas que trabalham com produção de documentários no viés social, empoderando as vivências e memórias dos povos indígenas. Traz à tona o debate da perspectiva do conteúdo audiovisual produzido pelos próprios índios, e não por terceiros, que muitas vezes descaracterizam a realidade cultural deles.

A produção desses conteúdos pelos próprios membros das comunidades indígenas, garantem a desmitificação da imagem folclórica que os indígenas carregam na história contada pelos livros de ensino brasileiros, que os coloca numa posição caricata.

No último dia de imersão de campo, 24 de outubro de 2020, pela manhã recebemos 3 convidados que compartilharam suas experiências com o uso de plantas no tratamento do ambiente, os conhecidos defensivos naturais.

Recebemos primeiramente o professor de química da UFRPE UAST, Renato Augusto da Silva, e o seu aluno de graduação, Romário. Ambos trabalham em conjunto com o professor Walter, a culminância entre a química e agroecologia.

Foi trazido pelos convidados a problemática do declínio do cajueiro por questões antrópicas e climáticas no município de Fátima-Pe, e intervenção agroecológica utilizada pelos pesquisadores a partir de um extrato de base nitrogenada proveniente da folha de algaroba como forma de combate à mosca branca em cajueiros. Como os maiores produtos deste projeto, teve o resgate social e econômico da cultura do cajueiro, e o fortalecimento da premissa que o conhecimento empírico e técnico devem andar juntas.

Como último convidado da manhã do dia 24 de outubro de 2020, tivemos as contribuições do Claudevan, representante de produção de algodão orgânico, que reforçou a importância da produção agroecológica de algodão na sua região, como forma de crescimento econômico do seu território, empoderamento social e produção sustentável. Ele também foi um profissional que se capacitou em uma instituição de ensino e voltou para o seu território para aplicar todos os conhecimentos adquiridos.

A reflexão vem da importância de integração entre diferentes ciências para um bem comum, exercendo a interdisciplinaridade, como pôde ser vista neste relato de experiência, onde houve a união de uma ciência tecnicista e de bancada, a química, com as necessidades vindas de uma ciência de campo, a agronomia.

Outro ponto a ser destacado é a importância da formação de recursos humanos para o desenvolvimento de uma região. O caso do aluno Romário revela este aspecto, pois ele se formou e voltou para o seu território para contribuir com os seus conhecimentos adquiridos. A interação do aluno com o seu território foi impulsionada por projetos de extensão promovidos pela universidade em parceria com os atores sociais da região, desta forma, o aluno reflete o seu papel dentro da sua comunidade, e não só como um simples profissional técnico formado para a indústria.

Para fechamento da imersão de campo, na tarde do mesmo dia, recebemos 3 convidados para dialogar sobre o contexto de mercados e comercialização da agricultura de base ecológica, e da experiência de TICS na promoção da agroecologia.

No início recebemos a experiência do Armazém do campo, rede que comercializa toda a produção agroecológica proveniente de assentamentos da reforma agrária, em seguida tivemos os relatos

acerca da “Rádio web agroecologia”, que é voltada para a produção de podcasts e conteúdo no youtube de viés ecológico, e por fim, recebemos o Davi, que relatou os desafios enfrentados na mobilização da rede das feiras agroecológicas e agrolojas no Pernambuco e como as TICs contribuíram neste período pandêmico.

RESULTADOS

Foi possível a partir dos saberes compartilhados pelos convidados, estabelecer diálogo entre todo o conteúdo debatido pelos discentes e docentes nas disciplinas e como esses conhecimentos progridem os territórios.

A adaptação da imersão de campo para o formato remoto foi desafiadora, principalmente do ponto de vista de acesso dos convidados à internet de qualidade e instrumentos adequados para a videoconferência, uma vez que 8 desses residem em comunidades tradicionais rurais. Não houve prejuízo do ponto de vista conceitual e reflexivo, mas os horários destinados à imersão de campo quase sempre ultrapassam bastante o acordado, pois durante os relatos dos convidados algumas vezes a conexão caía, o áudio travava e tínhamos que aguardá-los voltar para a sala virtual.

Todos esses problemas devem ser compreendidos, principalmente por ter sido o primeiro semestre de cunho remoto.

Um ponto bastante importante de ser destacado é que os discentes e docentes deste curso de doutorado, passaram por uma capacitação em ensino remoto antes do semestre letivo, e mesmo assim foi muito difícil o uso com as novas ferramentas de ensino remoto e ambientes virtuais. Muitos dos nossos convidados estavam entrando em videoconferência pela primeira vez e pelo celular, tudo isso com internet muito precária, esse, sem dúvidas foi o maior gargalo nesse processo de imersão de campo remota.

Uma sugestão para minimizar estes problemas seria a aquisição de instrumentos tecnológicos, por parte da universidade, que pudessem ser cedidos temporariamente aos convidados da imersão, pelo menos 30 dias antes, juntamente com um monitor para realizar uma rápida capacitação acerca uso dos ambientes virtuais e manuseio nesses aparelhos eletrônicos, como tablet ou notebook. Essa estratégia certamente aliviaria um pouco os impactos sofridos pelo ensino remoto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Capítulo 4



10.37423/220205318

OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DE PUÉRPERAS DURANTE O PERÍODO DO ISOLAMENTO SOCIAL CAUSADO PELO SARS- COV2

Carina Scanoni Maia

Universidade Federal de Pernambuco

Débora Albuquerque dos Santos

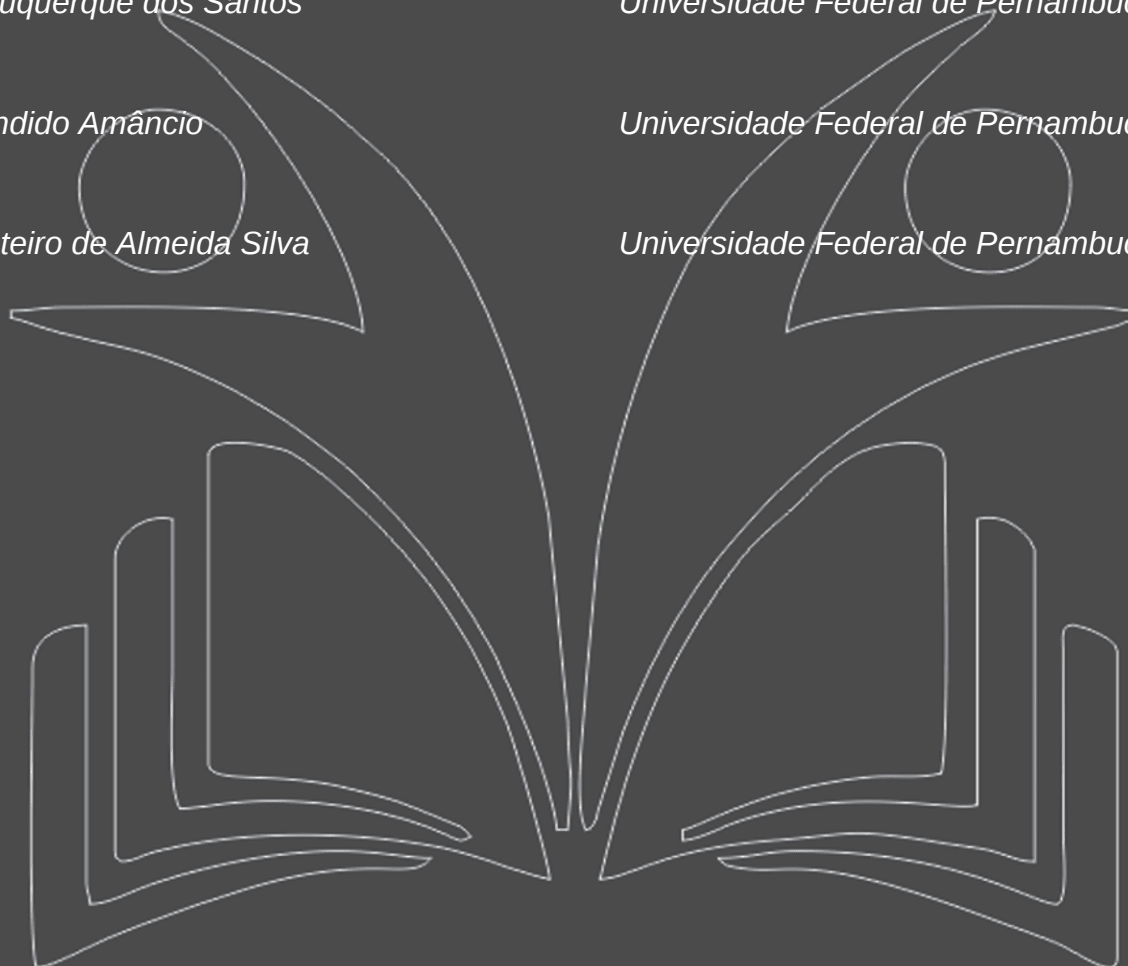
Universidade Federal de Pernambuco

Brenda Cândido Amâncio

Universidade Federal de Pernambuco

Ríllary Monteiro de Almeida Silva

Universidade Federal de Pernambuco



INTRODUÇÃO

Com o surgimento mundial da pandemia pelo Covid-19, as relações sociais foram remodeladas e uma nova conduta social emergiu, modificando os comportamentos, as formas de aprendizagem e as relações interpessoais (BARRETO e ROCHA, 2020). Contudo, medidas adotadas para reduzir as implicações psicológicas da pandemia não podem ser desprezadas neste momento (Brooks et al., 2020; Xiao, 2020). Se isso ocorre, geram-se lacunas importantes no enfrentamento dos desdobramentos negativos associados à doença, o que não é desejável, sobretudo porque as implicações psicológicas podem ser mais duradouras e prevalentes que o próprio acometimento pela COVID-19, com ressonância em diferentes setores da sociedade (Ornell et al., 2020). O período onde ocorrem mudanças físicas e psicológicas, logo após o nascimento do bebê, e possibilita a existência de transtornos psíquicos, é denominado puerpério. Dessa maneira, é um período demarcado por três fases principais, com a durabilidade de cerca de seis a oito semanas, após o nascimento, sendo essas: o puerpério imediato (onde ocorre ainda no ambiente hospitalar, do primeiro ao décimo dia), o puerpério tardio (do décimo primeiro dia ao quadragésimo quinto dia) e, por último, o puerpério remoto (do quadragésimo quinto dia em diante) (GONÇALVES, 2021). Tendo início após o nascimento do bebê, o pós-parto se estende até a completa recuperação do organismo feminino e com o consequente retorno da ovulação. Com isso, essa fase é caracterizada por ser um período onde há a possibilidade de que exista o aparecimento de transtornos mentais, como a depressão, já que representa um momento de grandes modificações internas e externas, onde a mulher precisa de cuidado e proteção (ANDRADE, 2015).

Partindo desse pressuposto, no pós-parto ocorrem mudanças consideráveis nos hormônios gonadais, nos níveis de ocitocina e no eixo hipotálamo-hipófise adrenal, o que contribui para que haja uma desregulação na vida sexual, mudança no organismo feminino em função da contração uterina, logo após o parto, bem como a estimulação da amamentação, além dos níveis de cortisol existentes originados pela drástica mudança social, na mulher (CANTILINO, 2011). Nesse sentido, os fatores de estresse juntamente com as mudanças sociais e ambientais contribuem para que reverbere transtornos psiquiátricos, principalmente no que tange o público que vivencia o puerpério (BERTHELOT, 2020).

A doença mental perinatal é comum e pode afetar cerca de 10% a 30% das mulheres e as consequências disso podem gerar malefícios para a própria mulher, para o bebê e para as pessoas que

convivem, que compõem uma rede de apoio ou não (CANTWELL, 2021). A depressão é um transtorno psiquiátrico onde há a manifestação de episódios recorrentes depressivos e que, quando não tratado da maneira correta, pode promover situações irreversíveis. Nesse sentido, a depressão, principalmente no pós-parto, pode ser caracterizada pela perda de energia e prazer por atividades, um elevado sentimento de culpa, o que pode resultar no sentimento de inutilidade à mulher, alterações de apetite, peso e sono, além dos pensamentos suicidas. A depressão no período do pós-parto representa um grave problema de saúde pública porque tem o poder de impactar, de maneira incisiva, a saúde tanto da mãe, quanto no desenvolvimento do recém-nascido (GONÇALVES, 2021). De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), nos países de baixa renda, os sintomas de depressão, no que tange o público puerperal, equivale a quase 20%, o que representa, portanto, que o aspecto socioeconômico, ou seja, o baixo suporte social, interfere de maneira acentuada em como a população administra os sentimentos e emoções (GONÇALVES, 2021). O período gestacional e o pós-parto são momentos caracterizados pelo elevado risco de surgimento de transtornos psiquiátricos. De acordo com Figueira et al, frente às mulheres que vivenciaram o pós-parto, cerca de 15% a 29% das mulheres manifestaram alguma psicopatologia, e, dentre essas, a mais prevalente foi a depressão pós-parto (FIGUEIRA, 2009). Este projeto visou, a partir de uma avaliação inicial sobre o puerpério, tendo como base os impactos dessa fase na saúde mental das mulheres e, também, sobre as problemáticas oriundas da ausência de verbalização dos problemas naturalmente existentes nesse período para que, assim, promova-se o aperfeiçoamento da percepção sobre a importância do bem-estar psicológico.

ATIVIDADES EXECUTADAS

O projeto teve início com uma revisão da literatura, na procura de trabalhos cujo tema tratado fosse relacionado ao puerpério, e a sua abrangência, principalmente na faixa etária de nosso público alvo, e, em tempos de Covid-19, a saúde mental, a percepção e o conhecimento das participantes a respeito desses temas, no período de pós-parto. Tal revisão foi importante para a produção do material, em forma de panfletos, o qual foi utilizado durante as etapas do projeto.

Conjuntamente a isto, foram feitas visitas a UBS Sítio Wanderley, situada no bairro da Brasilit, Recife-PE, onde seriam realizados os trabalhos, para explicação de nossas propostas para direção, além de coletar informações sobre infraestrutura, número de participantes e horários disponíveis para as práticas de roda de conversa.

Logo após, foi feito o primeiro contato com as puérperas para a explanação breve do projeto e entrega dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para as participantes e/ou responsáveis legais pelas menores de idade e dos Termos de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para as participantes em geral.

Contudo, passado este momento voltamos a fazer novas visitas para entrega dos questionários, os quais deveriam ser respondidos pelas pacientes atendidas no UBS, para analisarmos o conhecimento preexistente deles sobre a saúde mental correlacionada com o puerpério. O referido documento era composto por 16 perguntas das quais 14 perguntas objetivas e 2 perguntas abertas, abordando: sintomas relacionados ao Covid, estado civil, rede de apoio etc. As perguntas feitas no questionário foram:

1- Estado civil?

- a) Solteira
- b) Casada ou mora com companheiro
- c) Prefere não informar

2- Renda familiar?

- a) 1 salário mínimo
- b) 2 salários mínimos
- c) 3 ou mais salários mínimos

3- Sua idade:

- a) 12-14 anos
- b) 15-17 anos
- c) 18 ou mais

4- Idade do bebê:

- a) Menos de 30 dias
- b) de 30 a 60 dias
- c) Mais de 60 dias

5- Grau de escolaridade?

- a) Concluiu o ensino básico
- b) Concluiu o ensino médio
- c) Concluiu o curso superior

6- Como você se sente após o nascimento do bebê?

- a) Feliz e/ou realizada
- b) Solitária e/ou triste
- c) Cansada, mas realizada

7- Você tem uma rede de apoio (companheiro e/ou amigos e/ou familiares que ajudam com o bebê?)

- a) Sim
- b) Não
- c) Às vezes

8- Você fez algum acompanhamento psicológico?

- a) Sim
- b) Não
- c) Às vezes

9- Como se sente neste período de pandemia e isolamento social devido ao Covid?

- a) Bem
- b) Solitária e/ou triste
- c) Preocupada

10- Você já teve Covid?

- a) Sim
- b) Não
- c) Acha que sim, mas não fez exame

OBS: Caso você acredite que tenha tido Covid, quais sintomas levaram a suspeita?

11- Alguém que convive com você já teve Covid-19?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sabe

12- Você e quem convive com você, conseguem manter o isolamento social?

- a) Sim
- b) Não
- c) Às vezes

13- Tem alguma preocupação com a saúde de seu(s) filho(s) em consequência da Covid-19?

- a) Sim
- b) Não

c) Às vezes

14- Atualmente está envolvida em grupos de apoio presencial ou virtual (ex: grupo de mães, grupo de apoio à amamentação ou outros)?

a) Sim

b) Não

c) Às vezes participa

15- Atualmente está recebendo tratamento para problemas de saúde mental (ex: depressão, ansiedade, stress entre outros)?

a) Sim

b) Não

c) Não, mas pretendo buscar ajuda

16- Resuma em até três palavras o que você sente mais precisa nesse momento?

A partir da correção destes questionários foram planejadas as atividades de educação em saúde para as participantes, como palestras e rodas de conversa para elucidar as dúvidas e melhorar o conhecimento sobre o puerpério, assim como a saúde mental, sugeridos pelas participantes.

RESULTADOS OBTIDOS

Ao todo, 22 puérperas participaram da pesquisa, a média da faixa etária foi de 22 anos e, no primeiro momento, a pesquisa visou avaliar o conhecimento preexistente sobre o puerpério das mulheres atendidas na UBS localizada no bairro de Brasilit, Recife, PE. Do total que preencheram os questionários, 66% afirmaram estar casadas ou morar com o companheiro e os outros 33% afirmaram ser solteiras. Quanto à renda familiar, 33% afirmou receber até salário mínimo e 66% afirmou receber até 2 salários mínimos ou mais. Quanto à idade do bebê, 16% informou que o bebê tem até 30 dias de vida, 33% afirmou que o bebê tinha de 30 a 60 dias de vida e 51% das entrevistadas informou que o bebê tinha mais de 60 dias de vida. No que tange ao grau de escolaridade, todas as 22 participantes possuíam o ensino médio completo. A respeito do sentimento da mãe após o nascimento do bebê, tem-se que todas afirmaram estar felizes e realizadas após esse momento. Quanto à existência da rede de apoio, todas informaram possuir. A respeito do acompanhamento psicológico, 100% das participantes afirmaram nunca terem feito. Sobre os sentimentos que foram ocasionados pela pandemia do Coronavírus, 16% das participantes informaram estarem solitárias e/ou tristes. Esse resultado nos ajudou quanto à maneira com que deveríamos agir nas reuniões, pois foi notado que algumas puérperas apresentaram alguns discursos com teor de tristeza. Logo, para ajudá-las na

compreensão da abordagem desse tema nas intervenções teria de ser diferente, com o intuito de promover um ambiente espontâneo, de confiança e que fosse favorável à agradabilidade. Além disso, 16% das participantes afirmam que já tiveram covid-19 e 84% alegaram nunca terem tido contato com vírus da covid-19, porém, também não fizeram o teste. Quanto à pergunta sobre se quem mora com ela, consegue fazer o isolamento social da maneira correta, 33% afirmaram que há o respeito com o isolamento, e 66% informaram que o cuidado com o covid-19 não se configurava como existente. Este resultado foi preocupante, pois evidenciava que as puérperas poderiam estar vulneráveis e expostas a ambientes de instabilidade e isso poderia ser um potencializador de problemas psicológicos. Por último, 33% das puérperas reconheceram terem preocupação com a saúde dos filhos em decorrência do covid e 66% alegaram que não apresentaram nenhum tipo de receio com a saúde dos filhos, tomando como base o covid. Logo, durante as intervenções houve a intenção de unir este saber à realidade diária de cada puérpera, para que, por meio disso, houvesse o reconhecimento dos sinais e sintomas de uma provável infecção do vírus, e, a partir disso, ocorra a manutenção da tranquilidade, gerando, portanto, uma maior possibilidade de estabilidade emocional à essas mulheres. Portanto, a partir dos resultados encontrados, por meio do questionário, foi possível planejar ações educativas para promover o aprendizado e a conscientização dessas mulheres. A participação e curiosidade destes últimos foi essencial para que, de maneira positiva, fosse alcançado o objetivo de orientar esse público sobre a importância do cuidado da saúde mental nessa fase, e promover o aperfeiçoamento do conhecimento, dessas mulheres, sobre o puerpério e as suas fases. Logo, a partir de palestras e debates este projeto pôde elucidar dúvidas e promover o aprendizado dessas mulheres, ampliando o conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos questionários detectou que mais da metade das puérperas, cerca de 62%, possui uma rede de apoio, o que proporciona um conforto no período pós-parto, e a entenderem a importância da saúde mental neste período composto por instabilidades hormonais e psíquicas. As palavras definidoras a respeito de como essas mulheres estavam sentindo que mais precisavam no momento foram: tranquilidade, paciência, proteção e estar saudável. E, com base nisso, é inerente que haja a existência de um ambiente capaz de reverberar tais características almejadas, dentro da individualidade de cada realidade retratada. Em virtude desta última constatação, percebe-se a necessidade de trabalhar o tema “puerpério”, “saúde mental”, atrelados ao covid nos postos de saúde, por meio dos profissionais de saúde como, por exemplo, enfermeiro e médicos, por exemplo, já que

essa camada da sociedade possui o contato direto com o paciente por meio do cuidado, para assim conscientizar e tornar os participantes multiplicadores de conhecimento, ajudando na prevenção de doenças oriundas da não atenção à saúde mental, através de palestras e rodas de conversas, promovendo, assim, um maior bem estar ao público puerperal.

REFERÊNCIAS

1. BARRETO, Andreia Cristina Freitas. ROCHA, Daniele Santos. Covid-19 e educação: resistências, desafios e (im)possibilidades. INSS 2675-1291- DOI: <http://dx.doi.org/10.46375/encantar.v2.0010>. Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade - Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 01-11, 2020.
2. BROOKS, S. K., WEBSTER, R. K., SMITH, L. E., WOODLAND, L., WESSELY, S., GREENBERG, N., & RUBIN, G. J. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *The Lancet*, 395(10227), 912-920, 2020.
3. ORNELL, F., SCHUCH, J. B., SORDI, A. O., & KESSLER, F. H. P. "Pandemic fear" and COVID-19: mental health burden and strategies. *Brazilian Journal of Psychiatry* Retrieved, 2020.
4. XIAO, C. A novel approach of consultation on 2019 novel coronavirus (COVID-19)-related psychological and mental problems: structured letter therapy. *Psychiatry Investigation*, 17(2), 175-176, 2020.
5. MCCABE, E. J.; WICKBERG, B.; DEBERG, J.; DAVILA, C. R.; SEGRE, S. L. Visitas de escuta para depressão materna: uma meta-análise. *Springer link*, N. 4, v. 24, p. 595-603, 2021.
6. MCMILAN, K. K.; LEWIS, J. A.; WATSON, J. S.; et al. Maternal social support, depression and emotional availability in early mother-infant interaction: Findings from a pregnancy cohort. *Journal of Affective Disorders*, v. 292, p. 757-765, 2021.
7. CONDE, A.; COSTA, R.; FIGUEIREDO, B. Anxiety and depressive symptoms effects on cortisol trajectories from pregnancy to postpartum: Differences and similarities between women and men, *Hormones and Behavior*, v. 128, p. 104917, 2021.
8. SCHNAKENBERG, P.; GUE-JO, P.; STICKEL, S.; et al. The early postpartum period Differences between women with and without a history of depression. *Journal of Psychiatric Research*, v. 136, p. 109-116, 2021.
9. BERG, A. I. V. D. Z.; BOERE-BOONEKAMP, M, M.; CATHARINA, G.; et al. Postpartum depression and anxiety: a community-based study on risk factors before, during and after pregnancy, v. 286, p. 158-165, 2021.

Capítulo 5



10.37423/220205347

UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS DOS QUILOMBOLAS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Cláudia Marília França Lima

Universidade de Cruz Alta

Maria Luiza Vargas Rocha

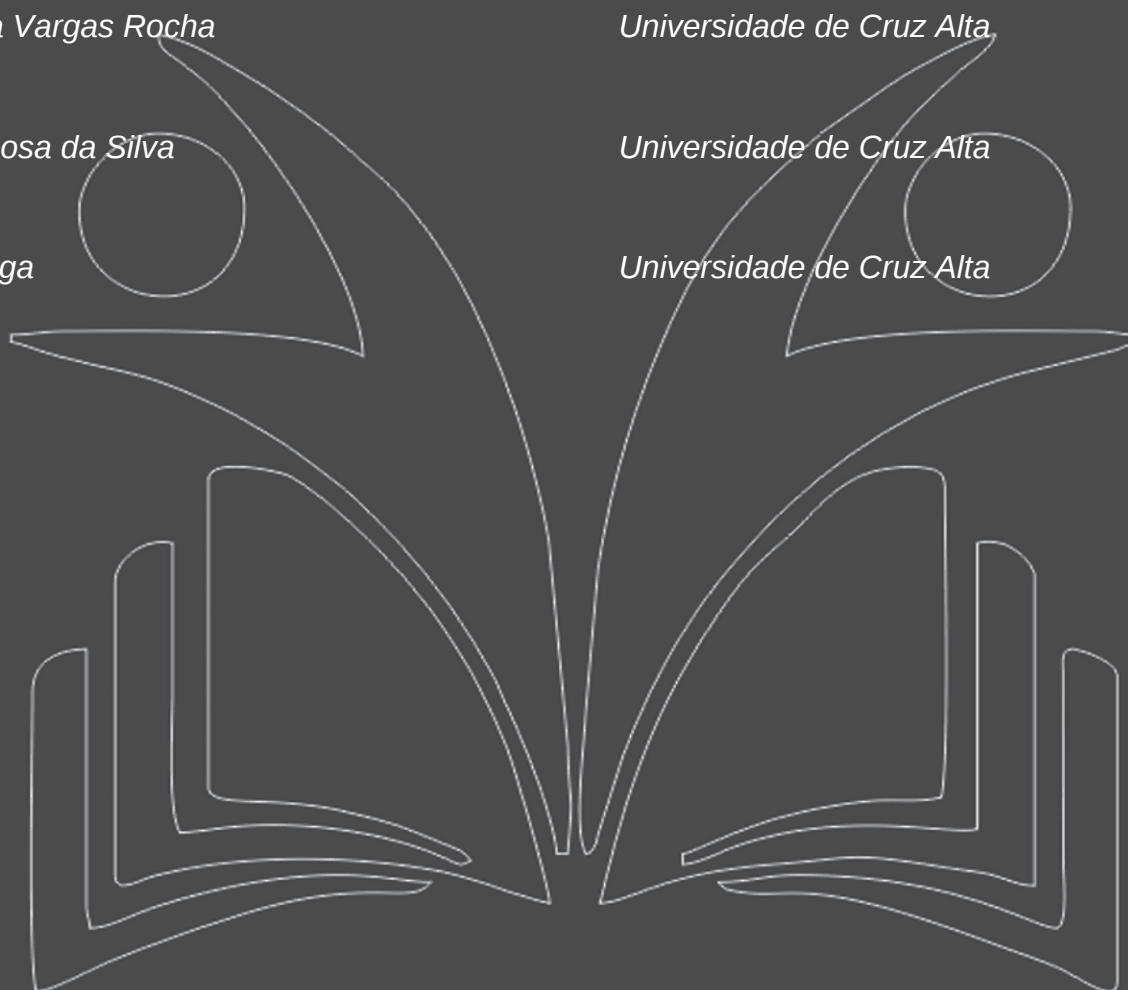
Universidade de Cruz Alta

Bruno Barbosa da Silva

Universidade de Cruz Alta

Juliano Braga

Universidade de Cruz Alta



INTRODUÇÃO

O coronavírus, SARS-COV-2, responsável pela pandemia mundial que estamos vivendo, apareceu na região sudoeste da China em um primeiro momento. Após, o coronavírus foi identificado na Europa e no Oriente Médio. No Brasil, o primeiro caso de contaminação pelo coronavírus foi registrado no final de fevereiro de 2020.

A pandemia causada pelo coronavírus trouxe mudanças significativas em todos os setores mundiais. Alguns países, como a Austrália, adotaram medidas para o combate ao vírus de forma imediata; outros, como o Brasil, demoraram a aceitar a gravidade da situação e empregar precauções contra o coronavírus. A atitude adotada pelo Brasil fez com que as vulnerabilidades sociais existentes no país fossem agravadas de forma significativa.

No ponto, observa-se que as comunidades quilombolas foram intensamente atingidas e tiveram o agravamento das vulnerabilidades sociais já existentes. O que se nota é que o grau de vulnerabilidade social dos quilombos remanescentes se aprofunda em uma situação de crise grave. Logo, a pandemia causada pelo coronavírus expôs ainda mais as fragilidades das comunidades quilombolas.

Em um contexto de crise, é dever do governo atuar para conter o agravamento das vulnerabilidades sociais nos grupos hipossuficientes existentes no país. Assim, o governo brasileiro era responsável pela adoção de políticas públicas para diminuir as fragilidades existentes nas comunidades quilombolas. Todavia, o que se evidenciou foi um descaso por parte do governo federal em relação aos quilombos remanescentes.

Nasce, assim, a necessidade de se discutir acerca da piora das vulnerabilidades sociais das comunidades quilombolas durante a pandemia causada pelo Covid-19. Perante esse contexto, a pesquisa possui a seguinte problemática: O governo federal atuou para diminuir as fragilidades sociais das comunidades quilombolas durante a pandemia? E, ainda, quais foram as vulnerabilidades sociais enfrentadas pelos quilombolas remanescentes durante a pandemia?

Nesse contexto, observa-se que o governo brasileiro não criou nenhuma linha de ação para efetivar os direitos fundamentais das comunidades quilombolas durante a pandemia. Pelo contrário, o governo federal cortou verbas que garantiam a concretização da dignidade humana do povo quilombola. No contexto da pandemia, o governo federal foi omissivo e não lançou políticas públicas para conter o avanço do vírus nos quilombos remanescentes e garantir o acesso a direitos fundamentais básicos.

Com relação a estrutura da pesquisa, por primeiro, serão abordadas as fragilidades que as comunidades quilombolas foram expostas durante a pior fase da pandemia causada pelo Covid-19. Após, o estudo adentrará nas atitudes que o governo federal adotou frente a situação vivenciadas pelos quilombos remanescentes.

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativo bibliográfica. A pesquisa é qualitativa porque tem a intenção de abordar a problemática, a partir da interpretação de fenômenos que dela derivam, buscando atribuir significado para eles. E é bibliográfica, ao ponto que o procedimento se dará pela análise de textos já publicados, tais como livros, artigos científicos, doutrinas, legislação infraconstitucional e constitucional. Ademais, trata-se de uma pesquisa explicativa e qualifica-se pelo método de abordagem dedutivo.

Ressalta-se que a pesquisa é relevante para trazer novos debates e levantar ideias, de modo a envolver a sociedade civil e a comunidade acadêmica. O trabalho torna-se importante para o levantamento de reflexões acerca das vulnerabilidades sociais existentes nas comunidades quilombolas, bem como para a composição de ideias e soluções para os problemas relacionados e esse grupo social.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 VULNERABILIDADES SOCIAIS ENFRENTADAS PELAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DURANTE A PANDEMIA

As comunidades quilombolas já possuíam fragilidades antes da pandemia causada pelo Covid-19. O quadro se agravou após o advento do vírus, tendo em vista a fragilidade dos quilombos remanescentes. Assim, neste tópico, serão abordadas quais foram as vulnerabilidades sociais agravadas nas comunidades quilombolas durante a pandemia.

Como consequência do racismo estrutural e institucional, bem como do contexto histórico vivenciado no Brasil, a população negra, especialmente a pertencente às comunidades quilombolas, integra grupo de extrema vulnerabilidade, que sofre diariamente com a falta de atuação do Estado.

Atualmente, as comunidades quilombolas são reconhecidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos como “povos tribais”, tendo em vista sua formação consistente na origem comum de seus habitantes. Os quilombolas remanescentes são descendentes daqueles que resistiram contra a escravidão e exploração do passado brasileiro, e, consolidaram um modo de vida desenvolvido nos territórios que ocupam, baseado em um sistema de autogoverno e uma forma coletiva de organização,

conforme se extrai do relatório sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil, publicado em 12 de fevereiro de 2021.

Destarte, o artigo 2º¹ do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamentou o processo de regularização dos territórios quilombolas, define as comunidades remanescentes de quilombos como grupos étnico-raciais que se utilizam de critérios de auto-atribuição para se consolidar, os quais possuem trajetória histórica própria e são dotados de relações específicas com os territórios que ocupam, presumindo-se a sua ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica que sofreram.

Assim, verifica-se que, mesmo com a abolição da escravidão humana, com o advento da Lei Áurea, em 1888, ainda é necessária muita luta para que os quilombolas tenham seus direitos reconhecidos e assegurados. Somente após cem anos da lei, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, essas comunidades passaram a ter maior proteção do Estado, ainda que lentamente. Apesar disso, tal reconhecimento não resultou em sua inclusão socioeconômica efetiva nem em reparação integral, consoante dispõe o referido relatório Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2021).

Este relatório (2021, p. 26) ressalta que “a negação da identidade histórica, cultural e de direitos dessas pessoas é resultado da discriminação racial estrutural a que sempre estiveram submetidas no país”. Em decorrência disso, abriu-se espaço para violações distintas aos direitos dos quilombolas, relacionadas ao meio ambiente e aos impactos da instalação de megaprojetos por parte do Estado ou de agentes privados em seus territórios; à ausência e precariedade de serviços públicos destinados a essas populações; à inadequação das disposições do direito interno e dos mecanismos administrativos que visam garantir e respeitar os direitos territoriais e a consulta dos povos quilombolas.

Nesse contexto, as comunidades remanescentes carecem de políticas públicas fundamentais, como as de saúde, educação e as voltadas à regularização fundiária de seus territórios tradicionais. Desse modo, o grau de vulnerabilidade nos quilombos remanescentes se aprofunda em situações de crises graves, como a atual crise causada pelo vírus Covid-19 (SARS-CoV2), uma doença infecciosa que originou uma pandemia mundial iniciada em dezembro de 2019 (SILVA; SOUZA, 2020).

Dentre as questões que agravam a vulnerabilidade dos quilombos remanescentes, destaca-se o fato de que a maioria das comunidades ainda não teve assegurado o direito à propriedade definitiva de seus territórios, sendo que, apenas 246 títulos foram expedidos para 357 comunidades quilombolas, em um universo de mais de 6 mil comunidades existentes no país. Dessa forma, a falta de titulação acarreta em diversos conflitos, ameaças de expropriação e violências (SILVA; SOUZA, 2020).

Quanto ao direito de regularização de seus territórios, a Constituição Federal Brasileira de 1988, no artigo 68² do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), garante aos remanescentes dos quilombos o reconhecimento à propriedade definitiva das terras que estejam sendo efetivamente ocupadas e impõe ao Estado a responsabilidade de emitir os respectivos títulos. Além disso, os artigos 215 e 216 da Constituição Federal impõe ao Estado o dever de proteger os modos de viver, fazer e criar bens materiais e imateriais associados à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade.

Assim, a garantia de seus territórios se vincula fundamentalmente com a sua própria existência, uma vez que terra e território, para os quilombolas, envolvem plantio, produção, vivências e expressões das manifestações culturais, celebrações, construções de espaços sagrados e de vínculo com as memórias ancestrais. Por isso, Silva e Souza (2020, p. 86) destacam que “as relações e os modos de vida associam-se a outras características de natureza cultural e simbólica, e a aspectos político-organizativos, como as lutas por reconhecimento e direitos”.

Dessa forma, a ameaça de remoção dessa população de seus territórios historicamente ocupados é fator que pode comprometer a sua continuidade. Entretanto, essa não é a única problemática que envolve as comunidades, pois conforme apontam referidas autoras (2020), a falta de recursos e a desigualdade social também colocam em risco a sobrevivência dos moradores, pelo fato de que a população negra contrai a infecção causada por covid-19 em taxas mais altas, estando mais propensa ao óbito.

No mesmo sentido, dados da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) demonstram que a taxa de letalidade da covid-19 entre os quilombolas é quase três vezes maior se comparada à taxa nacional, quando contabilizada de forma precisa, se for considerado haver a subnotificação de casos em ambos (MARQUEZINI; GUIMARÃES; BARRETO, 2021).

Destarte, de acordo com Neto (2021), os moradores dos quilombos remanescentes enfrentam dificuldades em cumprir o isolamento exigido como enfrentamento à disseminação do vírus, pois as comunidades se encontram, em sua maioria, próximas a grandes empreendimentos de mineração e do agronegócio ou de balneários e praias. Em razão disso, a população externa, quando possui interesses privados relacionados aos territórios quilombolas, muitas vezes, não respeita o isolamento dos moradores, colocando suas vidas em risco, já que o acesso à saúde nas comunidades é muito limitado, sofrendo pela falta de máscaras, luvas, álcool, testes, medicamentos e profissionais da área.

Diante desse quadro, muitos moradores utilizaram-se de seus saberes ancestrais para cuidar uns dos outros, por meio do uso de remédios caseiros para atenuar os sintomas de covid-19 nas pessoas infectadas. Ainda, além da falta de assistência, muitos quilombolas são portadores de doenças relacionadas a fatores ambientais e genéticos, condições sanitárias e vulnerabilidade alimentar, como diabetes, tuberculose, anemia falciforme e hipertensão arterial. Essas doenças, somadas aos riscos da covid-19, agravam a vulnerabilidade dessa população (NETO, 2021).

Além disso, sendo a covid-19 uma doença infecciosa, os quilombolas se encontram em situação ainda maior de risco, pela falta de acesso à água potável e condições de higiene adequada. Segundo Silva e Souza (2020, p. 88), “mais de 70% das comunidades quilombolas têm condições precárias de saneamento, como valas a céu aberto e fossas rudimentares”. Soma-se a isso o percentual de 75% da população quilombola, que vive em situação de extrema pobreza.

Ademais, a falta de dados oficiais também é um fator que prejudica os quilombolas. Segundo Neto (2021), o censo de 2020 incluiria dados sobre as comunidades remanescentes de quilombos de todo o território nacional. Entretanto, este foi adiado por conta da pandemia, o que influenciou na ordem de prioridades do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, que não colocou a população quilombola na fila de prioridades entre os grupos imunizados nas três primeiras fases de vacinação.

Outro obstáculo constatado nesse período se refere às consequências da falta de acesso à informação nos quilombos remanescentes, visto que é necessária titulação da comunidade para que haja a instalação de serviços essenciais, como saneamento e oferta de água e energia. Assim, muitas comunidades, pela falta de energia elétrica e de internet, não tiveram acesso adequado à informações oriundas do poder público em âmbito municipal, estadual ou federal sobre as formas de proteção contra o coronavírus (BORGES *et al*, 2020).

Conforme se extrai de pesquisa realizada pela Conaq (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) e por Intervenções – Coletivo Brasil de Comunicação Social, sobre direito à comunicação e acesso à informação nas comunidades quilombolas durante a pandemia de covid-19, na qual foram realizadas consultas a 29 membros, de 11 estados das cinco regiões do Brasil, Borges *et al* (2020) destacam que:

Órgãos responsáveis pelas questões quilombolas, como o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), pastas sob controle de expoentes do agronegócio e opositores à política de titulação dos territórios, não têm

desempenhado o devido papel de orientação às comunidades, aponta o levantamento.

Dessa forma, muitas comunidades ainda se encontram isoladas, sendo prejudicadas, inclusive, no recebimento do auxílio emergencial que o governo brasileiro destinou às pessoas necessitadas durante a crise causada pela pandemia. Assim, verifica-se a essencialidade do acesso à rede, uma vez que o cadastro para receber o auxílio somente pode ser realizado via aplicativo instalado no celular (BORGES *et al*, 2020).

Ainda quanto ao uso das tecnologias, destaca-se a adoção da modalidade de ensino por aulas remotas durante a pandemia, como forma de promover o isolamento social. Esse é outro fator prejudicial aos quilombolas, pelo motivo de possuírem precário acesso à internet, o que acentua a não continuidade nos estudos por parte dessa população, visto que apenas uma parcela mínima completa os estudos ou ingressa na universidade. Nesse quadro, encontram-se, inclusive, quilombolas que desconhecem a maioria de seus direitos, como o de acesso a cotas e a auxílios financeiros para conclusão dos estudos, o que evidencia a prejudicialidade causada pela falta de acesso à informação (GOMES, 2021).

Além das dificuldades já relatadas, as comunidades passaram a sofrer, também, as consequências da perda de seus meios de geração de renda, como a comercialização de produtos rurais nas tradicionais feiras livres e a interrupção do Programa de Alimentação Escolar. Desse modo, diante da inação do Estado, redes locais de solidariedade, por meio da contribuição de ONGs, de outras instituições chamadas “parceiras da causa quilombola”, além da sociedade de um modo geral, passaram a adotar estratégias como: arrecadação de doações de cestas básicas e de itens de higiene pessoal; campanhas de financiamento coletivo por meio de vaquinhas virtuais e promoção de rifas, como formas de amenizar a carência dessas pessoas (MARQUEZINI; GUIMARÃES; BARRETO, 2021).

Dessa forma, nota-se que as comunidades quilombolas enfrentaram inúmeros desafios durante a pandemia causada pelo coronavírus. Observa-se que o grupo social teve uma série de problemas no combate ao vírus. A falta de informação, a desigualdade social e carência de recursos foram fatores que desencadearam uma taxa elevada de mortes. Assim, as comunidades quilombolas tiveram as suas vulnerabilidades sociais agravadas durante a pandemia do Covid-19, de modo que é essencial discutir acerca da atuação do governo federal na contenção dessas fragilidades.

2. ATUAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL PARA PROTEGER AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

As políticas públicas são o conjunto de ações, planos, intenções que os governos traçam para alcançar o bem-estar de um determinado grupo ou interesse social. Em um contexto de crise, é dever do estado

fornecer políticas públicas para proteger os grupos mais vulneráveis. Neste tópico, há uma abordagem acerca da atuação do governo federal frente aos problemas enfrentados pelas comunidades quilombolas durante a pior fase da pandemia do covid-19.

O governo brasileiro deixou de ofertar políticas públicas para concretizar os direitos dos quilombolas durante a pandemia. Silva e Souza (2020, p. 88-89) destacam que o descaso do governo se evidencia no corte descomunal de orçamento para políticas para comunidades quilombolas, já que, de 2017 em diante não foi empregado nenhum recurso para regularização fundiária de territórios quilombolas, da Ação 210V do PPA (Promoção e Fortalecimento da Estruturação Produtiva da Agricultura Familiar, Pequenos e Médios Produtores Rurais). No ano de 2020, a Fundação Cultural Palmares também não executou nenhum recurso para as comunidades, tampouco o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Assim, conclui-se que as políticas públicas existentes para as comunidades quilombolas, que já não atendiam de maneira satisfatória as demandas fundamentais das comunidades, estão hoje reduzidas a quase nada.

Diante desse quadro de extrema vulnerabilidade, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) se colocou a frente da luta para que os direitos dos quilombolas sejam respeitados e consolidados, por meio de denúncias quanto à ausência de Planos de Contingência de Estados e municípios, organizando campanhas de arrecadação e distribuição de alimentos e kits de higiene, bem como fazendo o levantamento do impacto da Covid-19 nas comunidades (SILVA; SILVA, 2020).

Destaca-se, como tentativa de proteção às comunidades quilombolas, a aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto de Lei 1.142 de 2020, em julho de 2020, que previa diversas medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 em territórios indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais. Entretanto, o presidente Jair Bolsonaro sancionou o texto com 22 vetos, dentre eles: o acesso universal à água potável, a distribuição gratuita de materiais de higiene, limpeza e desinfecção de superfícies, a oferta emergencial de leitos hospitalares e de unidade de terapia intensiva (UTI), a aquisição de ventiladores e máquinas de oxigenação sanguínea, a criação de planos emergenciais para quilombolas, pescadores e outras comunidades tradicionais, bem como a distribuição de materiais informativos sobre a covid-19. Apesar disso, o Congresso Nacional derrubou 16 dos 22 vetos do presidente (NETO, 2021).

Após, em setembro do ano de 2020, a CONAQ protocolou no Supremo Tribunal Federal Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, um instrumento jurídico que busca a reparação, pelo

Estado, de danos causados pelo descumprimento da Constituição Federal. A ADPF-742, conhecida como ADPF quilombola, denunciou a omissão do Estado quanto à proteção dos quilombolas remanescentes, postulando pela criação de um plano emergencial específico para o combate da pandemia nas suas comunidades (NETO, 2021).

Após meses de tramitação, em 26 de maio de 2021, em decisão histórica, a ADPF reconheceu o dever do Estado Brasileiro de elaborar, no prazo de 30 dias, o Plano nacional de enfrentamento da pandemia Covid-19 destinado à população quilombola, versando sobre medidas de saúde e segurança alimentar e nutricional. Para isso, devendo constituir um grupo de trabalho interdisciplinar e paritário, com a participação de instituições do Poder público e da sociedade civil organizada, para debater, aprovar e monitorar a execução do Plano (ARAÚJO; DEALDINA, 2021).

Deverão também ser incluídas na fase prioritária do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação, as comunidades quilombolas. Ambos os planos devem detalhar como será a atuação governamental para o cumprimento da referida decisão, contendo objetivos, metas, cronograma de implementação, ações programáticas e metodologias de avaliação (ARAÚJO; DEALDINA, 2021).

Na ação também foi postulada a suspensão dos processos judiciais relativos às discussões sobre posse e propriedade das comunidades, sem que fossem prejudicados os direitos territoriais, o que foi deferido. Entretanto, o pedido formulado pela CONAQ, juntamente com partidos políticos, também abrangia a disponibilização de materiais de higiene, promoção de testagens, logística para acesso a leitos hospitalares, além da garantia do acesso à alimentação e água potável, sendo este último pedido negado (ARAÚJO; DEALDINA, 2021).

Dessa forma, verifica-se que a atuação do governo federal não foi eficaz para concretizar os direitos fundamentais das comunidades quilombolas durante a pandemia. O governo federal deixou transparecer um descaso absurdo em relação aos quilombos remanescentes no contexto da crise. Isso pode ser evidenciado pelos cortes de orçamento e vetos do presidente Jair Bolsonaro, situações que levaram ao julgamento da ADPF que reconheceu o dever do Estado Brasileiro em elaborar um Plano Nacional de enfrentamento da pandemia Covid-19 destinado à população quilombola.

Portanto, diante do descaso do governo em efetivar os direitos fundamentais dos quilombolas por meio do lançamento de políticas públicas, verifica-se que as vulnerabilidades das comunidades quilombolas foram agravadas no contexto da pandemia de covid-19.

CONCLUSÃO

A pesquisa teve por escopo analisar a situação das comunidades quilombolas durante a pandemia causada pelo coronavírus. O estudo buscou refletir sobre a atuação do governo federal para a efetivação dos direitos fundamentais dos quilombos remanescentes e o agravamento das vulnerabilidades sociais do grupo no contexto da crise pandêmica.

Antes de analisar a atuação do governo federal, foi necessário expor as vulnerabilidades sociais enfrentadas pelos quilombolas durante a pandemia. Assim, a primeira parte da pesquisa, longe de querer esgotar o assunto, expôs o agravamento das fragilidades das comunidades quilombolas durante a pandemia do covid-19. Firmado o entendimento acerca das fragilidades enfrentadas pelo grupo social, a pesquisa adentrou na atuação do governo federal para a efetivação dos direitos dos quilombolas durante a pandemia.

Assim, foi possível perceber que as comunidades quilombolas foram expostas a inúmeras vulnerabilidades durante a pandemia do covid-19. Os problemas enfrentados pelos quilombos remanescentes foram diversos. O primeiro problema observado foi a falta de reconhecimento territorial das comunidades quilombolas. O reconhecimento está vinculado fundamentalmente a própria existência quilombola, porquanto a terra e o território envolvem o plantio, produção, vivência e manifestação cultural e de ligação com as memórias ancestrais. Assim, a falta de reconhecimento significa deixar o povo quilombola extremamente vulnerável.

Além disso, foi possível perceber que as comunidades quilombolas tiveram altas taxas de mortalidade pelo covid-19. Isso foi gerado por uma série de fatores. A falta de informação, a desigualdade social e a carência de recursos fizeram com que os quilombos remanescentes fossem mais expostos ao vírus, o que resultou em uma alta mortalidade.

Outro ponto observado foi a falta de acesso à educação adequada. As comunidades quilombolas também migraram para o ensino a distância, a fim de respeitar as medidas de isolamento social. Todavia, as comunidades possuem um acesso precário à internet, fato que acentuou a não continuidade dos estudos por parte dessa população.

Nota-se, portanto, que as comunidades quilombolas foram expostas a diversas dificuldades durante a pandemia. As vulnerabilidades sociais foram intensamente agravadas no contexto da crise. O que se nota é que os quilombos remanescentes tiveram problemas em praticamente todos os setores sociais.

Perante esse contexto, o governo federal tinha o dever de lançar mão de políticas públicas para conter as vulnerabilidades. Todavia, o que se evidenciou foi um descaso por parte do governo federal.

Nesse sentido, observa-se que o governo federal cortou verbas destinadas as comunidades quilombolas, fazendo com que as políticas públicas existentes para esse grupo, as quais já não atendiam de modo satisfatório, fossem reduzidas a quase nada. Além disso, o presidente Jair Bolsonaro vetou 22 pontos do projeto de Lei 1.142 de 2020, o qual previa medidas de proteção social para prevenção do contágio e disseminação do Covid-19 em territórios quilombolas.

Esses fatores levaram ao ajuizamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, a qual denunciou a omissão do Estado quanto à proteção dos quilombolas remanescentes. A ADPF reconheceu o dever do governo brasileiro em elaborar um Plano Nacional de enfrentamento da pandemia Covid-19 destinado à população quilombola. O ajuizamento do instrumento jurídico indica a grave conduta do governo federal ao não garantir a proteção das comunidades quilombolas no contexto da crise pandêmica.

Conclui-se, portanto, que a hipótese levantada nesta pesquisa foi confirmada em sua integralidade. Isso porque o governo federal deixou transparecer um total descaso com relação aos povos quilombolas durante a pandemia. Tal situação é corroborada pela falta de políticas públicas que visassem a proteção social e a prevenção do contágio nas comunidades quilombolas, bem como pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, protocolada pela omissão do Estado brasileiro em garantir a concretização dos direitos dos quilombolas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiza Viana; DEALDINA, Selma dos Santos.

ADPF 742: o reconhecimento do direito à vida quilombola frente à Covid-19. Ecam, 2021. Disponível em: <http://ecam.org.br/blog/adpf-742-o-reconhecimento-do-direito-a-vida-quilombola-frente-a-covid-19/>. Acesso em: 19 out. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 out. 2021.

BORGES, Lizely; BASTER, Kel; DEALDINA, Selma; MOURA, Iara; NOBREGA, Camila. Como os quilombolas estão atravessando a pandemia no Brasil. Terra de Direitos, 2020. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/acervo/artigos/como-os-quilombolas-estao-atravessando-a-pandemia-no-brasil/23298>. Acesso em: 19 out. 2021.

DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2021: relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Situação dos direitos humanos no Brasil: Aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 12 de fevereiro de 2021 / Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

GOMES, Marcelo. Com pandemia, quilombolas perdem renda e têm trajetória escolar interrompida. Brasil de Fato, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/11/com-pandemia-quilombolas-perdem-renda-e-tem-trajetoria-escolar-interrompida>. Acesso em: 19 out. 2021.

MARQUEZINI, Hellen Cordeiro Alves; GUIMARÃES, Ludmila de Vasconcelos Machado; BARRETO, Raquel de Oliveira. Pandemia e quilombos: decisões sobre o “deixar viver e deixar morrer”. Revista Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 57, n. 1, 2021. Disponível em:

http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/22257/60748572. Acesso em: 19 out. 2021.

NETO, Pedrosa. Para quilombolas, pandemia foi sinônimo de abandono, racismo e necropolítica. População reclama do abandono do Estado e da falta de políticas de saúde específicas no combate à pandemia em seus territórios. Colabora, 2021. Disponível em:

<https://projetocolabora.com.br/ods3/pandemia-foi-sinonimo-de-abandono-e-racismo-para-quilombolas/>. Acesso em: 19 out. 2021.

SILVA, Gilvânia Maria da; SOUZA, Bárbara Oliveira. Quilombos e a luta contra o racismo no contexto da pandemia. Boletim de análise político-institucional. Pandemia e Políticas Públicas: a questão étnico-racial no centro do debate. Ipea, Rio de Janeiro, 2021, p. 85-91, 26 mar. 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/210304_bapi_26.pdf. Acesso em: 17 out. 2021.

SILVA, H. P.; SILVA, G. M. A situação dos quilombolas no Brasil e o enfrentamento à pandemia da Covid-19. ABRASCO, 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/a-situacao-dos-quilombos-do-brasil-e-o-enfrentamento-a-pandemia-da-covid-19-artigo-de-hilton-p-silva-e-givania-m-silva/52116/>. Acesso em: 18 out. 2021.

Capítulo 6



10.37423/220205364

ANÁLISE DOS IMPACTOS E BENEFÍCIOS DO USO DE JOGOS LÚDICOS EM AULAS DE BIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA AMAZONENSE

Elaine de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

Ana Lúcia Soares Machado

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

Daniel Nascimento-e-Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas



Resumo: Este estudo analisou o impacto do uso de jogos lúdicos no ensino de biologia em uma turma de ensino médio de uma escola estadual amazonense. A experiência aconteceu em três fases: na primeira foram apresentados os fundamentos teóricos do assunto, na segunda foram mostrados alguns jogos existentes e que poderiam auxiliar o aprendizado e na terceira foram desenvolvidos dois jogos. O primeiro foi um jogo de tabuleiro e o outro, o Quiz Biologia, jogo eletrônico, com o uso de tablets, distribuídos para cada equipe. Cada acerto permitia andar 2 casas, para as questões fáceis, 4 para as médias e 5 para as difíceis, vencendo a equipe que primeiro alcançasse a casa de chegada. Os resultados mostraram: a) os alunos não sabiam que havia jogos lúdicos para aprender conteúdo de aula; b) houve motivação para aprender em todos eles; c) descobriram que aprender pode dar prazer; houve da motivação e melhoria do relacionamento entre os membros da equipe e com outros colegas de turma. A conclusão mostra que os jogos lúdicos podem ser importantes aliados no processo de ensino-aprendizagem porque, além de gerarem os resultados de aprendizagem, colaboram para a aquisição de habilidades motivacionais e relacionais.

Palavras - chave: Jogos Lúdicos; Processo Ensino-Aprendizagem; Aprendizagem de Biologia; Recursos Tecnológicos.

INTRODUÇÃO

Os sistemas educacionais brasileiros têm encontrado bastante dificuldade para planejar e executar novas modalidades de ensino-aprendizagem para que o aluno se mostre atraído por elas. Não parece ser novidade para grande parte da população o sentimento de certa incompatibilidade entre a forma como as aulas são ministradas e o interesse dos alunos, especialmente os do ensino médio. Composta majoritariamente por adolescentes, que se encontram na fase intermediária onde se mesclam caracteres da infância e da fase adulta, essas turmas costumam ser verdadeiros desafios para os profissionais da educação e da pedagogia cumprirem sua missão.

A busca por propostas razoáveis para a conquista e manutenção do interesse dos estudantes pelas aulas, pelo menos naqueles poucos minutos de suas durações, parece ter encontrado na conjunção entre metodologias ativas e jogos lúdicos um caminho não apenas possível, mas necessário. As metodologias ativas colocam o aprendiz no centro das atenções porque se caracterizam pela compreensão seguida de ação (MORESI et al, 2018; BERNINI, 2017), na busca da construção da autonomia (NAGIB; SILVA, 2020), como forma de aprimoramento das práticas pedagógicas (OLIVEIRA, 2019). Os jogos lúdicos, por sua vez, dão novo sentido tanto ao trabalho docente quanto ao desafio de aprender porque parecem conjugar diversão e responsabilidade, características essenciais das crianças e dos adultos. O que o adolescente precisa adquirir para adentrar no mundo adulto (a responsabilidade) pode, através dos jogos lúdicos, ser feito como as crianças fazem, se divertindo.

Neste sentido, este estudo teve como objetivo analisar os benefícios e impactos do uso dos jogos lúdicos em aulas de biologia por parte de alunos do ensino médio de uma escola pública do estado do Amazonas. Será que brincadeiras e jogos eletrônicos causam impactos positivos sobre a aprendizagem de alunos de uma pequena cidade amazônica, como acontece com os alunos dos grandes centros urbanos nacionais? O principal motivo para a realização desse estudo foi a necessidade de encontrar uma forma de elevar a participação dos alunos no processo-ensino aprendizagem a partir da introdução brincadeiras e recursos tecnológicos como ferramentas, tanto no sentido de atrair a atenção quanto na busca de aliar o prazer com a obtenção do aprendizado desejado.

As observações que este artigo documentou foram realizadas com uma turma de alunos do ensino médio, cujo desafio (objetivo) de aprendizagem foi o funcionamento do Sistema Respiratório. Dividida em três etapas, a experiência mostrou que houve modificações positivas no desempenho de todos os alunos, além de externalidades positivas de ordem comportamental e relacional. Os resultados demonstram que o uso dos jogos lúdicos no processo ensino-aprendizagem não provoca apenas o

aprendizado do conteúdo estudado, mas vai mais além, desenvolvendo as dimensões motivacionais e relacionais.

OS JOGOS LÚDICOS E A REALIDADE AMAZÔNICA

Parece ser um tanto quanto consensual o fato de que há um descompasso entre as práticas pedagógicas contemporâneas com as que seriam desejadas pelos estudantes. Dito de outra forma, parece que a forma com que se realiza o processo ensino-aprendizagem não é bastante atrativo para os adolescentes da atualidade. Neste sentido, diversas estratégias de ensino têm sido experimentadas em diversos lugares com o intuito de se estabelecer uma correspondência mínima entre o interesse dos alunos e a capacidade pedagógica do corpo discente, como é retratado nos estudos de Rodrigues (2010), Martins e colaboradores (2014), Cesario e colaboradores (2016), Junqueira e colaboradores e Freitas, Spagnol e Camargos (2006).

E a busca pela compatibilidade não faz parte apenas da preocupação de um extrato ou nível específico de ensino; pelo contrário, é um desafio para todo o sistema educacional. Abarca o ensino fundamental (MARTINS, 2014; BIASON, 2013; LEDUR, 2015), o ensino médio (MEDEIROS, 2014; LEDUR, 2014; MÜLLER, 2014) e ensino superior (RODRIGUES, 2010; FELÍCIO; SANTOS; SANTOS, 2018; DINIZ, 2018). Até a pré-escola já é foco de preocupação dos pesquisadores, como mostra o estudo de Nunes (2008).

É nesse contexto que os jogos lúdicos aparecem como ferramentas essenciais para a atualização pedagógica, principalmente aquelas que são praticadas mais distantes dos grandes e médios centros urbanos. Alguns estudos foram feitos neste sentido. O estudo de Souza, Silva e Silva (2018) descobriu que 80% dos alunos melhoraram o aprendizado, tiveram melhor compreensão do assunto estudado (citologia) e melhoraram suas relações com os colegas, descobertas semelhantes às de Souza e Lira-da-Silva (2011), Schall, Randler e Krall (2007) e Machado (2015). Infelizmente, como mostra o estudo de Moraes e Soares (2017), as regiões Sul e Sudeste são as que concentram a quase totalidade de experiências com jogos lúdicos no ensino de Biologia. E isso parece diferenciar a realidade amazônica dos grandes centros urbanos brasileiros.

A realidade das escolas públicas das pequenas cidades do interior da Amazônia é diferente das que funcionam nas de médio e grande porte regionais e nacionais. E essa diferenciação também atinge o corpo discente, e com mais intensidade no aspecto socioeconômico. Ainda que o universo das tecnologias digitais tenham tomado conta de todas as classes sociais, principalmente devido à grande

atratividade que os celulares representam, seu direcionamento para o ensino e a aprendizagem ainda parece ser quase desconhecida para essa população amazônica.

Neste sentido, a primeira interrogação que este estudo procurou responder foi exatamente se os estudantes de escolas de pequenas cidades do interior amazônico sabem o que são jogos lúdicos. Se souberem, fica facilitado o seu uso no processo pedagógico; se não sabem, seu conhecimento pode iniciar um novo processo de aprendizagem monitorada e de autoaprendizado. Em ambos os casos, poderão vasculhar todos os aplicativos geralmente disponíveis nos aparelhos celulares para aprenderem os conteúdos das disciplinas oficiais.

A segunda interrogação que norteia esta investigação é saber se os alunos terão motivação equivalente para aprender conteúdos através de jogos e recursos digitais em relação às aulas tradicionais. Noutras palavras, aprender com diversão é mais motivador do que com a prática pedagógica usual ou não? É provável que o encanto que os jogos eletrônicos e as brincadeiras de rua exercem sobre a mente infantil e adolescente, se convergentes para os alvos pedagógicos, fortaleçam tanto o processo de aprendizagem quanto o aprendizado obtido.

A terceira interrogação advém justamente do processo de aprendizagem: é mais prazeroso aprender com jogos e recursos digitais ou através das aulas tradicionais? Para essa questão, naturalmente que está subjacente a ideia de prazer/desprazer no processo ensino-aprendizagem, como acontece com a música (SOARES; CERVEIRA; MELLO, 2019), jogos interpretativos (MOREIRA, 2019) e o uso de metodologias ativas (PISCHETOLA; MIRANDA, 2019), que configuram uma pedagogia do prazer (MENDEZ, 2019). O prazer seria um recurso motivador.

As respostas a essas três interrogações permitiriam a obtenção de evidências empíricas suficientes para identificar os benefícios que os jogos lúdicos podem proporcionar. Os jogos lúdicos parecem ter poderes motivacionais que são capazes até de trazer benefícios para o enfrentamento de doenças em hospitais, como mostram os estudos de Marques e colaboradores (2016), Rockembach (2017) e Nascimento (2016), dentre inúmeros outros. Esse efeito motivacional também foi detectado na aprendizagem de alunos surdos (SILVA, 2017), domínio da matemática (OLIVEIRA, 2018) e no ambiente escolar como um todo (GOMES, 2015), o que permite lançar a hipótese de que os jogos lúdicos proporcionam benefícios também à aprendizagem de biologia. Contudo, é importante considerar a constatação do estudo de Bernardi (2016), de que as crianças têm se distanciado das brincadeiras, em triste realidade cada vez mais presente.

A segunda hipótese é que os jogos lúdicos impactam positivamente na aprendizagem de biologia. O estudo de Paula e Valente (2016) constatou maior envolvimento dos alunos quando utilizaram jogos eletrônicos, o de Farias e colaboradores (2019) detectou maior concentração dos alunos ao longo do processo de aprendizagem e o de Coutinho (2019), maior engajamento nas atividades. É provável, então, que haja impactos de diversas formas e dimensões do uso de jogos lúdicos que precisam ser conhecidas para que possam ser utilizadas com adequação.

MÉTODO

Foi realizada atividade de observação e regência no período de estágio realizado na Escola Estadual Professor José Paula de Sá. O projeto foi dividido em três fases. A primeira fase teve o objetivo de apresentar fundamentos teóricos através de slide e aulas ilustradas com materiais concretos (garrafas pet, bexigas, canudos etc.) simulando o Sistema Respiratório. Na segunda fase foram apresentados alguns jogos já existentes que podem ser aplicados para auxiliar o ensino e aprendizagem. Por fim, na terceira fase todos alunos foram convidados a participar dos jogos. Foram desenvolvidos dois jogos pedagógicos a respeito do tema Sistema Respiratório. Cada qual foi aplicado durante a última semana de estágio: o primeiro jogo foi o “Tabuleiro” e segundo jogo um “Quiz Biologia”.

Para a realização dos jogos, os estudantes foram distribuídos em 8 grupos. Para dar início, primeiramente foi apresentado o jogo e estabelecidas as regras para os grupos. Essas regras foram as seguintes: cada integrante do grupo deveria tirar uma carta uma por vez, que estavam enumeradas em 2 (fácil), 4 (média dificuldade) e 5 (difícil). O integrante de outro grupo lia a pergunta para os membros de seu próprio grupo, que também deveriam respondê-las. Se o grupo acertasse a resposta, andava a casa, de acordo com o nível que os participantes haviam escolhido. Se acertassem uma pergunta fácil, andariam 2 casas; se uma média, 4 casas; e se uma difícil, 5 casas.

Todos os integrantes podiam participar das jogadas. Cada grupo e seus integrantes tinham 30 segundos para responder as perguntas. Se não respondessem corretamente, permaneceriam no mesmo lugar. O grupo vencedor seria aquele que chegasse primeiro à casa de chegada. Foi observada a apreensão dos estudantes em cada acerto e também o medo em cada erro.

Logo após o Jogo do Tabuleiro foi dada uma atividade com desenho do sistema respiratório, em que os grupos tinham que fazer os órgãos com massinha de modelar, pôr cada “órgão” no seu devido lugar e escrever o nome dos órgãos do Sistema Respiratório. Pôde-se observar a satisfação em participar

das atividades. No decorrer do jogo percebeu-se a socialização e a motivação entre todos os envolvidos, e principalmente a interação dos integrantes do mesmo grupo.

O segundo Jogo aplicado foi um Quiz Biologia. Este jogo os alunos não esperavam, foi surpresa para eles. Foram explicadas as regras e como se jogava. O quiz biologia está dividido em três fases: modo fácil, médio e difícil, com doze perguntas para cada modo de jogo, contendo as alternativas A, B, C e D. Neste jogo, é o participante que escolhe a fase que quer jogar. O interessante é que os jogadores não sabem se acertaram as respostas, pois só vão saber quanta respostas acertaram no final da fase escolhida. O Quiz Biologia foi criado utilizando um notebook com o sistema operacional Windows 10 com um programa chamado Unit versão 5.3.1.

Foram formados 8 grupos novamente, com outros alunos. Foram utilizados tablets e cada grupo ficou com um para jogar. Os estudantes ficaram entusiasmados, por terem aula diferente do que estão acostumados e com equipamentos que jamais manusearam na escola. No decorrer do jogo (tanto do tabuleiro quanto do Quiz e da atividade com massinha de modelar), percebeu-se a interação entre os integrantes de cada grupo tentando entrar em acordo em relação à resposta a ser confirmada. Ao final das atividades, os alunos relataram suas percepções sobre a aula com o uso de jogos, enquanto recurso pedagógico. Além disso os alunos colaboraram para que aplicação projeto fosse concluída satisfatoriamente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A experiência de introdução de jogos nas atividades de ensino de Biologia trouxe três descobertas: primeiro, que os alunos desconheciam o que eram jogos lúdicos; segundo, tiveram suas motivações para o aprender despertadas; e terceiro, começaram a sentir o prazer de aprender. Como consequência, vários benefícios do processo de aprendizagem foram auferidos, com marcantes impactos sobre o desempenho do aprendizado.

PRIMEIRA DESCOBERTA: O QUE SÃO JOGOS LÚDICOS

Apesar de se estar no ano de 2019, a maioria dos alunos não sabia o que eram jogos lúdicos. Quando lhes foi falado da forma como o estudo seria feito, eles perguntaram como o que eram e como eram os jogos lúdicos. Foram feitas várias explicações sobre os jogos, seus tipos e principalmente os recursos tecnológicos que seriam utilizados. Isso despertou a imaginação de cada um, de maneira que ficaram muito curiosos e muito interessados em aprender brincando em uma aula diferente. A impressão que se tinha é que eles se imaginavam tendo um sonho, que é o de aprender brincando, tal a novidade

que os recursos tecnológicos tiveram para eles. Vale ressaltar, também, que a escola onde foi aplicado o projeto está localizada na sede do município, mas, mesmo assim, os alunos não conheciam aulas lúdicas. Imaginavam que isso era coisa de *Lan House* e que os jogos só serviam para diversão.

Em termos de historicidade, desconhecer jogos lúdicos de aprendizagem não deixa de ser “estar fora do tempo”. Vive-se o tempo da tecnologia, tempo esse que se aprofunda cada vez mais. Há tecnologia em tudo, desde o acordar ao adormecer; desde as necessidades mais básicas, como se alimentar, às mais complexas, como dirigir uma nave espacial ou fazer uma cirurgia cerebral. E os alunos pesquisados jamais tinham ouvido falar de jogos para aprender os conteúdos de aula. Essa experiência, dentre inúmeros outros aspectos positivos, os reintegrou, pedagogicamente, à história presente, mostrando que é possível estudar qualquer conteúdo de Biologia com o uso de tecnologias pedagógicas.

Esses resultados atentam para a seguinte questão: como utilizar aquilo que é desconhecido? Ora, é justamente o poder do conhecer que possibilita realizar atos e modificar o mundo de forma consciente (POLANYI, 1966; 2005). Ao tomarem conhecimento de que brincadeiras que seus pais conheciam poderiam ser direcionadas para aprender os conteúdos das aulas e que os celulares estão repletos de jogos educativos os alunos descortinaram novos e prazerosos horizontes. Era possível visualizar o funcionamento das células, perceber com nitidez os limites de cada componente celular nos jogos embutidos naqueles aparelhos. Além disso, constataram que “pagar prenda” poderia ser direcionada para aprender qualquer coisa, assim como outras brincadeiras.

A SEGUNDA DESCOBERTA: MOTIVAÇÃO PARA APRENDER

Ainda que os alunos não tivessem tido contato com o lúdico no processo de ensino-aprendizagem, ficaram muito motivados e interessados em saber como essas ferramentas iriam ajudá-las a aprender com mais facilidade os assuntos em estudo. Quando entenderam o que eram jogos lúdicos, parece ter ficado na mente de cada um deles aquela grande interrogação de como o brincar pode levar ao aprender. Parecia haver uma separação bem nítida entre brincar e aprender: brincar era para a diversão; aprender era coisa séria, não estando ligada a diversão. Se se divertia, não poderia aprender; se estava aprendendo, toda conotação de diversão deveria estar distante.

Quando começaram a praticar aquilo que lhes foi explicado anteriormente, sobre como os jogos funcionam e como se aprende jogando, eram visíveis seus contentamentos a partir do brilho de seus olhos. Era como algo mágico estar se materializando, justamente o casamento da diversão, que é o

que praticamente todos procuravam até nas horas das aulas tradicionais, com a atividade séria do aprender. Ao jogar utilizando recursos tecnológicos, descobriram que o ato de aprender pode ser tão prazeroso quanto jogar futebol ou brincar nas Lan House, ampliando seus conhecimentos através da diversão.

A motivação é justamente a força interior que leva as pessoas a produzirem feitos. É a motivação que impulsiona as pessoas (DAMASO et al, 2019), tanto para a realização de tarefas (DUARTE; TEIXEIRA; SOUSA, 2019) quanto para a aprendizagem (SUEHIRO; BORUCHOVITCH, 2019), constituindo-se em importante recurso psicológico (ALMEIDA et al, 2019), ainda desconhecido no meio e na prática pedagógica. Os jogos e as brincadeiras têm o poder de despertar essas forças mentais, cabendo aos sujeitos da aprendizagem focá-las em direção ao alvo pretendido. Como ninguém tem o poder de motivar ninguém (GABRIEL et al, 2019; SANTOS, 2018; BOGHI et al, 2018), os jogos representam também meios para que os indivíduos descubram em si mesmo suas potencialidades desconhecidas.

A TERCEIRA DESCOBERTA: A DESCOBERTA DO PRAZER DE APRENDER

Duas evidências comprovaram a descoberta do prazer de aprender dos alunos que participaram dessa experiência: primeiro, a empolgação para realizar cada atividade dos jogos; segundo, a demonstração de tristeza quando o tempo de aula se esgotava. A cada atividade, era visível o empenho de cada um em desenvolver com a maior acurácia possível a tarefa, utilizando todas as suas habilidades e conhecimentos, não apenas de Biologia. Como se estivessem em uma sala de jogos que não de instituição escolar, a mesma empolgação que se vê nas casas de diversão eletrônicas pôde ser vista ali. E a busca e manejo de conhecimentos e habilidades variadas era feita com tanta profusão, que os resultados positivos auferidos em cada etapa retroalimentava ainda mais a motivação para a fase seguinte, mais desafiadora.

Parece que a desconfiança dos desafios da próxima etapa preparava o cérebro dos alunos de forma semelhante como se prepara para algo “ruim” ou “amedrontador”. Isso significa que os alunos conseguiram fazer o que se espera de todo processo de aprendizado, que é recorrer a todo o estoque de conhecimentos disponíveis para dar conta do novo aprendizado que se prenuncia. Como era um jogo, sabia-se previamente com clareza sobre o objetivo a ser alcançado e o caminho que deveria ser trilhado para chegar até ele.

Esse caminho, portanto, começava de forma fácil e singela e se ia “complicando” incrementalmente até o final. Para não perder (ou não alcançar uma pontuação baixa), os alunos se dedicaram integral e

completamente a cada etapa, culminando com desempenhos que até eles mesmos não acreditavam. E tudo em um lapso de tempo tão curto, tão efêmero, que causou tristeza quando foi anunciado o fim das atividades. Como eles próprios disseram, “nem perceberam” o tempo passar, justamente o tempo que era seu maior inimigo nas aulas tradicionais porque “se recusava a passar” ou “passava muito devagar”.

O estudo de Sarriera e colaboradores (2007) mostrou diferenças qualitativas entre o tempo livre de adolescentes. Dentre as várias descobertas daquele estudo, duas têm implicações para com as deste. A primeira é o fato de que as escolas não precisam ter infraestruturas extraordinárias para proporcionar diversão aos seus alunos: aqui está sendo mostrado que durante o próprio ato de estudar a diversão é possível. A segunda é relativa à diversão, que muitas vezes está ligada a atividades que nada têm a ver com aprendizagem, o que inclui, inclusive, o uso de drogas ilícitas: aqui está sendo demonstrado que o próprio processo de aprendizagem, feita de forma divertida “melhora a autoimagem, produz sentimentos de realização, cria laços sociais e sentimento de pertença, levando à autoatualização, autoenriquecimento e autoexpressão” (SARRIERA et al, 2007, p. 727).

HIPÓTESE 1: OS JOGOS LÚDICOS TRAZEM BENEFÍCIOS À APRENDIZAGEM

A experiência feita com os jogos lúdicos confirma a hipótese de que trazem benefícios para os alunos. Dentre os benefícios encontrados destacaram-se a descoberta de novos recursos de aprendizagem, nova forma de aprender, possibilidade de aprender se divertindo, aprender pode ser prazeroso, motivação para a aprendizagem e facilidade de socialização. Para todos eles, antes da experiência, as únicas formas possíveis de aprender era através do quadro negro e giz ou através de livros e cadernos. Não conseguiam imaginar uma terceira via. Quando se falou que seriam utilizados computadores, quase ninguém acreditou, já que computador servia para se divertir ou navegar na internet de forma desinteressada. Quando foram instruídos sobre como proceder e ao longo da experiência de uso de tecnologias, ficaram convencidos de que essa é uma forma muito mais interessante e atraente de aprendizagem.

Aprender através do computador é mais efetiva porque diversos aspectos daquilo que se está aprendendo se tornam salientes que, de outra forma, não seriam. A tecnologia tem a capacidade de explicitar um número muito maior de aspectos de cada assunto que o discurso humano e os recursos não tecnológicos não conseguem. Com os recursos tecnológicos, os sentidos ficam muito mais aguçados e se consegue uma comunicação muito mais efetiva com o cérebro.

Quando os recursos tecnológicos se aliam à diversão, como é o caso dos jogos lúdicos, a aprendizagem continua a ser a finalidade de todas as atividades, mas o meio, a estratégia, muda. Como as pessoas deste momento histórico são diferentes das pessoas que viveram e aprenderam no passado, os recursos tecnológicos, típicos da história do presente e não do passado, tornam familiares e aprazíveis os ambientes de aprendizagem. Isso provoca prazer na aprendizagem e a efetiva. Como toda aprendizagem efetiva é fonte de motivação para novas aprendizagens, cria-se um círculo virtuoso de aprender, onde aprendizagem gera aprendizagem.

Observou-se que o processo de ensino aprendizagem não ocorreu apenas individualmente. O trabalho em grupo foi primordial, pois ajudou na socialização, interação entre os alunos. Apesar de estudarem na mesma sala durante o ano todo, muitos deles nem se falam, devido a alguns terem seu próprio grupo de cumplicidade. Neste sentido destaca-se o jogo como elemento que proporciona aproximação de diferentes membros de diferentes grupos.

Esses resultados confirmam as descobertas de benefícios de outros estudos, como o aprender de forma rápida e divertida (Silva; Hussein; Marques, 2019), efetiva melhoria na convivência cooperativa e divertida entre os alunos (ALENCAR et al, 2019), ganhos sociais, mentais e físicos (LOÇASSO; VENÂNCIO, 2019), desenvolvem o processo cognitivo, comportamental e afetivo da aprendizagem (SILVA; COLOMBO, 2019), dentre outros.

HIPÓTESE 2: OS JOGOS LÚDICOS CAUSAM IMPACTOS POSITIVOS NA APRENDIZAGEM

Dois resultados sobressaíram enquanto impactos sobre a aprendizagem dos alunos que participaram da experiência com os jogos lúdicos: primeiro, aprenderam muito rápido; e segundo, aprenderam de forma efetiva. Para dar conta do conteúdo da aula que foi feita com o auxílio de recursos tecnológicos, apenas um horário de aula não seria suficiente, se fossem utilizadas estratégias de ensino-aprendizagem e recursos pedagógicos tradicionais. Diversos aspectos podem explicar essa “lentidão”, que vão desde a desconexão desses recursos com a realidade histórica atual até a impossibilidade de o discurso (a explicação) humano conseguir dar conta da complexidade da realidade que o assunto de aula contém. Isso, portanto, exige mais tempo de explicação, reexplicação, tirar dúvidas, tirar novas dúvidas, aplicar exercícios, corrigir os exercícios e fazer os testes de aprendizagem. E o pior é que, dias (ou até mesmo horas) depois, aquele esforço todo se esvaiu, evaporou-se, como se nenhuns daqueles assuntos tivessem sido estudados. Os alunos esquecem de praticamente tudo.

Com o auxílio dos recursos tecnológicos há a reconexão do indivíduo com o seu tempo. Não que os assuntos tratados de forma tradicional não sejam os mesmos. É a estratégia e os recursos que transportam os alunos para o passado. A tecnologia os mantém, pelo menos no presente, já que há tecnologias capazes de transportá-los para o futuro. E como todo indivíduo do presente, o que lhe é familiar é quase sempre recurso sobre o qual têm maior facilidade de se reconhecer e manusear. Essa intimidade permite, portanto, que os desafios da aprendizagem (que é o que importa) sejam enfrentados de forma ativa e essa ativez retroalimenta, dá coragem, de enfrentar o desafio seguinte, em uma espiral evolutiva que leva à culminância efetiva do aprendizado. Quando se enfrentam os desafios, o aprendizado é efetivo porque não se decoram os nomes das coisas, por exemplo, mas atizam-se recursos cerebrais e estabelecem caminhos neuronais para aquilo que interessa, que é resolver problemas, lidar com eles, finalidade de toda aprendizagem.

Esses resultados confirmam outras descobertas de que os jogos aumentam a aprendizagem (SILVA et al, 2019; LIMA; SILVA; FIGUEIREDO, 2019; SOUSA; ALMEIDA; CARVALHO, 2019). Os indivíduos aprendem de forma mais efetiva porque os jogos despertam seu interesse pelo aprendizado (LIMA et al, 2019), levando-os a ir além do conteúdo de qualquer disciplina, forçando-os a obter conhecimentos e habilidades que não estavam previstos nos planos de ensino. Alunos que não sabiam manusear os tablets procuravam informações e as testaram, de maneira que, em pouco tempo, obtiveram a habilidade necessária para participar dos jogos. Aprender a manusear tablets não fazia parte do plano de ensino.

É esse ir além do que está previsto que, ao mesmo tempo em que demonstra o poder dos jogos lúdicos, torna efetiva a aprendizagem. Esta constatação permite até levantar a suspeita de que os planos de ensino não dão conta de todos os aspectos essenciais da aprendizagem. Aprender, nesse sentido específico, seria não apenas compreender os conteúdos das disciplinas, mas fundamentalmente entender o seu uso, seu manuseio ou a sua percepção diante do grande teatro da vida. Esse aprendizado mais amplo, tal qual é feito quando se precisa resolver determinado problema de vida, por exemplo, aproxima o que se aprende em sala de aula e em outros ambientes de aprendizagem com a vida real, aquela que desafia a todos o tempo todo. Os jogos lúdicos, ao que tudo indica, descortina os horizontes da vida, que se encontram para além das fronteiras da sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou que os jogos lúdicos trazem benefícios que impactam positivamente na aprendizagem da biologia, segundo as experiências obtidas com alunos do ensino médio de uma escola pública do estado do Amazonas. Os Jogos Lúdicos se configuram como importante recurso para a construção do conhecimento dos alunos de forma dinâmica e prazerosa. Isso confirma a descoberta de Sá, Teixeira e Fernandes (2007), de que a utilização de jogos nas atividades de ensino possibilita ao aprendiz momentos lúdicos e interativos nas etapas do processo de aprendizagem. Os jogos têm a capacidade de auxiliar o professor, desde que sejam desenvolvidos e trabalhados de forma adequada, possibilitando a aprendizagem significativa do aluno.

A utilização dos jogos pedagógicos despertou e motivou os interesses dos alunos ao desenvolver o raciocínio e exercitar o cérebro ao forçar o acesso ao estoque de conhecimentos de cada um para que pudesse desenvolver cada atividade e alcançar o objetivo pretendido. O lúdico se transforma em ferramenta muito importante para auxiliar o professor na condução da autoaprendizagem do aluno, uma vez que é ele mesmo quem percebe a necessidade e vai em busca de encontrar as respostas para cada atividade em direção à vitória almejada, vitória no jogo que se transforma em aprendizagem efetiva.

Os jogos aplicados indicaram que os alunos os apreciaram emotivamente. Houve aprendizagem com satisfação, com prazer. Ao mesmo tempo em que aprendiam, os alunos se divertiam, mas também se pode dizer que ao mesmo tempo em que se divertiam, aprendiam. Através dos jogos os conteúdos foram revisados e a assimilação de novos assuntos foi favorecida, o que demonstra que esses recursos se mostram facilitadores do processo educativo: além de promoverem a compreensão dos conteúdos, raciocínio e socialização entre os alunos, provocam prazer. Aprender começa a ser prazeroso com eles.

As práticas pedagógicas tradicionais (aulas expositivas) e os instrumentos tradicionais (quadro negro, giz, livros e cadernos), ainda que mantenham seu poder de gerar aprendizado, não têm o mesmo poder de chamar a atenção dos alunos, proporcionar prazer e satisfação durante o seu uso no processo ensino-aprendizado. Por outro lado, os jogos lúdicos permitem o aprendizado e o desenvolvimento motivacional e relacional de uma forma envolvente, “como se a gente estivesse brincando”, como sintetizou um dos estudantes que participou desta investigação, confirmando na realidade amazônica o que outros estudos já o fizeram em outros contextos.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Gildiney Penaves de et al. Jogos Cooperativos: Relações e Importância na Educação Física Escolar. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, v. 20, n. 2, p. 220-223, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.17921/2447-8733.2019v20n2p220-223>.
- ALMEIDA, Gabriela Fernanda Santos et al. A motivação para a prática do futebol de campo: um estudo com jovens atletas. *RENEF*, v. 9, n. 13, p. 02-12, 2019.
- BERNARDI, Denise. Reflexões acerca do brincar e seu lugar no infantil. *Rev. Bras. Psicoter. (Online)*, v. 18, n. 1, p. 82-92, 2016.
- BERNINI, Denise Simões Dupont. Uso das TICS como ferramenta na prática com metodologias ativas. In: DIAS, Simone Regina; VOLPATO, Arceloni Neusa. *Práticas inovadoras em metodologias ativas. (Orgs.)*. Florianópolis: Contexto Digital, 2017, p. 102-118.
- BIASON, Adriana Haruyoshi. Formação Inicial de professores da educação básica: PIBID relacionando teoria à prática. In: XI Congresso Nacional de Educação—Educere, Curitiba. *Anais...* Curitiba. 2013. p. 14432-14461.
- BOGHI, Claudio et al. Investigación-acción en estudiantes con dificultades psicosociales a través de terapias alternativas. *Research, Society and Development*, v. 7, n. 6, p. 1276345, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.17648/rsd-v7i6.345>.
- CESÁRIO, Juleandrea Bido et al. Portfólio reflexivo como estratégia de avaliação formativa. *Revista Baiana de Enfermagem*, v. 30, n. 1, p. 356, 2016.
- CORRÊA, Ivan Livindo de Senna; FISCHER, Maria Clara Bueno. A produção de conhecimento de trabalhadores metalúrgicos. *Trabalho & Educação*, v. 26, n. 3, p. 87-107, 2017.
- COUTINHO, Claudia. Promoção Juntou ganhou: Uma experiência gamificada para o engajamento de estudantes de Ensino Médio. *Anais... VIII Congresso Brasileiro de Informática na Educação*, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5753/cbie.wcbie.2019.739>.
- DAMASO, Graziana et al. Motivação no trabalho. *Revista Pensar Acadêmico*, v. 4, n. 1, p. 18-23, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21576/rpa.2011v7i1.1063>.
- DINIZ, João Fábio. Metodologias ativas no ensino superior: a articulação da resolução de situações problema com o ensino por meio de projetos em prática. *Revista Ensaios Pioneiros*, v. 2, n. 1, p. 32-46, 2018.
- DUARTE, Rodrigo Lana; TEIXEIRA, Aridelmo; SOUSA, Lindonjonson Gonçalves de. A relação entre a motivação e a satisfação no trabalho dos servidores públicos. *Revista de Carreiras e Pessoas*, v. 9, n. 3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20503/recape.v9i3.41504>.
- FARIAS, Fernando Lucas de Oliveira et al. Ensino de Programação Front-end através de jogos digitais: Um relato de experiência na Escola de Programação do LAIS/HUOL. *Anais...XXV Workshop de Informática na Escola*. 2019. p. 187. DOI: <http://dx.doi.org/10.5753/cbie.wie.2019.187>.
- FELÍCIO, Carla Bittencourt; SANTOS, Níger de Oliveira; SANTOS, Cristiane Bittencourt Felício. As redes sociais no processo de ensino-aprendizagem na educação superior. *Anais... Encontro Virtual de*

Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online, v. 7., n. 1, 2018.

FREITAS, Maria Édila Abreu; SPAGNOL, Carla Aparecida; CAMARGOS, Anadias Trajano. Observação e diário de campo: técnicas utilizadas no estágio da disciplina Administração em Enfermagem. Revista Baiana de Enfermagem, v. 20, n. 1-3, 2006.

GABRIEL, Wagner Alexandre et al. Implantação de plano de incentivo às vendas em uma rede de drogarias. Revista Gestão em Análise, v. 8, n. 2, p. 139-148, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.12662/2359-618xregea.v8i2.p139-148.2019>.

GOMES, Maria Lúcia Moreira. Jogos nas escolas: um olhar alternativo sobre a aprendizagem. Inter Science Place, v. 1, n. 4, 2015.

JUNQUEIRA, Cilene Rennó et al. A formação humanística, social e ética do graduando em odontologia. Rev Bras Ciênc Saúde, v. 14, n. 4, p. 25-36, 2011.

LEDUR, José Ricardo. Educação para o trânsito no ensino de ciências: proposta de uma unidade de ensino potencialmente significativa. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2015.

LIMA, Arlane Santos de et al. Gincana globalizada: a aprendizagem pelo meio lúdico no contexto do PIBID de geografia. Scientia Plena Jovem, v. 56, n. 1, p. 47-57, mar. 2019.

LIMA, João Paulo Ferreira; SILVA, Egle Katarinne Souza da; FIGUEIREDO, Luislândia Vieira de. "Batizando os hidrocarbonetos" jogo lúdico no processo de ensino-aprendizagem de química. Revista de Pesquisa Interdisciplinar, v. 2, n. 2.0, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.24219/rpi.v2i2.0.276>.

LOÇASSO, Victor Vargas Sol; VENÂNCIO, Ludmila Salomão. Jogos eletrônicos: uma nova modalidade esportiva. Revista Interdisciplinar Sulear, n. 3, 2019.

MACHADO, Ricardo Ferreira. Usando o jogo eletrônico educacional Calangos em sala de aula para ensinar sobre nicho ecológico. Dissertação de Mestrado. 2015. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MARQUES, Elisandra Paula et al. Lúdico no cuidado à criança e ao adolescente com câncer: perspectivas da equipe de de enfermagem. Escola Anna Nery, v. 20, n. 3, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/1414-8145.20160073>.

MARTINS, T. et al. A Gamificação de conteúdos escolares: uma experiência a partir da diversidade cultural brasileira. Anais... X Seminário de Jogos Eletrônicos, Educação e Comunicação, 2014.

MEDEIROS, Tainá Jesus. Um framework para criação de jogos voltados para o ensino de lógica de programação. Dissertação (Mestrado em Sistemas e Computação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

MÉNDEZ, José Mario. Cuerpos, pedagogías y diversidades: redescubir el placer de aprender. Revista Pedagógica, v. 21, p. 85-98, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v21i0.4597>.

MORAES, Fernando Aparecido de; SOARES, Márlon Herbert Flora Barbosa. Jogos no ensino de biologia: uma análise sobre os trabalhos presentes no ENPEC (1997-2015). Anais... XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação e Ciências, Florianópolis, 3 a 6 jul. 2017.

MOREIRA, Jasmine Cardozo. Jogos interpretativos e palestras: ferramentas de educação ambiental do Parque Nacional dos Campos Gerais (Paraná). *Terræ Didactica*, v. 14, n. 4, p. 467-476, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/td.v14i4.8652465>.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra et al. Challenge-based learning: a proposal to support the preparation of literature review. *Annals... 13th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI)*, IEEE, 2018, p. 1-6. DOI: 10.23919/CISTI.2018.8399150.

MÜLLER, Angela Denise Eich. Esquemas conceituais como recurso de ensino, aprendizagem e avaliação na eletrodinâmica em nível médio. Dissertação (Mestrado em Ensino de Física). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

NAGIB, Leonardo de Rezende Costa; SILVA, Denise Mendes da. Adoção de metodologias ativas e sua relação com o ciclo de vida e a qualificação docente no ensino de graduação em ciências contábeis. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 31, n. 82, p. 145-164, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1808-057x201909030>.

NASCIMENTO, Rogerio Rodrigues do et al. A brinquedoteca como instrumento na assistência à criança hospitalizada, sob o olhar do cuidador. *Revista Interdisciplinar*, v. 9, n. 2, p. 29-37, 2016.

NUNES, Débora RP. Theory, research and practice in Education: the formation of the teacher-researcher. *Educação e Pesquisa*, v. 34, n. 1, p. 97-107, 2008.

OLIVEIRA, Renata Carvalho de. Aplicação da metodologia de sala de aula invertida em disciplina do curso de Nutrição: relato de experiência. *Anais... VIII Congresso de Professores do Ensino Superior da Rede Sinodal*, 2019.

OLIVEIRA, Sandra Alves de. Vamos brincar, jogar e criar com prazer nas aulas de matemática no curso de Pedagogia!. *Revista de Investigação e Divulgação em Educação Matemática*, v. 2, n. 2, 2018.

PAULA, Bruno Henrique de; VALENTE, José Armando. Jogos digitais e educação: uma possibilidade de mudança da abordagem pedagógica no ensino formal. *Revista Ibero-americana de Educação*, v. 70, n. 1, p. 9-28, 2016.

PISCHETOLA, Magda; MIRANDA, Lyana Thédiga de. Metodologias ativas, uma solução simples para um problema complexo. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 16, n. 43, p. 30-56, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/2238-1279.20190003>.

POLANYI, Michael. *Personal knowledge: towards a post-critical philosophy*. London: Routledge, 2005.

Polanyi, Michael. *The tacit dimension*. London: Routledge, 1966.

ROCKEMBACH, Juliana Amaral et al. Inserção do lúdico como facilitador da hospitalização na infância: percepção dos pais. *Journal of Nursing and Health*, v. 7, n. 2, p. 117-26, 2017.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Popper e o processo de ensino-aprendizagem pela resolução de problemas. *Revista Direito GV*, v. 6, n. 1, p. 039-057, 2010.

SÁ, E. J. V.; TEIXEIRA, J. S. F; FERNANDES, C. T. Design de atividades de aprendizagem que usam Jogos como princípio para Cooperação. *Anais... XVIII Simpósio Brasileiro de Informática na Educação (SBIE)*, São Paulo, Brasil, 2007.

SANTOS, Rosineia Oliveira dos; ARAÚJO, Luis Fernando Ferreira de. A importância da comunicação no processo de liderança. *Revista de Humanidades, Tecnologia e Cultura*, v. 8, n. 1, 2018.

SANTOS, Rosineia Oliveira. A importância da comunicação no processo de liderança. *Revista de Administração em Saúde*, v. 18, n. 72, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.23973/ras.72.128>.

SARRIERA, Jorge Castellá et al. Significado do tempo livre para adolescentes de classe popular. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 27, n. 4, p. 718-729, 2007.

SCHAAL, Steffen; RANDLER, Christoph; KRALL, Stefanie. Learning about owls and their conservation--a comparison of media-assisted instructional methods. *Problems of Education in the 21st Century*, v. 1, p. 95-105, 2007.

SILVA, Fabiana de Oliveira da et al. Gincana de ciências da natureza: contribuições de atividades interdisciplinares lúdicas no processo de ensino-aprendizagem. *Scientia Naturalis*, v. 1, n. 2, 2019.

SILVA, Margarete Virgínia Gonçalves; HUSSEIN, Fabiana Roberta Gonçalves e Silva; MARQUES, Carlos Alberto. Jogos didáticos para o ensino de ciências naturais e matemática no atendimento pedagógico domiciliar. *Revista Dynamis*, v. 25, n. 1, p. 180-195, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/1982-4866.2019v25n1p180-195>.

SILVA, Sílvio Francisco da; COLOMBO, Andrea Vieira. Jogos: uma proposta pedagógica no ensino da microbiologia para o ensino superior. *ID on line Revista de Psicologia*, v. 13, n. 45, p. 110-123, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14295/online.v13i45.1801>.

SILVA, Valquiria da Conceição. A importância do lúdico para o ensino aprendizagem de alunos surdos. *Revista Somma*, v. 2, n. 2, p. 47-57, 2017.

SOARES, Olavo Pereira; CERVEIRA, Rosimeire Bragança; MELLO, Suely Amaral. Educação musical na escola: valorizar o humano em cada um de nós. *Cadernos CEDES, Campinas*, v. 39, n. 107, p. 125-138, jan./abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/cc0101-32622019213043>.

SOUSA, Érika Alves de; ALMEIDA, Ilda Neta Silva; CARVALHO, Valter Domingos Rezende. O lúdico no processo de aprendizagem infantil. *Multidebates*, v. 3, n. 1, p. 47-67, 2019.

SOUZA, Pedro Thiago Chagas de; SILVA, Ana Carolina Santos da; SILVA, Milena Cosmo da. Jogo do dominó aplicados ao conteúdo de citologia: uma proposta de aprendizagem lúdica. *Anais... V Congresso Nacional de Educação, Olinda*, 17 a 20 out. 2018.

SOUZA, Silvanir Pereira; LIRA-DA-SILVA, Rejâne Maria. Investigando a ludicidade: experiência educativa com jogos eletrônicos no ensino de biologia. *Anais... VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, Campinas*, 5 a 9 dez. 2011.

SUEHIRO, Adriana Cristina Boulhoça; BORUCHOVITCH, Evely. Motivação para Leitura e Lição de Casa no Ensino Fundamental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 35, out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3535>.

Capítulo 7



10.37423/220205369

ALTA MODA BRASILEIRA ENQUANTO ORGANIZAÇÃO: UM OLHAR PELA PERSPECTIVA DA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Vicky Lamberts

Universidade do Estado de Santa Catarina

Silene Seibel

Universidade do Estado de Santa Catarina

Icleia Silveira

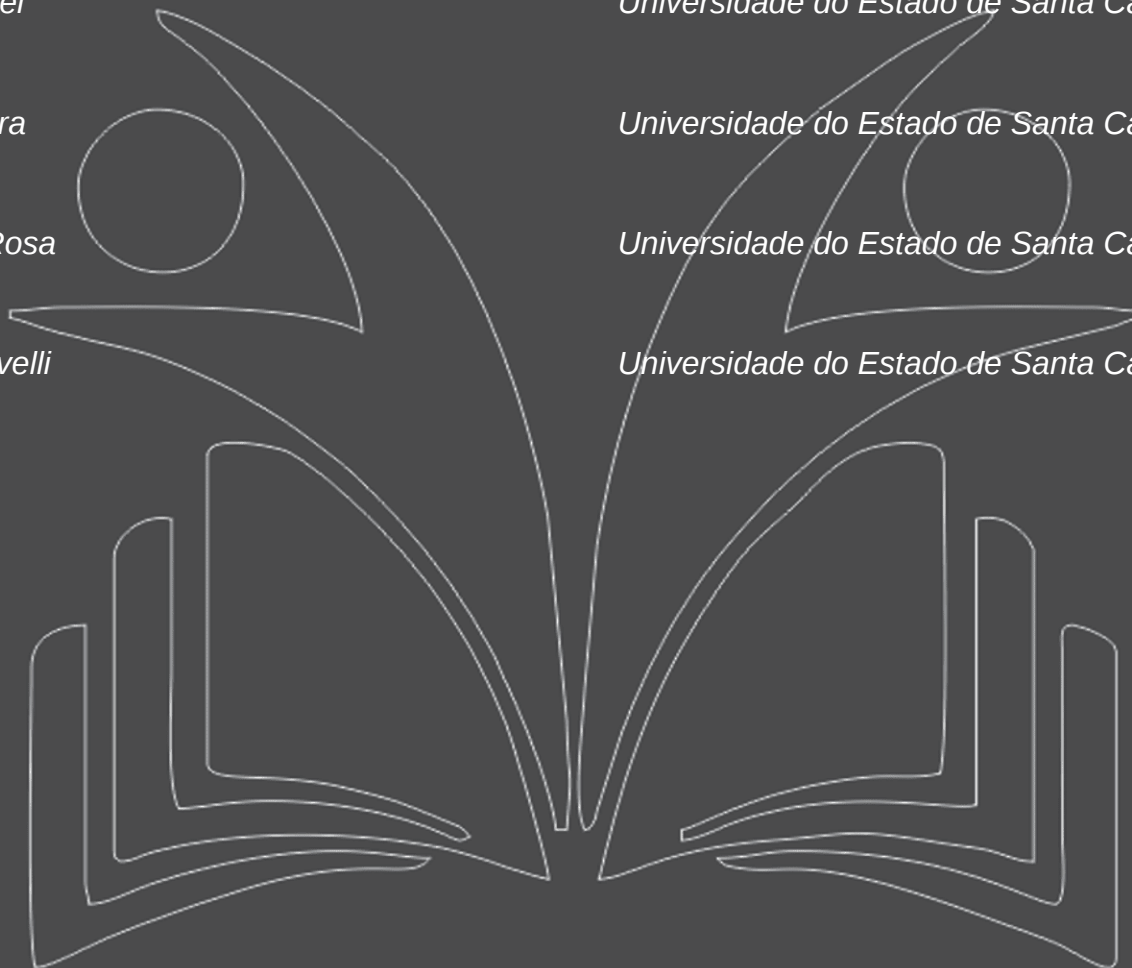
Universidade do Estado de Santa Catarina

Lucas Da Rosa

Universidade do Estado de Santa Catarina

Daniela Novelli

Universidade do Estado de Santa Catarina



Resumo: O presente artigo busca entender como se organizaram ateliês de Alta Moda Brasileira. Por meio de pesquisa bibliográfica de abordagem histórica, foram mapeadas a evolução das organizações até o estado da arte, assim como as influências que foram difundidas da organização Alta Costura.

Palavras-chave: Alta costura; Alta Moda Brasileira; organização.

INTRODUÇÃO

Com base na perspectiva dos estudos da administração da produção, o desenvolvimento das organizações passou por três grandes eras: (I) da agricultura, (II) da industrial e (III) da informação. Na primeira, as organizações eram, em sua grande maioria, oficinas e ateliês que dependiam da habilidade do artesão para a realização do trabalho. Ao migrar para a era industrial, alguns dos artesãos passaram a ser operários, o que fez as oficinas e ateliês desaparecerem e darem lugar às fábricas, com foco no trabalho repetitivo e mecanizado, que gera produtos padronizados. O artesão, que antes era responsável pela parte criativa e intelectual do trabalho, passa a ser mera engrenagem humana na fábrica, já que o conhecimento intelectual era liderado e de responsabilidade de uma minoria composta de gerentes. A era contemporânea, a da informação, também conhecida como era do conhecimento, é oriunda da aceleração no desenvolvimento de novas tecnologias do período industrial. Assim, o conceito de funcionário engrenagem é revisto e a organização passa a ver seu funcionário como colaborador. A principal riqueza da empresa torna-se o capital intelectual que a mesma possui, derivado do conhecimento de seus funcionários.

Com o início da Revolução Industrial, no século XVII, muitas áreas da produção, que antes eram de cunho artesanal, foram substituídas para a produção industrial. No setor de vestuário não foi diferente. Na contramão da industrialização e valorização do artesanato e do artesanal, a alta costura passa a se estruturar como organização por meio da *Chambre Syndicale de la Couture Parisienne*¹, a fim de se proteger e criar estratégias de competição comercial. Na Alta Costura, o maior capital está no artesanato e na forma artesanal de produzir. Posterior a isso, com as ameaças advindas do período da Segunda Guerra Mundial, o termo Alta Costura passa a ser protegido judicialmente, dando à *Chambre Syndicale de la Couture Parisienne* o direito avaliar e conceder ou não o título de Maison (Casa) de Alta Costura (GURMBACH, 2009).

A Alta Costura Parisiense se consolidou como símbolo de requinte, status, qualidade e também é responsável por ditar tendências de moda em nível global. Tais tendências são adaptadas (muitas vezes copiadas) para os demais setores da produção de vestuário, que vão desde ateliês de costura sob medida até fábricas do setor fast fashion.

Tendo a Alta Costura proteção judicial do termo, toda empresa ou marca que não faz parte da *Chambre Syndicale de la Couture Parisienne* produz Alta Moda. Dessa forma, o mundo da moda se espelha no particular da Alta Costura, principalmente os ateliês de Alta Moda. Esses almejam se igualar a sua matriarca não apenas no quesito tendências, inclusive, nas questões simbólicas. Independente

do país onde estejam alocados, veem na Alta Costura um norte para gerir e planejar o funcionamento do negócio.

Observa-se que os ateliês de Alta Moda Brasileira seguem padrões propagados pela Alta Costura. Ressalta-se que é comum vê-los se auto intitular como “Alta Costura”, buscando associar sua marca ao luxo e status.

Como o acesso à informação referente a produção de uma *Maison* de Alta Costura é muito restrito e protegido de espionagem, os ateliês de Alta Moda utilizam, em especial, as informações existentes — as quais podem ser oriundas de brasileiros que foram estudar em Paris e trouxeram tal conhecimento, ou de antigos funcionários de *Maisons* que migraram para o Brasil —, e adaptam toda a sua produção com base nessas meias informações. Tal ação leva a uma inconsistência produtiva dentro dos ateliês de Alta Moda que, por vezes, enfrentam problemas de gestão da capacidade produtiva, falta de planejamento da produção e custos invisíveis entre processos que acabam por diminuir o lucro da empresa. Todos esses fatores acabam por sobrecarregar os funcionários — principalmente as costureiras — do setor produtivo, o que vai contra os princípios da Era da Informação, que vê seu funcionário como maior capital da empresa. Em meio a essa grande colcha de retalhos entre as técnicas originais da Alta Costura e as adaptações para a Alta Moda, está inserido o problema desta pesquisa: como identificar a estrutura organizacional da Alta Moda Brasileira na contemporaneidade?

Em meio a este contexto, compreender a administração da produção nas organizações entre as suas eras, contextualizar historicamente a Alta Costura no contexto organizacional do universo das organizações e verificar a Alta Moda Brasileira enquanto organização pela perspectiva da administração da produção, tornam-se objetivos a serem abordados pela pesquisa qualitativa, de forma descritiva da teoria por meio de pesquisa bibliográfica.

Considera-se a relevância da pesquisa por entender que o cenário em que foi baseada e em que se encontra a Alta Moda Brasileira pode se estruturar traçando objetivos sólidos para a cultura organizacional deste setor. Apesar de estar-se vivendo na Era da Informação, muitas empresas não conseguiram se adaptar à realidade mercadológica deste momento, que possui um ambiente instável e turbulento e exige rápidas respostas, mas sem perder a qualidade esperada dos produtos do setor da Alta Moda. Para a contextualização da fundamentação teórica abordou-se as seguintes teorias: a evolução da administração da produção com base nos estudos de Chiavenato (2010) e Drucker (2012); a Alta Costura enquanto organização, utilizando a teoria de Grumbach (2009); De Bom (2018); e Fogg

(2013); e Alta Moda Brasileira enquanto organização, por meio dos estudos de *Michetti* (2012), *Montemezzo* (2003) e *Maleronka* (2007).

EVOLUÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES ENTRE ERAS DA AGRICULTURA, INDUSTRIAL E DA INFORMAÇÃO

O homem primitivo tinha como base de sua alimentação o que a natureza lhe provinha, ou seja, caça, pesca e coleta de alimentos. Essa dependência do que a terra oferecia passou a diminuir com o desenvolvimento da agricultura, onde ainda se dependia do solo, porém era o homem que o manipulava para atingir seu objetivo de sustento. A partir desse momento o homem se apropria da terra e passa a se organizar em grupos em prol de um objetivo coletivo: a subsistência. É nesse momento que ocorre a divisão social do trabalho e a divisão da sociedade em classes (CORAZZA; MARTINELLI JÚNIOR, 2002). Tem-se início a era da agricultura.

A era da agricultura é marcada pelo início das organizações. Não se tem bem exata a data de quando começou, apenas o mapeamento de como se desenvolveu, mas segundo Chiavenato (2010) ela perdurou por milênios, até o início da era industrial. Os autores Corazza e Martinelli Júnior (2002) relatam que Roma e Grécia antigas tinham na agricultura sua principal atividade econômica, o que se manteve até a Idade Média. Em ambos os períodos a atividade agrícola era voltada para a subsistência da sociedade, sem fim lucrativo.

Com a fragmentação do império Romano se desenvolveu o sistema feudal na Idade Média. Nesse novo sistema os antigos escravos passaram a ser servos, o que não modificou muito o cenário do trabalho em si (ORNELLAS; MONTEIRO, 2006). Além do trabalho servil dos agricultores da Idade Média, os artesãos foram figuras centrais nesse período. Dentro da economia fisiocrata, esses faziam parte da classe estéril², que englobava os artesãos, trabalhadores urbanos, profissionais liberais, serviços e comerciantes (CORAZZA; MARTINELLI JÚNIOR, 2002). Segundo Martins e Laugení (1998) o ofício de artesão existe desde o homem pré-histórico, o acompanhando por toda sua evolução. Em um primeiro momento o homem produzia as suas próprias ferramentas para uso individual, ou seja, não existia comércio. Conforme as civilizações se desenvolveram, as pessoas que detinham maior habilidade de produção artesanal passaram a se utilizar disso para obter sustento. O artesanato passa a ser atividade produtiva e comercial quando o cliente se torna o start da produção por meio da encomenda ao artesão, e essa passa a ser a primeira forma de produção organizada, já que o mesmo deve cumprir prazos de entrega e, portanto, estabelecer prioridades de produção (ESCORSIM et al., 2005). Com o crescente número de encomendas, os artesãos passam a contratar e treinar ajudantes para

desenvolver o trabalho de menor capacidade técnica e, quando estes dominam o ofício, passam a ser novos artesãos.

No que diz respeito às funções exercidas pelo homem, poucas mudanças ocorreram até o ano de 1769, com a criação da primeira máquina de fiar e 1776 com a invenção da máquina a vapor por James Watt (MARTINS, 2004). Era o começo do que veio a ser a Era Industrial, que é marcada pela Revolução Industrial.

Tendo início na Inglaterra, e posteriormente expandindo para os Estados Unidos, a Revolução Industrial teve crescente aceleração no decorrer de um século e gerou significativas mudanças de ordem econômica, política e social. Esse período, segundo Chiavenato (2013), pode ser dividido em 1ª Revolução Industrial (178–1860) e 2ª Revolução Industrial (1860–1914).

A 1ª Revolução Industrial pode ser dividida em quatro fases: (I) “mecanização da indústria e da agricultura” — substituição da força humana e da água pela força de máquina; (II) “aplicação da força motriz à indústria” — as oficinas/ateliês se convertem em fábricas e ocorrem grandes mudanças na área da comunicação, transporte e agricultura pelo advento da máquina a vapor; (III) “desenvolvimento do sistema fabril” — processo de urbanização com a migração dos agricultores e artesãos para o entorno das fábricas onde trabalhavam pautados pela divisão do trabalho; e (IV) “aceleramento dos transportes e das comunicações” — surgimento das estradas de ferro e novos meios de transporte, junto com o surgimento dos novos meios de comunicação o que possibilitou acelerar ainda mais as mudanças ocorridas no segundo momento da Revolução Industrial (CHIAVENATO, 2013, p. 24–25).

Se, no primeiro momento da Revolução Industrial, o carvão e o ferro foram elementos cruciais, na 2ª Revolução Industrial a eletricidade, o uso de combustíveis derivados do petróleo e o uso do aço são as grandes inovações (MARTINS, 2004; CHIAVENATO, 2013). O ferro passa a ser substituído pelo aço enquanto o vapor é substituído pela eletricidade e pelos combustíveis derivados do petróleo por meio do motor a combustão. Nesse momento que surgem as máquinas automáticas, o que leva a especialização do trabalhador que, por sua vez, deixa de ser um artesão que trabalha com ferramentas e passa a ser um operário especializado no trabalho com maquinário. Ocorre uma ampliação significativa das ferrovias e, em 1908, Henry Ford produz o automóvel de modelo T, que fica marcado na história pela sua forma de produção em linha.

Anteriormente ao período da Revolução Industrial, da manufatura se derivavam produtos artesanais, produzidos manualmente e com o auxílio de ferramentas. Ou seja, a qualidade do produto produzido

dependia, além da qualidade da matéria-prima, exclusivamente da habilidade do artesão. Esse possuía seu próprio método de produção e de aferição de medidas, sendo assim, os produtos eram exclusivos e sob medida — o processo era artesanal e não padronizado, onde dificilmente um produto sairia igual ao outro — e não haviam peças de reposição — quando uma peça quebrava, outra tinha de ser produzida sob medida para o produto em questão. É interessante pontuar que, com essa manufatura artesanal, os custos de produção não diminuía paralelamente ao aumento da demanda e do volume de produção (STEVENSON, 2001).

Com os avanços gerados pela Revolução Industrial, “[...] as fábricas transformam os camponeses e artesãos em operários e a produção agrícola [...]” e artesanal foram “[...] rapidamente suplantadas pela produção industrial” (CHIAVENATO, 2010, p. 4), onde o trabalho deixa de ser servil e o funcionário passa a ser assalariado. Uma das principais contribuições para a ascensão deste período foi a criação de um sistema-padrão de aferição de medidas, o que possibilitou a padronização dos produtos produzidos nas fábricas, podendo assim otimizar o tempo e promover a produção de peças de reposição (STEVENSON, 2001).

As pessoas migraram dos campos para as cidades industriais motivadas pela oferta de emprego nas fábricas. Ocorre o processo de urbanização e uma expansão do capitalismo financeiro, o que veio a permitir o desenvolvimento das organizações empresariais (MARTINS, 2004). Com o crescimento exponencial das fábricas, no final do século XIX, estudos começam a ser desenvolvidos buscando uma forma de organizar a produção destas. Segundo Chiavenato (2013), foi no início do século XX que dois engenheiros passam a estudar uma forma de administrar e aumentar a eficiência das indústrias. Um deles era americano e ficou conhecido como o pai da administração científica: Frederick W. Taylor. O outro era francês, Henry Fayol, que desenvolveu a teoria clássica da administração.

No ano de 1900, Frederick W. Taylor começa a estudar cientificamente o trabalho exercido dentro das fábricas. Motivado pelo desejo de eliminar o desperdício, as perdas e elevar os níveis da produtividade das indústrias, utilizou os conhecimentos da engenharia industrial para desenvolver a Teoria da Administração Científica. O principal foco do estudo eram as tarefas realizadas pelos funcionários. Desenvolveu análises de tempo e movimento dessas, a fim de estabelecer processos padronizados de produção. Taylor defendia que a administração deveria ser estudada de forma científica, e não por meios empíricos. Nas palavras de Chiavenato (2013, p. 41) “A improvisação deveria ceder lugar ao planejamento e o empirismo, à ciência”. A aplicação da Administração Científica gerou resultados revolucionários. O autor Drucker (2012) relata que o custo dos produtos manufaturados baixou entre

90 e 95%, o que possibilitou a massificação do consumo de produtos que antes eram tidos como artigos de luxo e adquiridos apenas pela parcela mais abonada da população. Mediante isso, foi possível promover grandes aumentos nos salários dos operários, pois Taylor pregava que com a diminuição dos custos de produção, a renda do trabalhador deveria ser aumentada, e não diminuída, como era feito até então.

Na França, concomitantemente aos estudos de Taylor nos Estados Unidos, Henri Fayol iniciava suas investigações a respeito da administração. Com tudo, foi apenas em 1916 que a Teoria Clássica da Administração foi apresentada pelo engenheiro de minas. Tanto Taylor quanto Fayol compartilhavam do mesmo objetivo: buscar eficiência dentro das organizações. Porém, enquanto Taylor se focou nas tarefas realizadas pelo operário, Fayol priorizou seus estudos a respeito da estrutura que a organização deveria conceber para ser mais eficiente. Segundo Chiavenato (2013, p. 61) Fayol “[...] partiu de uma visão sintética, global e universal da empresa, inaugurando a abordagem anatômica e estrutural que rapidamente se espalhou pela Europa”. O estudo abordava que toda a empresa poderia ser dividida em seis funções — técnicas, comerciais, financeiras contábeis e administrativas — e que a função administrativa era a responsável por gerir a integração das demais funções. Para desenvolver tal tarefa os administradores ficavam responsáveis por prever, organizar, comandar, coordenar e controlar a referente integração.

Em análise, Martins (2004, p. 34), relata que as principais contribuições de ambas as teorias são: a “[...] separação entre trabalho intelectual e manual, controle dos tempos e movimentos, produção em série, fragmentação de tarefas, verticalização (pressupondo condições ambientais estáveis e produtos com poucas mudanças ao longo do tempo)”. Após o surgimento desses dois estudos, em 1927, nos Estados Unidos, surge a Teoria das Relações Humanas (ou Escola Humanística da Administração). A teoria foi criada por Elton Mayo a partir da análise de resultados de uma pesquisa desenvolvida por Hawthorne, a qual buscava verificar se a iluminação da fábrica poderia influenciar na eficiência dos operários. Os resultados dessa pesquisa foram divergentes ao que a Teoria Clássica da Administração apresentava, o que tornou a Teoria das Relações Humanas um movimento de oposição e reação a ela. Em resumo, a abordagem humanística atenta para as pessoas e os grupos sociais por meio de aspectos psicológicos e sociológicos (CHIAVENATO, 2013).

Após a Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1950 e 1990, o mundo passou por um período de aceleração do desenvolvimento industrial e econômico, com o surgimento da televisão, do motor a jato e das telecomunicações. A esse período dá-se o nome de Era Industrial Neoclássica (FAUSTO,

2012; CHIAVENATO, 2013). É nesse momento que se inicia a Teoria Neoclássica da Administração. Ao contrário das demais teorias, essa não chega a formar uma escola, mas sim um movimento em prol não apenas da eficiência, mas também da eficácia. Baseando-se nas teorias de Taylor e Fayol, a Teoria Neoclássica promove uma releitura destas buscando atender um ambiente organizacional cada vez mais dinâmico. Conforme Chiavenato (2013, p. 102) “[...] embora se baseie na Teoria Clássica, os neoclássicos são ecléticos e usam o conteúdo das teorias mais recentes”.

Pode-se perceber uma crescente aceleração no desenvolvimento de novas tecnologias por meio das eras. Segundo Hayne e Wyse (2018), no período pré-histórico a tecnologia se desenvolveu em um ritmo muito lento (cerca de 25 milhões de anos), até a época da Antiguidade, com o desenvolvimento das primeiras sociedades organizadas. Aproximadamente 8.750 anos depois, até o final da Idade Média, houve uma aceleração oriunda da tecnologia artesanal (ou manufatureira) que proporcionou o crescimento das cidades e do comércio. Com o início da Era Industrial, ocorre uma grande aceleração do desenvolvimento de novas tecnologias, onde a mecanização promoveu a indústria e a economia da época, marcando a fase da tecnologia mecanizada e industrial, que durou cerca de 300 anos até o início do século XX. A partir disso, a aceleração provocada pela Revolução Industrial se intensifica com o advento da tecnologia de automação, gerando progresso econômico que perdura até os dias de hoje (HAYNE; WYSE, 2018).

A década de 1990 é marcada pelo início da Era da Informação, a qual foi oriunda dessa crescente aceleração no desenvolvimento de novas tecnologias. Essa era é marcada pelo grande fluxo de informações, o que se torna um importante recurso para a sobrevivência das organizações (GAMA *et al.* 2016). O autor Chiavenato (2010) apresenta oito fatores importantes para o desenvolvimento dessa época: (I) alta influência da TI; (II) globalização; (III) surgimento da internet e derivado disso o avolumamento da comunicação e interações; (IV) “expansão do processo democrático”; (V) “crescente melhoria da educação” e democratização do conhecimento; (VI) conhecimento - este que passa a ser o maior capital da empresa, superando o capital financeiro; (VII) “aceleração e aprofundamento das mudanças e transformações”; e (VIII) “profunda influência das ciências modernas” (CHIAVENATO, 2010, p. 5).

Segundo o autor Drucker (2012, p. 71) “[...] a substituição do esforço manual pelo conhecimento como fonte de produção no trabalho é a maior mudança na história do trabalho [...], o que é um processo tão antigo quanto a própria humanidade”. Nesse momento, essa substituição de esforço manual por

conhecimento passa a ser intensificada, oriundo dos oito fatores de Chiavenato (2010), anteriormente abordados.

Sendo assim, a principal riqueza de uma empresa passa a ser o capital intelectual que a mesma possui, o que gera a valorização de seus funcionários, já que são eles que possuem inteligência, conhecimento tácito, criatividade e a habilidade de assimilar e trabalhar com as informações disponíveis (GAMA *et al.*, 2016).

Torna-se importante salientar o impacto que essa mudança de paradoxo causou na visão dos funcionários dos tempos atuais. Anteriormente o trabalho era servil/escravo e passou a ser assalariado, porém ainda de maneira subordinada. Atualmente, segundo Drucker (2007), mesmo as pessoas que trabalham em tempo integral e com tarefas de baixa complexidade, não estão mais dispostas a serem subordinadas, mas sim “trabalhadoras do conhecimento”, contribuindo como se fossem “associadas” da empresa. O autor explica que, para ser um trabalhador do conhecimento, as pessoas devem saber mais sobre a sua tarefa do que seu próprio chefe, tornando-se essenciais para a organização. Dessa forma, os trabalhadores do conhecimento entendem que tem muito a contribuir com a empresa, desde que possam interagir com a mesma, não apenas de forma subordinada, mas, sim, integrada.

Conforme apresentado por Gama *et al.* (2016), a era atual não é apenas da informação, mas também do conhecimento. Isso porque em meio a uma abastada quantidade de dados disponíveis, é necessário o conhecimento tanto das pessoas quanto das organizações para poder interpretá-los e geri-los. Contudo, a utilização da informação como ferramenta dentro das empresas é recente e ainda se está aprendendo a melhor forma de utilizá-la como tal (DRUCKER, 2007).

No decorrer das eras apresentadas, pode-se perceber um círculo virtuoso envolvendo o desenvolvimento de novas tecnologias e do conhecimento. A partir do momento que o homem evolui e adquire mais conhecimento, o mesmo, impulsionado por facilitar o seu fazer diário, desenvolve novas tecnologias, e estas, por sua vez, instigam o homem a adquirir novos conhecimentos (HAYNE; WYSE, 2018). Silveira *et al.* (2017) salientam que, apesar de o capital financeiro ser o que sustenta o crescimento econômico do mercado de produtos de moda, ele já não é mais visto como o fator mais importante. O dinheiro perde lugar para o conhecimento, e o desafio dessa Era é o desenvolvimento da produtividade do conhecimento. Os autores ainda apresentam um quadro comparativo entre as Eras Industrial e do Conhecimento, sob a perspectiva das variáveis do trabalhador, apresentado na Quadro 1.

Quadro 1 — Variáveis ao trabalhador da Era Industrial e da Era do Conhecimento

PESSOAS	Variáveis	Paradigma da Era Industrial	Paradigma Era do Conhecimento
	Pessoas	Geradores de custos, Recursos para gerar mais produtos, Mão de Obra para obedecer e executar as ordens	Geradores de receitas, Capital humano para inovar, Aplicar conhecimento para melhorar produtividade
	Poder da gerência	Nível Hierárquico Luta Operários x Capitalistas	Nível de conhecimento Colaboração trabalhadores x gerentes
	Responsabilidade da gerência	Supervisionar subordinados	Apoiar a colaboração e o compartilhamento de conhecimento
	Liderança	Separação entre a concepção e a execução e melhoria dos produtos e processos	Construir uma visão compartilhada, criar ambiente favorável ao diálogo, Alinhar conhecimento dos altos executivos e dos trabalhadores
	Relações com clientes	Unidirecional através dos mercados, direção da produção para o cliente	Interativa através de redes sociais, cliente participa da concepção e melhoria

Fonte: Silveira *et al.* (2017).

Percebe-se que a Era Industrial em um primeiro momento se aproveitou do conhecimento tácito do artesão como mão de obra e, posteriormente, negou o trabalho artesanal. Houve uma marginalização dos produtos artesanais, os quais foram atrelados a imagem de objetos sem padrão e mal feitos em comparação com a confiança que os produtos industriais ofereciam. Em meio a isso, uma organização foi contra a tendência do industrial e cuidou para proteger o saber artesanal: a Alta Costura.

A ALTA COSTURA ENQUANTO ORGANIZAÇÃO

Paris é mundialmente conhecida como a capital da moda e luxo (RUBIO, 2010; GRUMBACH, 2009; DURAND, 1988). Caracterizando-se como artesanato de luxo, a Alta Costura reside nessa capital, onde historicamente sempre habitou.

Desde o surgimento do ofício, até o século, XVII, o trabalho de costureira era dignado apenas a fazer consertos e ajustes para alfaiates e camiseiros. Estava restrito a estes construir uma vestimenta por

completo. No ano de 1675, o Rei Luís XIV, com o pretexto de que damas deveriam ter o direito de serem atendidas por mulheres costureiras, se assim o quisessem, é que a classe ganha o direito de confeccionar vestimenta. A profissão ganha status de “mestras costureiras” e passam a atuar em quatro categorias: “[...] a costureira de vestuário, a costureira de roupas infantis, a costureira de camisaria e a costureira de acabamentos” (GURMBACH, 2009, p. 15). Segundo os autores Fogg (2013) e Grumbach (2009), é apenas em 1781/1782 que as mestras costureiras adquirem o direito de confeccionar outros itens da vestimenta que eram restritos aos alfaiates, como espartilhos, crinolinas, barbatanas, robes masculinos e dominós para baile.

No ano de 1804 Joseph-Marie Jacquard inventa, em Lyon, o primeiro tear automatizado (RUBIO, 2010). Oriundo do desenvolvimento dessa tecnologia, a França, em 1813, aumenta a sua produção têxtil e começa a fabricar seda. Com o intuito de fortificar o mercado têxtil interno, Napoleão Bonaparte, por meio de bloqueio continental, proíbe a importação de produtos ingleses, no ano de 1816. As manufaturas de Lyon, Alsácia e Picardía se beneficiam destes dois acontecimentos, produzindo tecidos de alta qualidade a um custo menor e aumentando a produtividade (RUBIO, 2010; SOARES, 2012).

O alfaiate francês Barthélemy Thimonnier, em 1829, cria a primeira máquina de costura, que contribuiu para o desenvolvimento do setor de confecção de moda. Porém é no ano de 1851 que o americano Isaac Merrit Singer registra a patente de uma versão melhorada da máquina de costura anterior (DEBOM, 2018; FOGG, 2013; RUBIO, 2010).

Segundo Grumbach (2009), em 1858 surge a Alta Costura, pelas mãos do britânico Charles Frederick Worth. Anteriormente a ele, os alfaiates e mestras costureiras apenas reproduziam o que seus clientes desejavam. Worth passa a criar modelos exclusivos para suas clientes e quebra os paradigmas da época. A Alta Costura passa a ser vista como arte quando o artesão/costureiro adquire papel de artista e passa a assinar sua obra (GRUMBACH, 2009; RUBIO, 2010). O termo originalmente foi utilizado para descrever a qualidade das roupas produzidas, mas, por meio do estilista, “[...] a expressão passou a identificar técnicas de roupas feitas sob medida e moda sofisticada, [...] e como força primária responsável pela transformação de uma arte basicamente doméstica em uma indústria internacional” (FOGG, 2013, p. 172).

Worth é o responsável pelo que hoje conhecemos como modelos ou manequins, já que desde a abertura da *Maison Worth & Bobergh*, utilizava “sósias” de suas clientes para apresentar suas criações a fim de que as mesmas se identificassem com a roupa. A partir disso, surgem novas *maisons* em Paris,

o que gera e movimenta o mercado de “indústrias e ateliês que forneciam tecidos e acessórios, como as chapelarias” (SOARES, 2012, p. 18). Ainda sobre a *maison* de Worth, Rubio (2010) relata que os cômodos foram projetados para que as clientes se sentissem o mais à vontade possível para a época. Além de decoração estonteante que instigava as clientes a frequentarem o estabelecimento, o ressoito ainda dispunha de sala de provas denominada salão *lumière*, o qual era iluminado por luzes a gás a fim de que a cliente pudesse visualizar como o seu vestido brilharia perante a iluminação dos bailes.

Soares (2012) relata que, em 1841, o alfaiate e inventor francês Aléxis Lavigne inaugura a primeira escola acadêmica de moda, conhecida hoje como ESMODE. Em 1847 o mesmo inventa a fita métrica e, em 1849, o busto/manequim, invenções que contribuem ativamente no setor produtivo da moda até hoje.

No ano de 1864, Worth se torna o *couturier* exclusivo da Imperatriz Eugênia para trajes de eventos oficiais e sociais do Segundo Império e para vestido de noite. Por meio de acordo com Napoleão III, a fim de promover o trabalho da região de Lyon, ambos conseguem convencer a Imperatriz, que não gostava de bordados, a utilizar vestidos com tecidos e técnicas da região (FOGG, 2013; GRUMBACH, 2009). Segundo Rúbio, (2010, p. 61) “[...] desse modo, foi inaugurado um costume particular de roupas, o de “vestidos políticos”, concebido para que a primeira-dama do país honrasse os tecidos franceses em viagens oficiais”.

A *Chambre Syndicale de la Couture, des Confectionneurs et des Tailleurs for Dame*³ é fundada em 1868⁴ e abrange as duas segmentações do mercado: confecção e costura. Inicialmente as tarefas se assemelhavam muito quanto à execução. Porém, com a evolução da tecnologia das indústrias de confecção e a preservação da forma de produzir da Alta Costura ocorre uma separação dos termos. Conforme Grumbach (2009), em 14 de dezembro de 1910 a costura se constitui como profissão autônoma, e é criada a *Chambre Syndicale de la Couture Parisienne*⁵.

O site oficial da *Fédération de La Haute Couture Et La Mode* relata que, em 23 de janeiro de 1945, o termo “Alta Costura” passou a ser registrado legalmente, e que por meio deste a câmara trocou novamente de nome para *Chambre Syndicale de la Haute Couture*.

Com a comunicação das estradas de ferro e a navegação a vapor, adventos da Revolução Industrial, foi possível expandir o comércio. E foi oriundo disso que, em 1890, “o setor de bens e serviços de luxo de Paris tinha uma clientela não mais apenas francesa, mas internacional” (DURAND, 1988, p. 25). Por meio da internacionalização do capitalismo, Paris passou a ser frequentemente visitada por pessoas

abastadas em busca de arte, luxo e outros prazeres proporcionados pela cidade. Tem-se início a Belle Époque, onde adquirir um modelo exclusivo e sob medida das *maisons* de Alta Costura era símbolo de status social e pertencimento das classes altas da sociedade (SOARES, 2012).

No ano de 1904, Paul *Poiret* inaugura sua primeira Maison. Segundo *Grumbach* (2009, p. 27) se “Worth instituiu as regras da indústria da alta costura, foi Paul *Poiret* quem modificou profundamente seus hábitos”. Dentre muitos feitos do estilista, pode-se enaltecer dois: a libertação do corpo feminino dos espartilhos e anquinhos (SOARES, 2012); e por entender que como a moda orienta a sociedade, e que o costureiro sendo gerador de roupas de luxo, poderia opinar em qualquer área estética (GUMBACH, 2009). Dessa maneira, em 1911 foi o primeiro estilista a ter uma fragrância atrelada a sua Maison (posteriormente expandindo para outros artigos de *toilette*) e cria a Escola de Artes Decorativas Martine, em Paris.

Paris consolida-se como capital da moda a partir de 1910 e passa a regular os desfiles (outono/inverno e primavera/verão), que ditam as tendências de moda para o cenário mundial (SOARES, 2012). No ano de 1940, os alemães ameaçam revogar o título de capital de moda de Paris, por meio da transferência da Alta Costura para Viena e Berlim. Os alemães acabam adiando o projeto depois de muitas alegações apresentadas pela PAIS⁶ (GRUMBACH, 2009). Após o ocorrido, como forma a proteger o legado de Paris, a então *Chambre Syndicale de la Couture*

Parisienne entra com processo de registro legal do termo “Alta Costura”, o qual é aceito e passa a ser propriedade intelectual de Paris no ano de 1945. A partir desse momento, segundo informação disponível no site oficial da *Fédération de La Haute Couture Et La Mode*, “[...] somente as casas e empresas que são aprovadas anualmente por uma comissão dedicada, dirigida pelo *Chambre Syndicale de la Couture* e mantida sob a égide do Ministério da Indústria, podem se qualificar para isso” (GRUMBACH, 2009, p. 34).

Ainda em 1945, era inaugurada uma exposição intitulada “O Teatro da Moda” no Museu de Artes Decorativas, em Paris. A exposição contava com 180 manequins articulados de 80 centímetros de altura, que vestiam roupas e acessórios em miniatura. Posterior à exposição, os manequins foram expostos em outros países, responsáveis por divulgar o trabalho de estilistas da Alta Costura (GRUMBACH, 2009; SOARES, 2012).

No ano de 1970 ocorre a primeira edição da *Premiere Vision*, com o intuito de apresentar mundialmente os lançamentos têxteis das indústrias francesas. O evento ocorre até os dias de hoje

nos meses de março e outubro, apresentando quais serão as tendências têxteis para as coleções de primavera/verão e outono/inverno (SOARES, 2012).

Em 1990 aparecem os Conglomerados de Moda como resposta e tática de sobrevivência perante o notável crescimento do prêt-à-porter em relação à Alta Costura. (SOARES, 2012). Grandes marcas adquirem *maisons* menores, a fim de não extinguir as técnicas do artesanato de luxo francês. A exemplo, a Chanel adquiriu uma série de pequenos ateliês à beira da extinção, formando o grupo *Paraffection*. A Maison Lesage foi adquirida pelo grupo em 1986. (DINIZ, 2019).

Segundo informações obtidas no site oficial da *Fédération de La Haute Couture Et La Mode* o estado da arte é:

- a federação é responsável por três *Chambres Syndicales* — Alta Costura, Moda Feminina e Moda Masculina;
- possui um órgão deliberativo e regulador intitulado Conselho de Administração, o qual é composto por 18 membros, incluindo Didier Grumbach como Presidente Honorário no exercício da função;
- tem como missão proteger o treinamento das gerações futuras e consolidar a reputação internacional reafirmando Paris como a capital da moda;
- supervisiona o treinamento das gerações jovens a fim de garantir a excelência das técnicas;
- proporciona estrutura de inovação e expertise para seus membros e marcas emergentes por meio de informações, conselhos e acompanhamento;
- promove o *Paris Fashion Week*, onde recebe mais de 150 marcas, tornando Paris um dos maiores centros de moda e criatividade do mundo;
- oferece apoio financeiro, estrutural e visibilidade a jovens designers e marcas promissoras que representarão a moda de amanhã;
- com o intuito de oferecer à França uma escola de referência global, em 2019 foi lançado oficialmente o *Institut Français de la Mode*, originário da parceria estratégica do *Institut Français de la Mode* e a *Ecole de la Chambre Syndicale de Couture Parisienne*, o qual possui três pilares – criação, gerenciamento e *know-how*; e
- a Alta Costura contém 16 membros na categoria Alta Costura; 7 membros na categoria Correspondentes; e 18 membros na categoria Convidados;

Tendo se tornado referência indiscutível em luxo e qualidade, a Alta Costura serve de inspiração para o mundo. Muitos países se espelham nesse modelo para criar a sua própria cultura de Alta Moda, tentando se beneficiar não apenas dos saberes, mas, também, do status e valor agregado da Alta Costura.

A ALTA MODA BRASILEIRA ENQUANTO ORGANIZAÇÃO

A autora Michetti (2012) traz, na fala de Lipovetsky (1987), a conscientização de que a confecção e a Alta Costura promoveram a uniformização mundial da moda, caracterizando o eurocentrismo do setor. Com essa afirmativa, fica clara a influência da Alta Costura não apenas na Alta Moda Brasileira, mas, sim, em escala mundial, inclusive, influenciando no vestuário industrializado. Michetti (2012) aborda o tema “planetarização” da moda se referindo aos padrões europeus do século XIX, onde relata que “por meio do poder econômico, político e simbólico dessa região do mundo nesse contexto, se espalha pelo planeta, adquirindo, porém, novas feições e significados ao ser disseminada” (MICHETTI, 2012, p. 32). Corroborando com essa citação, o estilista Rui Spohr relata em sua biografia que o que temos no Brasil é uma adaptação das técnicas da Alta Costura perante os materiais disponíveis no país (SPOHR; FARIA, 1997).

Fato que pode ter colaborado para disseminação da Alta Costura e a influência de suas técnicas pelo mundo, são as Bonecas de Moda da Renascença citadas por Michetti (2012). Na época estas funcionavam como vitrines ambulantes em pequena escala, levando os saberes da Alta Costura em peregrinação pelo mundo.

No período da Segunda Guerra Mundial, Paris fica isolada do resto do mundo, o que, segundo Michetti (2012), força os demais países a desenvolverem uma moda própria, tendo em vista que não mais poderiam seguir as diretrizes da Alta Costura. Em função das restrições da guerra impostas a Paris, Londres e Nova York passaram a se tornar epicentros da moda internacional, onde “o resto da Europa e a América do Norte foram levados a basear-se no ‘talento doméstico’” (MICHETTI, 2012, p. 84). Dessa forma observa-se que mais uma vez a Alta Costura teve, mesmo que indiretamente, relação com o progresso da Alta Moda pelo mundo.

Na década de 1950, Flavio Spohr torna-se o primeiro brasileiro a se formar em Moda em Paris (SPOHR; FARIA, 1997). Tendo ficado conhecido no Brasil como Rui Spohr, o fato corrobora com a fala de Pires (2007) de que, ainda na década de 1980 o brasileiro que desejasse estudar moda ou aperfeiçoar-se no ramo, deveria procurar formação no exterior. A autora ainda relata que a francesa Marie Ruckie foi

responsável por trazer conhecimento estilístico ao Brasil em forma de cursos fundamentados nos conhecimentos estrangeiros, os quais formaram importantes nomes da moda brasileira como Jum Nakao, Reinaldo Lourenço, André Lima e Ocimar Versolato.

A autora Maleronka (2007) relata que, em outros países, o ofício era tradição de família, sendo passado de geração em geração, o que no Brasil não ocorria, tendo em vista que os artífices davam preferência a usar mão de obra escrava, o que veio a contribuir com a não formação de novas gerações de artesãos brasileiros. Dessa forma, pode-se concluir que ao não formar uma cultura própria de aprendizagem das técnicas artesanais de costura, abriu-se espaço para a *cross-fertilization* (fertilização cruzada) com as culturas europeias.

Na década de 1980 o Brasil tem seu primeiro curso de estilismo. Com influências da Inglaterra, França, Holanda, Áustria e Bélgica, e da japonesa Bunka College, elaborou-se a sua estrutura curricular, o qual posteriormente serviu de referência para outros cursos. Após esse relato, a autora Pires (2007, p. 68) ainda afirma que “tanto o design quanto a moda nacional tiveram forte influência estrangeira”.

Quanto ao design, foi no período pós Segunda Guerra Mundial que o mesmo foi reconhecido como atividade profissional tal qual como a conhecemos hoje (NAJAR, 2019). O autor relata que este período foi “marcado pela crença de que a ciência e a industrialização seriam responsáveis por produzir um mundo melhor” (NAJAR, 2019, p. 150). A respeito deste período, Montemezzo (2003) relata que o pensamento projetual da época era cartesiano, o qual dividia o problema projetual como subproblemas e os encarregava a diferentes funcionários, sendo necessário uma pessoa para juntar todas as peças ao final do processo para então concluir o projeto. Posteriormente, já na Era da Informação, surgem as metodologias sistemáticas, onde as variáveis do projeto se influenciam mutuamente e não existe um caminho único e lógico para se chegar na solução do projeto (MONTEMEZZO, 2003).

A autora Treptow (2013) faz uma breve descrição dos passos do setor produtivo do Ateliê de Alta Costura, a qual pode-se espelhar para a Alta Moda Brasileira. Ao analisar este setor produtivo, pode-se perceber que o modelo de produção se assemelha mais com o cartesiano do que com o sistemático, o que acaba gerando problemas produtivos e perda de lucros, tendo em vista que este modelo não se aplica mais ao mundo contemporâneo onde tudo está interligado, em forma de sistema. Torna-se necessária a reflexão de que mesmo os ateliês de Alta Costura, e por consequência os de Alta Moda, tendo se protegido de o saber fazer industrial, acabaram por internalizar o sistema cartesiano no seu setor produtivo, mesmo que não o tenha feito de caso pensado. Porém a não migração deste modelo

que foi instituído na Era Industrial, para o modelo sistêmico da Era da Informação, pode estar levando os ateliês de Alta Moda a não sustentabilidade econômica devido aos desperdícios e riscos invisíveis relatados por Cietta (2017). Torna-se interessante a reflexão de que tanto Najar (2019) quanto Pires (2007), Michetti (2012) e Montemezzo (2003) relatam: a importância da visão sistêmica projetual.

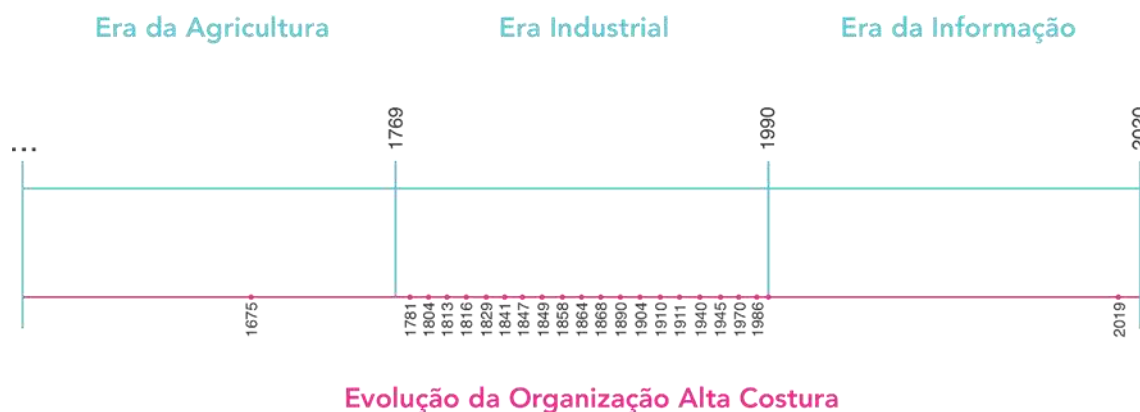
Fato que impactou muito a produção e o setor criativo dos ateliês de Alta Moda sob medida foi a globalização, apontada por Chiavenato (2010) como um dos oito fatores de relevância para o desenvolvimento da Era da Informação. Montemezzo (2003) descreve que entre as décadas de 1960 e 1970 ocorreu a evolução dos meios de comunicação, em decorrência disso Ricard (2002) relata que na década de 1980 os consumidores de moda desejam tornar-se cada vez mais participativos e não apenas expectadores das tendências lançadas pela indústria, e Michetti (2012) aborda que em 1990 ocorre a liberação dos mercados no Brasil. Estes três fatos impactaram diretamente os ateliês de Alta Moda. Anteriormente as informações, principalmente sobre a moda estrangeira, eram restritas, e o estilista que as tivesse detinha uma vantagem competitiva. No momento em que a comunicação é facilitada, os consumidores passam a ter fácil acesso a tais informações, e ao mesmo tempo que os ateliês perdem a sua vantagem, ainda tiveram de lidar com o novo consumidor que passa a querer integrar o processo criativo da sua peça sob medida. Já a liberação dos mercados viabilizou a importação de tecidos e aviamentos que não eram produzidos no Brasil o que trouxe ainda mais proximidade com o fazer da Alta Costura.

Sendo assim, pode-se observar que a Era da Informação impactou diretamente a Alta Moda Brasileira, tanto no setor criativo quanto no produtivo. A evolução do pensamento cartesiano para o sistêmico e o desenvolvimento tecnológico trouxeram grandes melhorias para as organizações que souberam se adaptar a este novo modo de gerir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao desenvolver a pesquisa histórica bibliográfica pode-se comparar como ocorreu a evolução das organizações pelas Eras da Agricultura, Industrial e a atual Era da Informação, com as evoluções da Alta Costura enquanto organização, desde sua fundação até o estado da arte (Figura 1).

Figura 1 — Comparação histórica das eras com a organização Alta Costura



Fonte: baseada em Chiavenato (2010).

Observa-se que a concentração dos acontecimentos pertinentes a Alta Costura anteriormente citados encontra-se na Era Industrial. Segundo Chiavenato (2010), essa Era é caracterizada pela produção de modelo industrial, organizada pela divisão do trabalho, com vinculação do tipo salarial e um ambiente estável (Figura 2). A gestão da empresa era feita de forma vertical e hierárquica, onde as decisões eram tomadas de cima para baixo, muitas vezes negligenciando as necessidades do setor produtivo.

Figura 2 – Comparação das Eras da Agricultura, Industrial e da Informação

	Era da Agricultura	Era Industrial	Era da Informação
Tipo de Produção	Artesanal	Industrial	Pós-Industrial
Organização	Elementar	Divisão do Trabalho	Integração
Vinculação	Servil	Salarial	Capital Intelectual
Ambiente	Imutável	Estável	Instável e Turbulento

Fonte: baseada em Chiavenato (2010).

O autor Durand (1988) relata que a Alta Costura é considerada artesanato de luxo, tendo em conta sua forma de produção artesanal utilizando materiais de alto padrão. Dessa forma, pode-se entender que, no quesito “tipo de produção” (Figura 2), a Alta Costura enquadra-se na Era da Agricultura, já que o trabalho artesanal é o grande diferencial deste setor. Como relatado anteriormente, a *Chambre Syndicale de la Couture Parisienne* foi responsável por proteger judicialmente o termo “Alta Costura”, mas também por manter e perpetuar suas técnicas artesanais.

Por um lado, a rígida proteção da *Chambre Syndicale de la Couture Parisienne* foi importantíssima para manter o legado da Alta Costura, bem como suas técnicas originais, e protegê-las da tentativa alemã de transferir a capital da moda de Paris para a Alemanha. Por outro, a rigidez com que se protege este legado pode ter limitado sua migração para a Era da Informação, tendo em vista que o regulamento

para ser pertencente do Círculo da Alta Costura possui regras pontuais e com poucas atualizações desde que foi criado.

Torna-se evidente que Alta Costura não acompanhou o desenvolvimento da gestão da produção iniciado na Era Industrial e, ainda em evolução, na Era da Informação. Sendo assim, conforme as características apresentadas por Chiavenato (2010), pode-se dizer que por meio da análise do tipo de produção, tipo de trabalho exercido por seus funcionários e no ambiente da organização, que a Alta Costura não adentrou na Era da Informação, mas se mantém regida pelos preceitos da Era da Agricultura e da Era Industrial.

Tendo a Alta Moda Brasileira sido criada com base nos preceitos da Alta Costura e nos padrões eurocêntricos, percebe-se que a mesma também não migrou para a Era da Informação. O funcionamento dos ateliês ainda é cartesiano e hierarquizado, onde o estilista é a figura central não apenas do setor criativo, mas também do produtivo.

Outro fator de relevância a ser abordado é que a Alta Moda Brasileira ainda vive na tentativa de se igualar a sua matriarca Alta Costura, fato este que devido a fatores culturais, produtivos, e jurídicos jamais será alcançado. Sendo assim, torna-se importante que a organização da Alta Moda Brasileira se estruture, identifique, reconheça e valorize sua própria identidade e cultura. A partir desta identificação e reconhecimento é que se poderá elucidar por onde começar a migração desta organização para Era da Informação.

Ao analisar a história da Alta Costura enquanto organização, pode-se perceber que houve uma estruturação para que as técnicas artesanais, seu maior valor agregado, não fossem esquecidas pelas novas gerações. Existe a cultura de valorizar este trabalho artesanal não apenas como patrimônio cultural, mas também como profissão. Os profissionais que optam por trabalhar no setor produtivo de uma *Maison* têm a possibilidade de fazer carreira neste meio e aperfeiçoar suas capacidades técnicas nas escolas destinadas a este setor. Todos estes fatores contribuem para a solidificação da organização Alta Costura assim como a renovação de gerações de funcionários/colaboradores. No Brasil, essa estrutura para a criação de novas gerações que se interessem por este trabalho não existe, o que pode gerar o desaparecimento deste setor caso o cenário não mude.

Ao partir da premissa de Chiavenato (2010) de que o trabalhador da Era da Informação não quer mais ser mera engrenagem humana da produção, mas sim colaborador intelectual, e que o ambiente globalizado e inconstante exigindo que as organizações se estruturam de maneira sistêmica, entende-se que o ambiente organizacional dos Ateliês de Alta Moda Brasileira precisa sofrer rápidas

intervenções a fim de manter-se competitivo no mercado em que está inserido. Torna-se necessária a reflexão de que o modelo de negócios e de gestão que rege este setor está obsoleto e não condiz com as necessidades e vontades de seus clientes e colaboradores. O que aparentemente pode ser ruim, também pode ser visto com uma oportunidade de negócios, desse que se esteja disposto a reconhecer o saber fazer brasileiro e a criar uma cultura organizacional e identidade própria para a Alta Moda Brasileira. Como próximos passos acerca do estudo, sugere-se uma pesquisa para entender quem é o cliente de Alta Moda Brasileira e o que ele espera do produto deste setor.

REFERÊNCIAS

- CHIAVENATO, Idalberto. Administração para não administradores. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CHIAVENATO, Idalberto. Iniciação à teoria das organizações. São Paulo: Manole, 2010.
- CHIAVENATO, Idalberto. Princípios da Administração: o essencial em teoria geral da administração. 2 ed. São Paulo: Manole, 2013.
- CIETTA, Enrico. A Economia da Moda: Porque hoje um bom modelo de negócios vale mais do que uma coleção. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2017.
- CORAZZA, Gentil; MARTINELLI JÚNIOR, Orlando. Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico. Teoria e Evidência Econômica, Passo fundo, n. 19, v. 10, p. 09–36, nov. 2002.
- DEBOM, Paulo. Moda: nascimento, conceito e história. Veredas da História, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2018. Disponível em:
<https://www.seer.veredasdahistoria.com.br/ojs-2.4.8/index.php/veredasdahistoria/article/view/391>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- DINIZ, Pedro. Chanel produz seus bordados em ateliê escondido em zona industrial afastada de Paris: produtos que fizeram de Karl Lagerfeld um mestre da alta-costura saem da Maison Lesage. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/02/chanel-produz-seus-bordados-em-atelie-escondido-em-zona-industrial-afastada-de-paris.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- DRUCKER, Peter F. Desafios Gerenciais para o Século XXI. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- DRUCKER, Peter F. Tecnologia, administração e sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- DURAND, José Carlos. Moda, Luxo e Economia. São Paulo: Babel Cultural, 1988.
- ESCORSIM, Sergio et al. A Evolução do Trabalho do Homem no Contexto da Civilização: da submissão à participação. In: 9º Simpósio Internacional Processo Civilizador Tecnologia e Civilização. Paraná: Ponta Grossa, 2005. Anais [...].
- FOGG, Marnie. Tudo Sobre Moda. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.
- GAMA, Mayara Xavier Bastos et al. Leadership in the Age of Information and Knowledge in companies. Research, Society and Development, Itabira, v. 3, n. 1, p. 02-18, nov. 2016. Disponível em: <https://rsd.unifei.edu.br/index.php/rsd/article/view/37>. Acesso em: 3 maio 2020.
- GRUMBACH, Didier. Histórias da moda. São Paulo: Cosac Naif, 2009.
- HAYNE, Luiz Augusto; WYSE, Angela Terezinha de Souza. Análise da evolução da tecnologia: uma contribuição para o ensino da ciência e tecnologia. Revista Brasileira de Ensino da Ciência e Tecnologia, Ponta Grossa, n.3, v.11, p. 37–64, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect>. Acesso em: 15 maio 2020.
- MARTINS, Rosane Fonseca de Freitas. A gestão de design como uma estratégia: um modelo de integração do design em organizações. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) — Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. Administração da produção. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

MALERONKA, Wanda. Fazer roupa virou moda: um figurino de ocupação da mulher (São Paulo 1920–1950). São Paulo: Senac, 2007.

MICHETTI, M. Moda Brasileira e Mundialização: mercado mundial e trocas simbólicas. Doutorado (Tese) — Doutorado em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP), Campinas/SP, 2012.

MONTEMEZZO, Maria Celeste de Fátima Sanches. Diretrizes metodológicas para o projeto de produtos de moda no âmbito acadêmico. Dissertação (Mestrado em Desenho Industrial) — Curso de Pós-graduação em Desenho Industrial. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2003.

NAJAR, R. Perspectivas Epistemológicas e Design: uma abordagem pós-estruturalista. Estudos em Design. Rio de Janeiro: v. 27, no 1, 2019, p. 149–160.

ORNELLAS, Thuê; MONTEIRO, Maria Inês. Aspectos histórico, culturais e sociais do trabalho. Rev. Bras. Enferm. 59 (4), Ago, 2006. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672006000400015. Acesso em: 5 jun. 2020.

PIRES, Dorotéia Baduy. Design de moda: uma nova cultura. Dobras, São Paulo, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/404/401>. Acesso em: 20 jul. 2020.

RICARD, Françoise V. As espirais da moda. 4ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

RUBIO, Lourdes Cerrillo. La moda moderna. Genesis de un arte nuevo. Madri: Siruela, 2010.

SILVEIRA, Icleia et al. Transição dos sistemas de produção do vestuário do modelo da revolução industrial ao da sociedade do conhecimento. In: 11o Colóquio de Moda – 8a Edição Internacional 2o Congresso Brasileiro de Iniciação Científica em Design e Moda, 2015. Anais [...]. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202015/COMUNICACAO-ORAL/CO-EIXO6-PROCESSOS-PRODUTIVOS/CO-6-TRANSICAO-DOS-SISTEMAS-DE-PRODUCAO-DO-VESTUARIO.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

SOARES, Vera Lúcia Lins. Moda — Capital Paris, Sempre!. In: VII Encuentro Latinoamericano de Diseño. Argentina: Buenos Aires, 2012. Anais [...]. Disponível em:

https://fido.palermo.edu/servicios_dyc/publicacionesdc/archivos/396_libro.pdf. Acesso em: 4 jun. 2020.

STEVENSON, William J. Administração das Operações de Produção. 6ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

TREPTOW, Doris. Inventando Moda: Planejamento de Coleção. 5. Ed. São Paulo: Edição da Autora, 2013.

NOTAS

Nota 1

Câmara Sindical da Alta Costura Parisiense.

Nota 2

A economia fisiocrata compreende três classes sociais com funções econômicas distintas, sendo elas: classe produtiva, a classe proprietária e a classe estéril (CORAZZA; MARTINELLI JÚNIOR, 2002).

Nota 3

Câmara Sindical da Confecção e da Costura para senhoras e meninas.

Nota 4

Informação fornecida no site da Fédération de La Haute Couture Et La Mode (Federação da Alta Costura e da Moda).

Nota 5

Câmara Sindical da Costura Parisiense.

Nota 6

PAIS - Associação pela Defesa das Artes Plásticas e Aplicadas, situada em Paris.

Capítulo 8



10.37423/220205397

A PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NO COMBATE AO ISOLAMENTO SOCIAL DO IDOSO: A EXPERIÊNCIA DO GRUPO BEM VIVER NO SESC DOCA / PA

LEONARDO DOS SANTOS CORREA

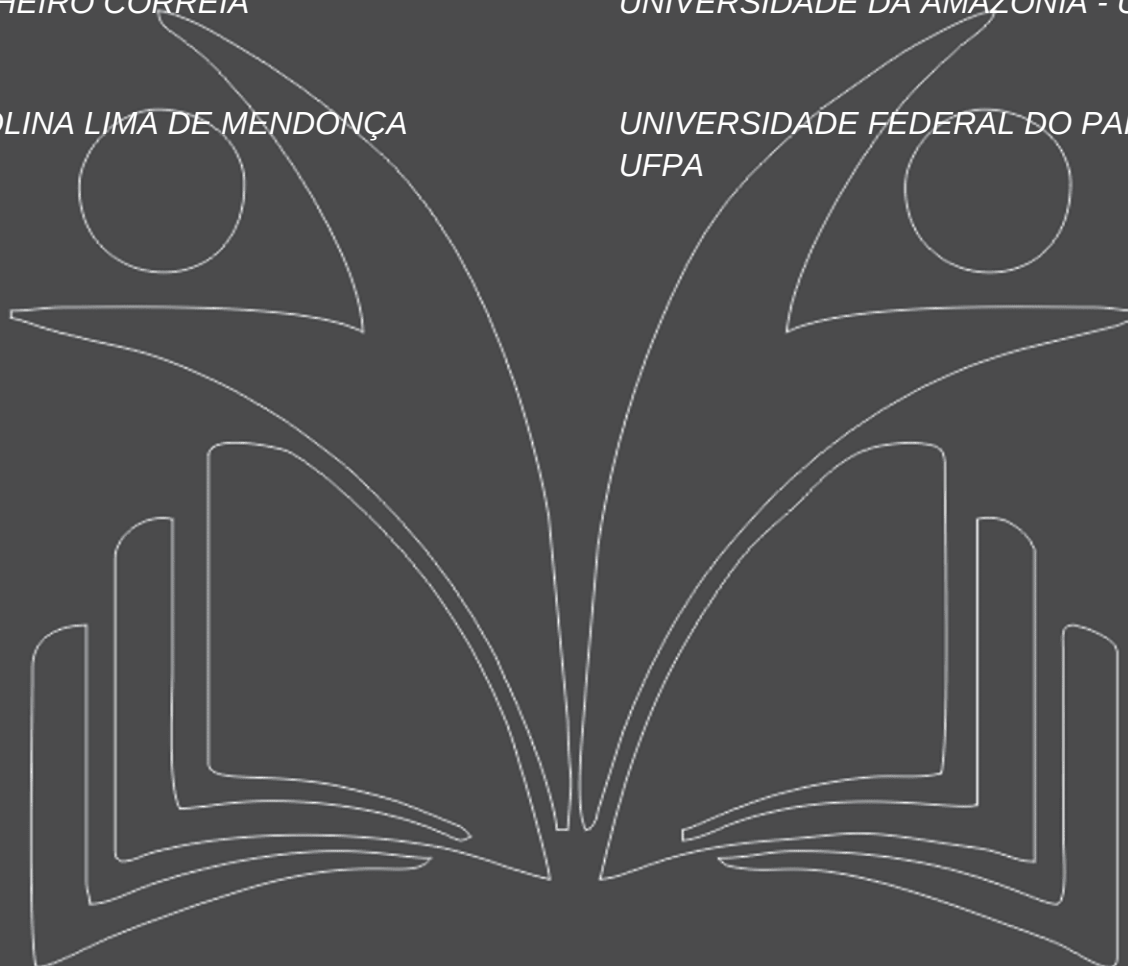
UNIVERSIDADE DA AMAZONIA - UNAMA

ALINE PINHEIRO CORREIA

UNIVERSIDADE DA AMAZONIA - UNAMA

ANA KAROLINA LIMA DE MENDONÇA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ -
UFPA



Resumo: O presente projeto tem por objetivo central, compreender a prática do Assistente Social no Combate ao Isolamento Social do Idoso; a experiência do grupo bem viver no SESC Doca / PA, buscando organizar um estudo para obter uma melhor compreensão sobre o que é o isolamento social do idoso, baseado e fundamentado em especialista no assunto, pesquisadores e estudiosos. Com ênfase no trabalho desenvolvido pelas Assistentes Sociais para a construção de um projeto de vida saudável. Para o homem idoso está em situação de isolamento social, é preciso identificar os fatores determinantes que os deixam nesse estado, nesse contexto a metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica para buscar entender o conceito básico de isolamento social e a convivência em grupos, bem como a pesquisa documental para a identificação das pessoas que estarão inseridas neste trabalho, e por fim, a pesquisa de campo onde será realizada uma entrevista semiestruturada para coleta de dados. Assim, faz-se necessário o aprofundamento dessa questão, a fim de desmitificar o senso comum para o entendimento crítico sobre o isolamento social do homem idoso no grupo Bem Viver SESC, quebrando estereótipos e paradigmas que tratam a velhice com preconceito e violência, fazendo dessa maneira entrarem em decadência emocional, física e estrutural.

Palavras Chaves: Isolamento Social; Convivência em grupo e Serviço Social

INTRODUÇÃO

O povo brasileiro está envelhecendo, de acordo com os dados levantados pelo IBGE apontam que em 2043, um quarto da população deverá ter mais de 60 anos, enquanto a estimativa de jovens até 14 anos será de apenas 16,3%. É de suma importância estudar sobre o envelhecimento, pois, pesquisas apontam que nos próximos anos, o Brasil se tornará um país de idosos com mais da metade da população, no entanto, a aproximação de gerações em crianças e idosos contribui para a formação de novos cidadãos que possam compreender que ser velho é ter qualidade de vida, para alcançar a longevidade. Nesse contexto o abandono de idosos é muito frequente, pois a própria sociedade não está apta, uma vez que, os idosos são colocados em segundo plano, tudo que é velho não tem valor e passa não ser reconhecido e valorizado, levando ao isolamento social.

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo principal compreender a prática do Assistente Social no combate ao Isolamento Social do Idoso; a experiência do grupo bem viver no SESC Doca / PA, buscando organizar um estudo para obter uma melhor compreensão sobre o que é o isolamento social do idoso, baseado e fundamentado em especialista no assunto, pesquisadores e estudiosos. Os objetivos específicos da pesquisa estão centrados em: identificar qual o perfil do homem idoso integrante do grupo bem viver, descrever quais os limites que as assistentes sociais enfrentam e analisar quais as possibilidades de melhorias.

O Serviço Social do comércio — SESC desenvolve atividades voltadas para os Idosos através do Trabalho Social com Grupos (TSG) denominado TSI (Trabalho Social com Idosos) sendo a primeira entidade de caráter privado estimular a reflexão sobre as possibilidades de construção de novos papéis sociais e políticos. No SESC, os idosos são convidados a participar de atividades e trabalhos em grupo com pessoas da mesma idade, e também de outras gerações, tendo dessa maneira a oportunidade de interagirem de forma dinâmica com novas possibilidades de conhecimento e compartilhando outras vivências. As ações do TSI por sua vez visam estimular o desenvolvimento individual e coletivo desse idoso na sociedade, promovendo sua autoestima e integração social em diferentes ambientes e reconstruir sua autonomia por meio de cursos, esportes e atividades. Os profissionais de Serviço Social que atuam no projeto Bem Viver, são responsáveis por cuidar do desenvolvimento de atividades adaptadas, visando sempre a melhor forma possível de garantir direitos desses cidadãos que muito já colaboraram com a sociedade e que para boa parte dessa mesma sociedade já não possuem tantos direitos quanto valores, trabalham nas aplicações de oficinas e reuniões reflexivas pautadas em assuntos atualizados e de mera importância para os mesmos, tendo

como perspectiva central a garantia de direitos desses idosos com ênfase na melhoria do bem-estar social do idoso, respaldando-se pelo Código de Ética que abrange o profissional, resguardando o sigilo e lutando pela melhor qualidade de vida dos envolvidos.

Com base no exposto, chegamos aos seguintes questionamentos: Qual o perfil do homem idoso integrante do grupo bem viver? Quais os limites que as assistentes sociais enfrentam? E quais as possibilidades de melhorias?

Por meio de estágio supervisionado realizado no Sesc – Doca, tivemos a oportunidade de observar diversos idosos em situação de isolamento social, onde a família abandona, ou idosos que moram sozinhos sem acompanhamento. Diante ao exposto surgiu o interesse de realizar uma pesquisa no sentido de identificar quais os principais fatores determinantes que contribuem para o isolamento do idoso na sociedade.

Após o conhecimento acerca dessa problemática buscamos levar o entendimento e a clareza a esse público, ressaltando o papel do assistente social na atuação do combate ao isolamento e como os envolvidos são beneficiados.

Para o Curso de Serviço Social é mais uma área a ser expandida, pois, estudar o isolamento social de idosos, é buscar entender a sociedade em suas diversas diferenças e contradições. Poucas discussões são vistas acerca do isolamento do idoso, entretanto, o Serviço Social ganha muito com esse novo campo de pesquisa, pois trabalha de maneira preventiva levando ao combate, e ao propiciamento de uma nova qualidade de vida a pessoa idosa, visando desta forma, ter um envelhecimento de bem-estar físico, mental e estrutural.

No referencial teórico, o objeto da pesquisa usado neste estudo foi pautado inicialmente nas pesquisas bibliográficas para melhor compreensão desse fenômeno do envelhecimento, mais precisamente, sobre a questão do isolamento social, de forma científica, e não pelo senso comum. Em seguida, utilizamos as fichas desses idosos para um mapeamento onde definimos os sujeitos que seriam entrevistados, e a partir desses dados escolhemos 9 participantes (idosos) inscritos nos grupos, e as 2 Assistentes Sociais para a coleta de dados, onde realizamos uma entrevista semiestruturada com clareza e objetividade nas perguntas. Os dados coletados serão apresentados em gráficos estatisticamente para melhor compreensão, e também serão expostos alguns depoimentos dos participantes da pesquisa, assim teremos as informações necessárias para chegarmos às conclusões dos questionamentos feitos na pesquisa.

Analizamos e expomos os dados coletados através de uma análise sobre o processo de Isolamento Social, Convivência em Grupo e a atuação profissional de Serviço Social.

2. ENVELHECIMENTO E ISOLAMENTO SOCIAL

2.1 ENVELHECIMENTO

A população idosa tende a crescer no Brasil nas próximas décadas, como aponta a Projeção da População, do IBGE¹, atualizada em 2019.

Segundo a pesquisa, em 2043, um quarto da população deverá ter mais de 60 anos, enquanto a proporção de jovens até 14 anos será de apenas 16,3%. Segundo a demógrafa do IBGE, Izabel Marri, a partir de 2047 a população deverá parar de crescer, contribuindo para o processo de envelhecimento populacional – quando os grupos mais velhos ficam em uma proporção maiores comparados aos grupos mais jovens da população. (RETRATOS, A REVISTA DO IBGE FEV 2019).

O Brasil ao longo dos anos está vivenciando uma forte e rápida fase de envelhecimento populacional. Os gráficos das faixas etárias não param de ter alterações pois, a fecundidade diminuiu bastante, sendo assim, desde os anos 70 essa taxa caiu bastante, dando ênfase ao um envelhecimento ativo. O gráfico 1 a seguir mostra a estrutura do processo de envelhecimento no país atualmente.



Fonte: World Population Prospects: The 2017 Revision <https://population.un.org/wpp/>
Hipótese média

A tabela, onde explana o gráfico com os valores absolutos e relativos do envelhecimento populacional brasileiro. Destaca-se, que no ano de 1950, tinha 2,6 milhões de idosos (com 60 anos ou mais anos),

totalizando 4,9% da população total. Este número aumentou para 29,8 milhões em 2020 (totalizando 14% do total populacional). Nas próximas décadas o número de idosos vai ser duas vezes maior alcançando 60 milhões de idosos entre 2040 e 2045.

No Brasil os direitos sociais de proteção a pessoa idosa são regulamentados pela Política Nacional do Idoso sancionada em 1994 e pelo Estatuto do Idoso sancionado em 2003, assegurando todos direitos básicos referentes à pessoa humana.

De acordo com a Lei Nº 10.741 de 01/10/2003 Estatuto do Idoso:

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízos da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, 2003. P, 7-8).

As políticas públicas não podem ser direcionadas somente para os idosos, visto que seria impossível manter uma boa qualidade de vida para a melhor idade, senão houver investimentos na educação, saúde, saneamento, segurança e cidadania, pois a garantia da aplicação dos recursos nessas áreas é fundamental para o bem-estar de toda e quaisquer sociedade.

O povo brasileiro está envelhecendo, atualmente o preconceito é, sem dúvidas, uma das barreiras que os idosos enfrentam ao estarem no mercado de trabalho ou como cidadãos presente na sociedade. Entretanto, apesar de ser um desafio, este problema é uma realidade e causa vários conflitos com as pessoas mais jovens, pois, muitos acham e acreditam que lugar de idoso é em casa jogando damas, fazendo tricô e assistindo TV. Um desses fatores consiste no abandono de idosos, a própria sociedade não está mais preparada, pois, os velhos são colocados em segundo plano, tudo que é velho não tem valor e passa a ser não reconhecido e valorizado, levando ao isolamento social.

É de grande importância estudar sobre o envelhecimento, pois, pesquisas apontam que os próximos anos o Brasil se tornará um país de idosos com mais da metade da população, no entanto, a aproximação de gerações em crianças e idosos contribui para a formação de novos cidadãos compreendendo que ser velho é ter qualidade de vida, para alcançar a elevados anos de existência.

Uma das melhores formas de vencer o preconceito é por meio de uma cultura organizacional que valorize o ser humano independente de sua idade. Estimulando e conscientizando para se sentir útil na sociedade, assim, podemos ter uma sociedade mais justa e igualitária.

Temos consciência que vamos chegar à velhice, não podemos deixar passar a comparação de muitos estereótipos para quem alcança essa idade, como sendo sempre mal-humorado (a), de possuírem pouca energia para exercerem suas atividades cotidianas e por serem dependentes de outras pessoas. Contudo, podemos concluir que tudo isso não passa de discriminação e devemos desmitificar esse pensamento.

Estamos em uma sociedade que boa parte da população não quer envelhecer, pois o preconceito com o velho é visto como algo ruim e não é desejado ser idoso. Muitos jovens hoje preferem morrer a chegar à terceira idade, pois, infelizmente são educados numa sociedade autoritária onde, prega que o idoso é apenas um “encosto” e algo que não produz, logo, não serve para nada.

Portanto, devemos pensar de forma menos radical, ser idoso é um grande ganho na vida, completar 60, 70, 80 ou até mesmo 90 anos, praticando exercícios físicos e tendo uma alimentação saudável, é uma dádiva. Tendo em vista esse pensamento, ser idoso não é necessariamente ser fraco, cansado, frágil e muito menos inútil. A certeza é que os idosos acumulam e possuem mais experiência de vida e podem contribuir muito na sociedade.

2.2 ISOLAMENTO SOCIAL

Atualmente no Brasil se tem diversas formas de isolamento com diversos fatores que contribuem para isso acontecer. Ter formas de evitar é fundamental para prevenir, e conseqüentemente de combater esse mau que vem atingindo muitos idosos.

De acordo, com o Portal Mundo Educação² pode-se entender isolamento social quando:

Um grupo ou um indivíduo, seja de forma involuntária ou voluntária, afasta-se, evita o contato ou a interação, ou é privado pelos demais de ter contato ou de manter relações com esse grupo, sendo excluído do ambiente comum. As motivações para esse fenômeno são diversas e devem ser vistas caso a caso, mas existem fatores que podem ser determinantes e que, geralmente, são plenamente visíveis. (MUNDO EDUCAÇÃO, 2019).

Em meio a sociedade, se tem diversas formas que causam o isolamento de idosos, como tristeza, depressão, sentimentos, etc.

O portal Mundo Educação³ (2019) fez uma abordagem muito interessante em relação ao isolamento social, por ser altamente complexo e ter motivações tão variáveis, ainda é amplamente estudado pelas ciências sociais. Faz-se assim o seguinte:

Algumas de suas consequências podem ser trágicas, podendo variar de traumas psicológicos à depressão ou à completa retração social do indivíduo vitimado. Quanto ao isolamento relacionado à exclusão social, os problemas são diversos, mas explícitos em nosso dia a dia nas dificuldades e nos problemas vividos pela camada mais pobre de nossa sociedade. Entretanto, a responsabilidade pela solução desses problemas está dividida entre o governo e os indivíduos no exercício de sua cidadania. (MUNDO EDUCAÇÃO, 2019).

Outro ponto interessante a ser aprofundado, é a principal forma de isolamento social, sendo o abandono dos idosos pela família, deixando marcas profundas na vida dessas pessoas, pois, seu “porto seguro” lhe abandonou o que ele pode esperar de bom da vida? Pois bem, infelizmente muitos consegue superar, já outros não, assim, o sentimento de solidão aumenta fazendo o idoso, se isolar da sociedade e viver seus últimos anos de vida longe e sem muito contato com o mundo.

Importante também salutar a saúde corporal do idoso, pois, o bem-estar físico contribue bastante para a qualidade de vida, porém, se a saúde do idoso estiver comprometida, em muitos casos, esse é um fator determinante para também declinar a saúde psicológica, ou seja, precisa estar bem de saúde para ter vida ativa e um psicológico inteirado e saudável. Contudo, existem aqueles que ao serem diagnosticados com alguma doença terminal, buscam realizar todos seus desejos, que até mesmo não tinha conseguido realizar. De acordo com o portal Secretaria de Saúde⁴, por meio da Política Estadual de Saúde do Idoso, determina que o principal objetivo é:

Garantir a Atenção Integral à Saúde das pessoas com 60 anos ou mais, promovendo a manutenção da capacidade funcional e da autonomia, contribuindo para um envelhecimento ativo e saudável. A construção de uma sociedade para todas as idades deve incluir ainda a parcela dos idosos frágeis, que apresentam prejuízo funcional, seja por incapacidade ou perda de autonomia, com o gerenciamento de ações também voltado a atender as necessidades desse segmento. (SECRETARIA DE SAÚDE, 2019).

Diante das diversas formas de combater o isolamento de idosos destaca-se, estar envelhecendo na idade acima de 60 anos e ser considerado idoso, não é motivo de se isolar da sociedade e do mundo, pelo contrário, é hora de aproveitar melhor a vida e seus prazeres. Na sociedade há muitos anos atrás, já se pensava em envelhecimento ativo, nesse contexto diversas instituições pensaram em formas de proporcionar um envelhecimento ativo a essa população que completa 60 anos.

Todavia, existem diversas atividades que abrangem o convívio e a ocupação dos idosos em seus tempos livre, para contribuir no protagonismo, autovalorização e dinamismo dos idosos. Dentre elas podemos destacar: a busca por novas amizades, nas quais lhes proporcionarão conhecer novas pessoas da mesma faixa etária, novas experiências, trocas de conhecimentos e o combate a solidão, entre outros fatores positivos, faça voluntariado e participe de projetos.

Ser voluntário é acreditar que algo pode ser mudado, ou de certa forma levar benefícios a determinada pessoa ou comunidade. Proporciona conhecer pessoas da mesma idade ou mais novas, fazendo assim o contato com outras gerações.

3. CONVIVÊNCIA EM GRUPOS

A vivência em grupo de idosos tem infinitas proporções que desencadeiam qualidade de vida no processo de envelhecimento, tendo uma importância fundamental para que a velhice seja levada e vivida da melhor forma possível. Está inserido em grupos de idosos tem total importância para promover qualidade de vida no envelhecimento pois, o compartilhamento de experiências e a troca de conhecimentos, contribuem de forma significativa para bem-estar físico e mental, nesse contexto os mais de 60 anos desenvolvem um olhar diferenciado para a velhice, fazendo assim, afastar qualquer tipo de isolamento social. De acordo com o portal da web a Saúde da Pessoa Idosa (2019)⁵, aponta que:

“A importância ou significado de convivência grupal para os idosos que dele fazem parte é um processo de crescimento deste segmento longo, esse trabalho permite a reaproximação de sua família, e mais ainda que este se sinta aceito e respeitado pelos familiares e por aqueles que antes o criticavam ou discriminava”. (SAÚDE DA PESSOA IDOSA 2019).

Contudo, através do grupo, estes idosos podem reavaliar a sua vida e ver que precisa estar inserido em um grupo social, onde os mesmos vão desenvolver suas potencialidades, reconhecer e aprender a conviver com suas limitações.

A formação de grupos de convivência tem por objetivo proporcionar qualidade de vida aos idosos, através de momentos de convivência harmoniosa, com troca de experiências e empoderamento desses sujeitos. De acordo com Teixeira (2008).

“As necessidades de lazer, educação, cultura, atividades físicas na velhice correspondem aquelas de um determinado setor de idosos, e também do próprio mercado, dirigido aos idosos das classes médias e altas, que podem comprar bem-estar e proteção social no mercado”. (TEIXEIRA 2008. p. 226).

Da década de 70 para os dias atuais, os grupos de convivência aumentaram muito em todo o Brasil. No entanto explica-se por ter um aumento de idosos significativo, um grande fenômeno que vem ocorrendo em todo o mundo. Durante a pesquisa de campo foi observado nos depoimentos dos entrevistados uma grande participação e satisfação em participar de um determinado grupo de convivência como explana esse integrante do grupo bem viver do Sesc doca:

Quando a pessoa mora só e é viúvo, tem muita ansiedade e depressão, superei vindo para o Sesc, encontrei amigos e a convivência com o grupo bem viver em especial o subgrupo papo com homens me ajudou muito a superar o isolamento social. (Integrante 1).

Os relatos mostram que os idosos têm a necessidade de estarem inseridos em grupos de convivências socialmente, todavia, envelhecer saudável, não significa estar apenas de saúde corporal em perfeitas condições, e sim, incluindo vários determinantes que engloba a mentalidade, social e corporal para assim estarem em harmonia e ter um envelhecimento saudável e ativo.

Os grupos de convivência são redes de apoio que visam a busca de autonomia, autoestima, autoconfiança e perseverança do idoso na busca de qualidade de vida, diminuindo a vulnerabilidade e o risco do isolamento social. O convívio com outras pessoas faz criar laços muito importantes que possibilitam a inclusão e a superação de muitos obstáculos dados pela sociedade preconceituosa.

Nesse sentido é de grande relevância que as ações do trabalho social com idosos, estimulem o desenvolvimento individual e coletivo na sociedade, promover sua autoestima e integração em diferentes ambientes e reconstruir sua autonomia por meio de cursos, esportes e atividades, tornando o idoso capaz de se ajustar positivamente na sociedade.

3.1 SESC

Desde o início da década de 1960 o SESC realiza atividades para promover a saúde integral dos idosos. O trabalho Social com Idosos (TSI) começou em São Paulo, no SESC Carmo. Na época, os idosos iam ao Sesc para procurar atividades de lazer que ocupassem o tempo livre. Logo, outras unidades incorporaram o programa, que passou a valorizar a transformação social. Foram criados grupos de convivência que desenvolviam diversas atividades interativas entre idosos, e também entre idosos com pessoas de todas as idades.

Por conta reconhecimento internacional do Trabalho Social com Idosos, o SESC participou de duas assembleias Mundiais sobre o Envelhecimento da ONU: em Viena no ano de 1982 e em Madri no ano de 2002. Além disso, participa desde 2002 do Conselho Nacional de Direito do Idoso e colaborou com a formulação da Política Nacional do Idoso em 1994 e do Estatuto do Idoso em 2003, ambos do Governo Federal.

No Estado do Pará o Serviço Social do Comercio (Sesc) é mantido por empresários do comércio de bens, serviços e turismo, o Sesc é uma empresa de iniciativa privada com direitos públicos, pois sua

clientela, são comerciários e dependentes, tendo como foco principal proporcionar o bem-estar e qualidade de vida para a sociedade.

O Serviço Social do comércio desenvolve atividades voltadas para os Idosos através do Trabalho Social com Grupos (TSG) denominado TSI (Trabalho Social com Idosos) sendo a primeira entidade de caráter privado estimular a reflexão sobre as possibilidades de construção de novos papéis sociais e políticos.

Teixeira (2008), explana que:

A valorização social e as estratégias da ressocialização, de integração, aparecem, então, como alternativa à condição marginal dos idosos. Essa seria a origem e a razão de ser dos programas para a "terceira idade", tomando o indivíduo como alvo da ação educativa ou sociocultural, como se a problemática do idoso se reduzisse a um problema individual de desajuste à sociedade em transformação, uma ação capaz de gerar novos valores, sociabilidade contrárias à estigmatização do idoso, aos preconceitos, à desvalorização social. Tudo depende da capacidade do idoso de aprender, motiva-se, participar, de reverter o quadro socialmente determinado de sua existência, de adotar um novo sentido à vida. (TEIXEIRA 2008. p.227).

Na casa do Serviço Social do comércio, especificamente no trabalho social com idosos, os profissionais trabalham com ações voltadas para o desenvolvimento individual e coletivo, promovendo autoestima e integração do idoso, para ter possibilidade de se conectar melhor com a sociedade, reconstruindo sua autonomia praticando esportes, atividades para exercitar a memória e entre outras. O trabalho desenvolvido pelo Sesc acata o interesse do grupo, para reconhecimento de seus direitos como cidadãos, ocasionando raciocínio sobre as capacidades e possibilidades de concepção de novos papéis sociais e políticos.

No Trabalho Social com Idosos, chamado de "Grupo Bem Viver", os integrantes participam de atividades de memorização, teatro, dança, ritmos, jogos recreativos, esporte adaptado, subgrupos com reuniões reflexivas e o "papo com homens", artes manuais e pintura. Com o objetivo de ter melhor qualidade de vida para a velhice. De acordo com o site do Sesc⁶ (2019) foi reconhecido pela:

Organização das Nações Unidas (ONU), o Trabalho Social com Idoso acontece no Sesc há mais de 40 anos e atende anualmente 60 mil pessoas. Além de resgatar o valor social dos idosos, as ações do Sesc privilegiam a cidadania e a educação por meio de projetos adaptados as diferentes culturas das regiões. (SESC, 2019).

De acordo com o Estatuto do Idoso no Art. 3º:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho,

à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2003. p, 8).

O Sesc mesmo de caráter privado, assegura os direitos públicos, pois seus usuários se beneficiam a partir dessa efetivação de direitos, e o idoso por ser um integrante da sociedade, tem que ser garantido todos seus direitos fundamentais promovendo qualidade de vida, como prevê a Constituição Federal (1988), **Art.230**. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. Cabe a nós enquanto sociedade civil, valorizar os idosos, e lutar pela efetivação de seus direitos sem distinção de idade. No item a seguir abordamos com o se dá a participação do homem nos grupos de convivência.

3.2 - A PARTICIPAÇÃO MASCULINA EM GRUPOS DE CONVIVÊNCIA

Os Grupos de Convivência para Idosos são importantes exemplos de espaços que têm se deparado com a baixa participação de homens, seja pela priorização de atividades que não atendem aos seus anseios; pela presença expressiva de mulheres, frequentemente atribuída à tendência histórica e cultural de maior procura delas por vivências no lazer na terceira idade; e/ou pela falta de estímulo e participação do poder público nessas questões.

Vargas, & Portella (2013) identificaram em um estudo que a quantidade de mulheres em grupos de convivência é superior ao de homens, impulsionando-se a investigar os fatores determinantes para a participação masculina no grupo em questão e o significado disso em suas vidas, e como as atividades contribuem para a diminuição do isolamento social do homem idoso.

Dentre as atividades já desenvolvidas nos grupos observa-se por meio das falas dos sujeitos durante a atividade “Papo com homens” que dentre os motivos que levaram os homens idosos a ingressar nos grupos de convivência. É evidente que muitos procuram esses espaços para preencher uma parte do seu tempo “livre”, ampliado após a saída da esfera laboral. Além disso, destaca-se nos depoimentos desses homens a busca pela vivência de determinadas atividades no lazer, que nem sempre lhes estiveram acessíveis ou lhes foram possíveis em outros momentos de suas vidas, haja vista a necessidade de trabalhar. Portanto, esta pesquisa busca alcançar os objetivos já mencionados, bem como contribuir o fazer profissional do Assistente Social no combate ao isolamento social dos homens integrantes do TSI.

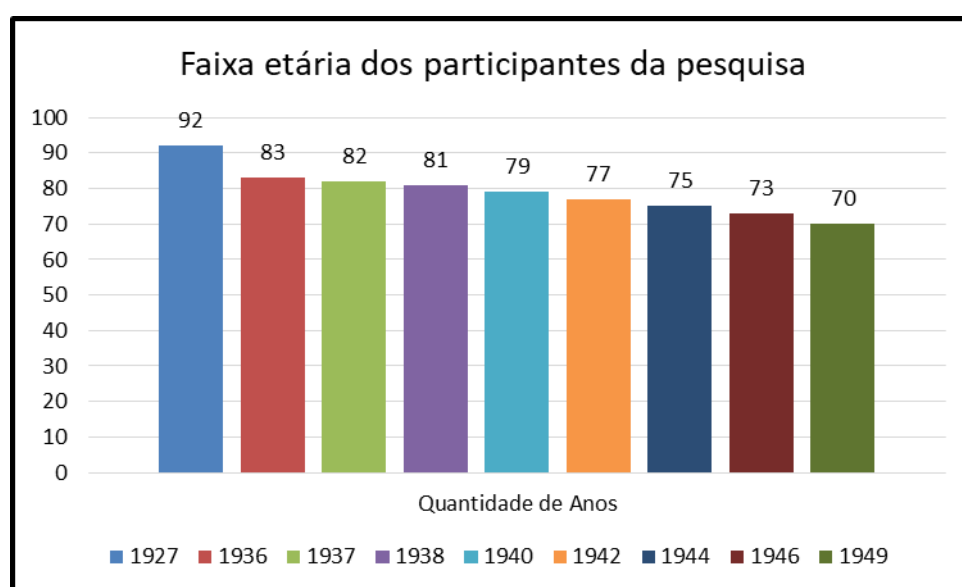
Para obtermos os resultados da pesquisa, foi realizada uma palestra com os integrantes homens do grupo, para esclarecimento do desenvolvimento deste trabalho e debater com eles o que é isolamento social, suas causas e como se dá em meio a sociedade. A reunião teve resultado satisfatório para os

pesquisadores, foi possível esclarecer o tema para os homens que não tinham conhecimento e também, possibilitou que outros homens idosos que tinham clareza sobre o tema pudessem relatar que já foram vítimas de isolamento social.

No encontro seguinte foi aplicado um questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, para obtenção de dados.

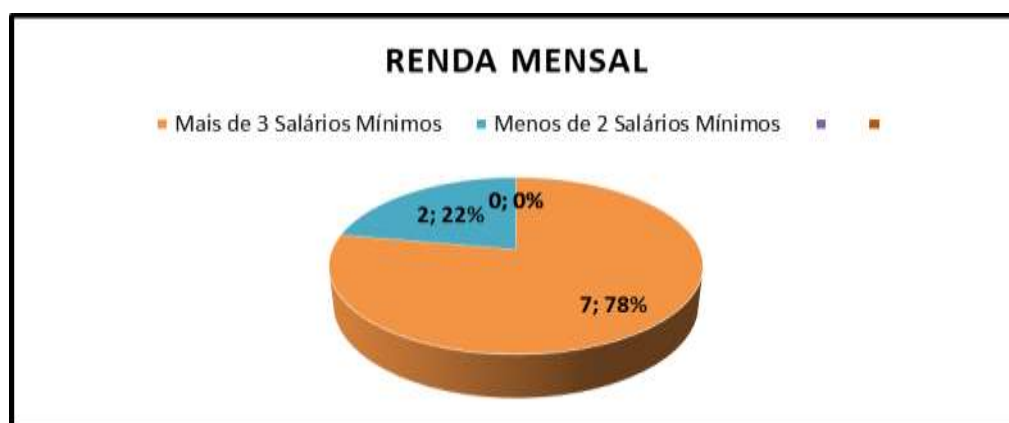
Após a sistematização dos resultados obtidos dos questionários, chegamos os seguintes dados representados nos gráficos a seguir.

Figura 1 – Faixa etária dos participantes da pesquisa



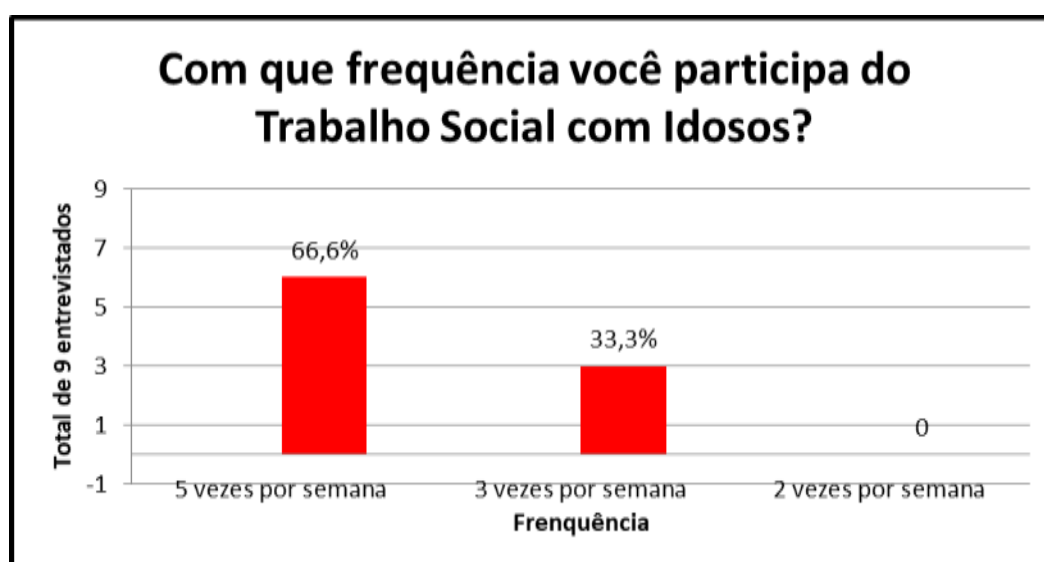
Fonte: Gráfico elaborado pelos autores com base na pesquisa de campo.

De acordo com a figura1, conclui-se que os integrantes homens estão na faixa de 70 a 92 anos. Indicando que o grupo é composto de por homens com mais de 70 anos, revelando que as pesquisas do IBGE quando falam que a taxa da velhice aumentou são verdadeiras e atualmente temos muitos idosos ativos na sociedade.

Figura 2 – Renda mensal dos participantes da pesquisa.

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores com base na pesquisa de campo.

No gráfico 2, é a representação da renda mensal, totalizando 7 idosos ganhando acima de 3 e 2 idosos ganhando menos de 2 salários mínimos. Concluindo que o estado de isolamento social não é necessariamente referente a baixa renda econômica, pois diante da pesquisa há outros fatores que levam ao idoso para o isolamento como: depressão, carência de afeto, viúves, violência familiar e da sociedade, ansiedade e entre diversos apontamentos.

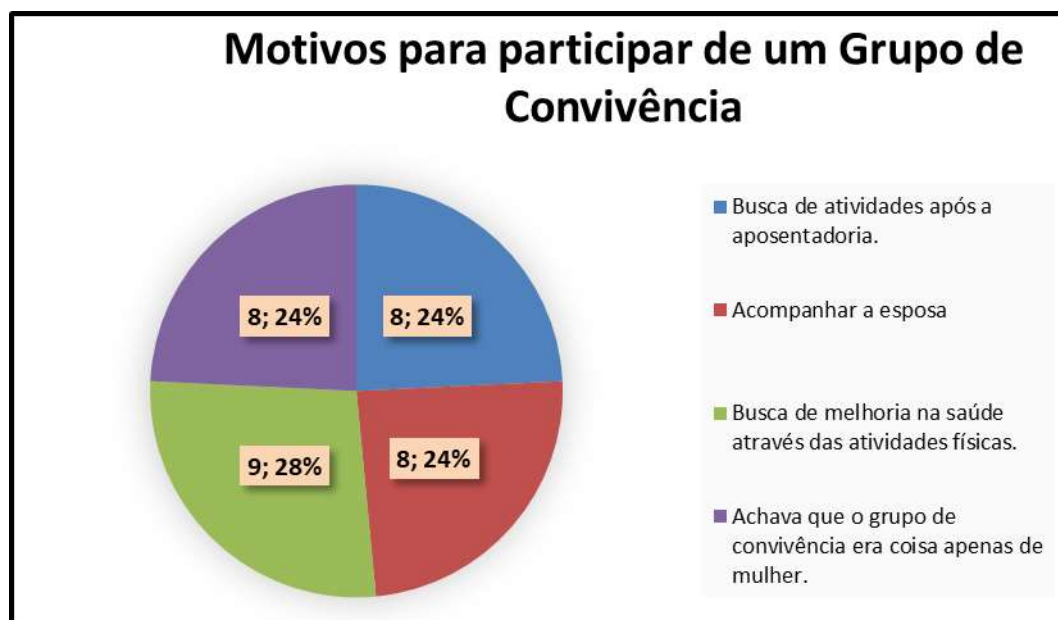
Figura 3 – Frequência de participação no Grupo

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores com base na pesquisa de campo.

Na figura 3, a participação dos idosos no grupo é em média mais de 66,6% participando 5 vezes por semana e 33,3% participando 3 vezes por semana, fica evidente que na velhice a própria sociedade afasta esses idosos de suas atividades, entretanto, se não produz não serve de acordo com o sistema capitalista, sendo assim, fica excluído. No entanto, quando o idoso se insere num grupo de convivência

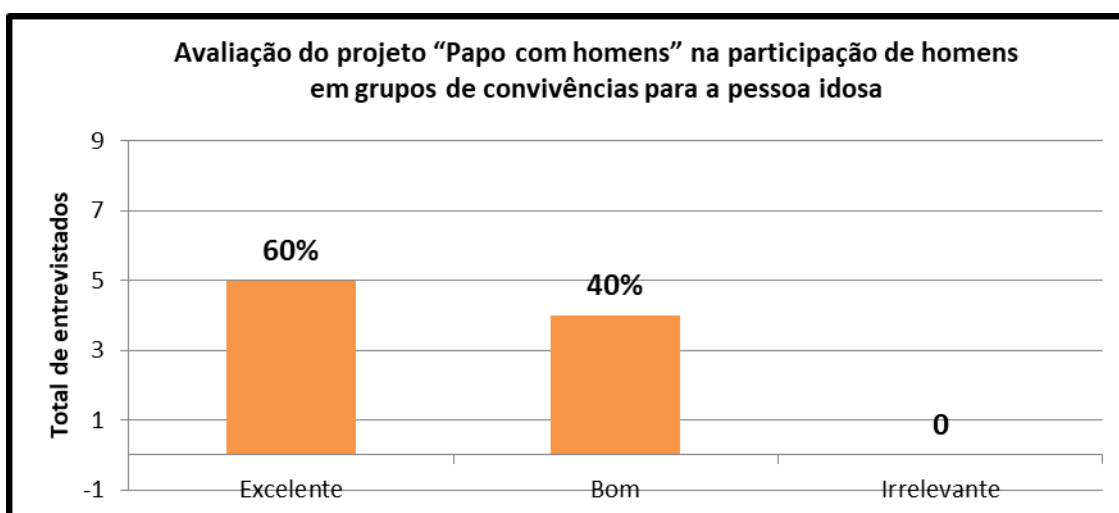
com pessoas nas mesmas faixas etárias, ressurgiu a vontade de se manter ativo, a procura aumenta e a frequência de participação é sempre excelente. Mas infelizmente não temos instituições suficientes e de caráter público para abranger todos com qualidade em seus serviços.

Figura 4 – Motivos para participar de um Grupo de Convivência



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores com base na pesquisa de campo.

Figura 5– Avaliação do projeto “Papo com homens” na participação de homens em grupos de convivências para a pessoa idosa.



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores com base na pesquisa de campo.

A figura 5 e 6, revela que uma grande parcela dos idosos que responderam às perguntas, avaliam o trabalho desenvolvido com excelência, destacando a busca por atividades físicas para a melhoria da

saúde e também, ressaltam que a procura pelo grupo se deve ao fato do início da aposentadoria e do desejo de não ficar apenas em casa. Já outra grande maioria dos homens idosos destacaram que frequentam o grupo para acompanhar sua esposa.

A partir do questionário aplicado e análise dos dados obtidos, passamos a considerar a importância da funcionalidade do grupo no período de segunda-feira a sexta-feira. Através dos relatos dos idosos envolvidos na pesquisa, o grupo representa uma forma de estarem conectados com outras pessoas, interagindo, melhorando sua autoestima, autoconfiança e sua autovalorização.

O convívio em grupo juntamente com as atividades aplicadas pelos técnicos do Trabalho Social com Idosos do SESC Doca permite a participação contínua, promovendo o desenvolvimento pessoal e com outras pessoas envolvendo a saúde da memória e a saúde do corpo.

4. A PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL

No grupo Bem Viver Sesc, percebemos a importância de se ter o profissional de Serviço Social para atuar no desenvolvimento das atividades de integração, dinamismo, valorização e bem estar. Suas principais atribuições são: elaboração junto a equipe multidisciplinar de planos e projetos de intervenção; desenvolver oficinas, rodas de conversas, palestras abordando os direitos dos idosos; planejar e exaltar atividades de datas comemorativas e promover dinâmicas de grupos para integrar e interagir atividades e realizar avaliações junto aos integrantes de como está sendo realizado o trabalho para a busca de melhorias.

A prática dos Assistentes Sociais está norteada em garantia de direitos, de acordo com o Código de Ética que rege a profissão no artigo V, retrata que o Assistentes Sociais deve ter posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; (BRASIL, 2012). Todavia, não se pode ter distinção de gênero, classe social e preconceitos, pois, os profissionais que trabalham com grupos de convivência precisam ter a leitura dos diversos idosos com múltiplas diferenças. Os profissionais devem ter o entendimento sobre a instrumentalidade da profissão, onde Yolanda Guerra (2000) define:

Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adéquam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho. (GUERRA, 2000, p. 53).

Entretanto, os profissionais na atual conjuntura, devem se emponderar de seus instrumentais para intervir, promover inclusão, valorização, protagonismo e qualidade de vida a pessoa idosa. No Serviço Social é abordado três dimensões que são o eixo principal para o Assistente Social trabalhar com ética e autonomia. Segundo Guerra (2000).

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p. 7).

Todavia, tomando entendimento das três dimensões: a primeira teórico-metodológica, refere-se ao embasamento teórico da profissão, pois, para se fazer uma boa prática precisa ter uma boa teoria; a segunda técnico-operativo está relacionado os objetivos e ações que os profissionais devem ter como base para seguirem os princípios e valores humanos; a terceira, ético-política, refere-se a capacidade e objetividade que os assistentes sociais irão trabalhar, sempre respaldados pelo código de ética e pela melhor forma de garantir direitos.

As intervenções que os profissionais de serviço social desenvolvem têm a função de potencializar diversas formas de mediações tanto na instituição inseridas sendo local de atuação, ou nas estruturas que a profissão está inserida.

De acordo com Guerra (2000) podemos destacar a importância da reflexão do significado sócio histórico da instrumentalidade como condição de possibilidades de intervir do Serviço Social, ou seja, a profissão está diretamente ligada às políticas sociais e a instrumentalidade devem ser refletida historicamente como uma condição que envolve diversos posicionamentos, visto que, é fundamental requisitar a instrumentalidade na prática profissional em planejar, executar e implementar políticas sociais, capazes de beneficiar uma sociedade que é vítima do capitalismo, sendo assim, com o trabalho dos assistentes sociais.

Atualmente no grupo Bem Viver– Sesc existem duas Assistentes Sociais que estão entre 4 a 7 anos dentro da instituição, o que permite que elas tenham um domínio da atuação profissional que requer estudar sobre envelhecimento, embora seja uma expressão antiga da questão social, percebe-se que na atual conjuntura surgem novos desafios, sendo que a expectativa de vida aumentou, entretanto, cabe ao Assistente Social estudar e manter-se sempre atualizado, pois, antes a velhice era sinônimo de doença, ligada também ao conceito de finitude.

Todavia, os profissionais de Serviço Social quando trabalhavam com grupos de idosos, não estavam preocupados em garantir qualidade de vida e com o aumento da expectativa de vida, porque antes os trabalhos com idosos era promover atividades de preparação para o final da vida, tornando seus dias mais leves, e nos dias atuais percebemos que não, que a questão do envelhecimento que já era antiga, hoje ganha visibilidade e novos desafios. Por isso, é importante que os profissionais estejam atualizados, buscarem cada vez mais conhecimentos para atuarem no exercício profissional, garantindo qualidade de vida, bem-estar e protagonismo.

Durante a pesquisa de campo foi perguntado para as Assistentes Sociais do GSI como se dá a atuação dentro do grupo Bem Viver, para ter melhor compreensão do exercício profissional no grupo.

Se dá com base na compreensão de que as pessoas atendidas no Trabalho com Grupos - Atividade Trabalho Social com Idosos - TSI, são únicos no seu processo de envelhecimento e guardam características e particularidades socioeconômica e cultural próprias, que devem ser respeitadas e, a atuação do A.S. está sustentada na concepção de que se tratam de sujeitos de direitos e que devem ser estimulados ao envelhecimento digno, e a proteção aos seus direitos, com a participação da família, Estado e a sociedade (conforme legislação própria). O que se torna cada vez mais desafiador devido ao contexto atual de desconstrução do sistema de proteção social, com rebatimentos na cidadania. Porém o profissional atua nessa perspectiva que é da autonomia, protagonismo, conhecimentos e reconhecimentos do seu papel enquanto cidadã e cidadão na sociedade visando o envelhecimento bem-sucedido. (Assistente Social GSI 1).

Nosso papel consiste em elaboração e execução de projetos sociais de inclusão e valorização da pessoa idosa, para fomentar a participação social e cidadã, com estímulo ao conhecimento sobre direitos, autocuidado, relacionamentos, família, e envelhecimento saudável, este, como uma fase importante e necessária na história de todo ser humano. O Assistente Social é necessário para a proposição e prática das políticas sociais, como o Estatuto do idoso, na garantia de direitos humanos a este segmento que merece todo o respeito e reconhecimento. Respeitar o idoso é respeitar a história. (Assistente Social GSI 2).

Fica evidente que a dimensão do trabalho do profissional de Serviço Social é eficaz no seguimento sobre o envelhecimento para promover bem-estar e qualidade de vida aos idosos, sempre respaldados na garantia de direitos previstos por leis que defende o idoso como Política Nacional e Estatuto do Idoso. No decorrer da pesquisa de campo direcionamos para as profissionais como se dá o trabalho das Assistentes Sociais com os homens no subgrupo “Papo com Homens”:

Destacamos a questão de gênero, uma vez que a população masculina de idosos é demograficamente menor que a feminina, por diversos fatores e essa configuração também vem se reproduzindo no Grupo de Idosos no Sesc Doca, onde o público masculino em 2018 representava menos de 10% dos inscritos, levando à constatação de que o homem idoso era o que menos se beneficiava com o grupo social. Daí movidos pelo interesse em encontrar um formato de práticas que estimulasse qualitativamente essa participação, considerando estudos que confirmam os diversos benefícios da presença em grupos para a qualidade de vida de pessoas acima de 60 anos, foi criado o projeto “Papo com Homens”. E a imersão nessa experiência tem revelado aspectos interessantes para o Assistente Social, como a necessidade de reinvenção de práticas inclusivas que contemple formatos que favoreça a escuta ativa e narrativas, fortalecendo seu protagonismo e a perspectiva cidadã desses sujeitos, auxiliando-os a superarem estigmas e preconceitos, dada a complexa heterogeneidade de questões que perpassam no processo de envelhecer na sociedade atual, que atinge tanto mulheres como homens. (Assistente Social GSI 1).

Este projeto visa à inclusão social do homem idoso, para participação atuante nas várias questões do universo masculino. Facilitando seu convívio, sua comunicação e afetividade, pois saindo do isolamento o idoso torna-se mais fortalecido para enfrentar as fragilidades próprias da velhice. E desta forma é possível ter mais qualidade de vida nesta fase. (Assistente Social GSI 2).

Percebe-se que, as duas profissionais, destacaram a baixa participação de homens em grupos de convivências, é evidente que no grupo além de ter poucos integrantes a participação deles é limitada, e por isso houve a necessidade e criar um momento único só deles, para promover participação contínua e desenvolver habilidades que muitas vezes eram encobertas por medo de se expressar num grupo com participação de mais de 80% de mulheres. De acordo com Goldenberg (2017) ao priorizar a busca de significado para sua existência, recusam uma “morte simbólica” ou uma “morte social”, criando novas e positivas representações sobre a velhice.

Nesse sentido entende-se que o subgrupo “Papo com Homens” faz renascer um idoso que já estava apagado para vida, e partir dos encontros eles ficam aptos para desenvolver e assumir papéis societários que muitos não tinham vontade nem mesmo de viver. Em continuidade a pesquisa com as Assistentes Sociais foi explanado o que elas percebem como possibilidades de melhorias da atuação profissional dentro do grupo, tendo como respostas as seguintes afirmações.

A educação permanente dos profissionais, estímulos às pesquisas e atualizações considerando os desafios a serem enfrentados no âmbito políticos, econômicos e de direitos sociais. Interagir cada vez mais com temas relacionados às políticas públicas e de proteção social, com vistas cada vez mais

colocá-las em práticas. É importante ainda aprofundar estudos sobre as diversas formas de velhices e suas fragilidades; desenvolver e aprimorar práticas de avaliação e monitoramento dos processos de trabalho. (Assistente Social GSI 1).

A área do envelhecimento humano é fonte inesgotável de estudo, com diversas formas de intervenção para que a pessoa idosa se autovalorize e viva a velhice com perspectivas de projetos pessoais e qualidade de vida. Assim cabe ao Assistente Social se apropriar dos conhecimentos da Gerontologia e das políticas sociais para a Pessoa idosa. E então fortalecer o trabalho do grupo de idosos para que os seus membros sejam cidadãos conscientes e transformadores. (Assistente Social GSI 2).

É interessante destacar que a educação continuada dos profissionais é de extrema qualidade, pois, se manter atualizado é ter conteúdo para aplicar na prática profissional, e quando o trabalho é realizado com profissionais de outras áreas formando uma equipe multiprofissional, torna-se desafiador enfrentar os desafios impostos pelo sistema e pela própria instituição, em que o profissional de Serviço Social tem que tomar medidas para lidar da melhor forma possível. Nesse contexto as assistentes sociais devem propor dinâmicas para tornar o trabalho mais eficaz dentro da instituição, de acordo com Iamamoto (2005).

[...] competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais [que vá] além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas [...], desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 2005, p. 21).

Entretanto, existem muitos desafios institucionais que os profissionais devem lidar de forma clara, ética e capaz de solucionar. Outro ponto importante é o trabalho com diversos profissionais de diferentes áreas, onde Faleiros (1996) destaca, são distintos em autoridade, conhecimento, posições, compromissos ideológicos e tudo isso interfere no processo de trabalho. Pois, a reciclagem de conhecimento deve envolver todos da equipe, para assim, estarem aptos em desenvolver uma prática de qualidade proporcionando aos idosos, valorização e bem-estar no serviço desenvolvido.

Ao fim da pesquisa de campo, foi feita a última pergunta para as Assistentes Sociais do GSI: O que elas percebem como entraves (dificuldades ou obstáculos) dentro do grupo na atuação? Sendo destacados.

A relação Inter profissional precisa ser ampliada; existe também o desafio permanente de estarmos preparados para atendermos as novas demandas e expectativas da população idosa que cotidianamente apresentam novos anseios, dada as diversidades de interesses nas diferentes faixas etárias; em dar conta de elaborar e sistematizar os instrumentais da profissão, dado o volume

de atividades por profissional e há dificuldades de ampliar a rede de apoio ao público atendido. (Assistente Social GSI 1).

As Instituições ainda precisam melhorar a visão sobre a importância do Assistente Social, ou seja, empregando mais profissionais para atender a demanda apresentada. E ainda há necessidade de trabalho multidisciplinar, somando Psicólogo e Pedagogo. (Assistente Social GSI 2).

Em concordância com as principais dificuldades colocadas por ela, concluímos que diante do nosso atual sistema capitalista é muito desafiador manter uma atuação embasada e fundamentada nas leis, pois o Estado negligencia a promoção de políticas públicas, e em entidades privadas fica mais limitado, pois sem contratação de funcionários qualificados em suas devidas áreas para compor a equipe multiprofissional, sem a rede de serviços estruturada dificulta o acesso desse idoso para os devidos atendimentos especializados. Iamamoto (2014) explana que, ter a capacidade de fazer com que os indivíduos transformem o seu olhar, ações e como se notam diante da sociedade, instigando os mesmos a perceber através de experiências cotidianas as contradições inerentes do sistema neoliberal. Entretanto, em concordância com a autora, os idosos devem buscar cada vez mais seus direitos garantidos por lei, irem contra o sistema que só visa lucro, o grupo tem grande importância no combate ao isolamento, mais existem muitos entraves que as Assistentes Sociais e os demais profissionais enfrentam para desenvolver qualidade de vida a esses idosos que buscam o Sesc como última alternativa de vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base os dados levantados em consonância com os estudos realizados no referido campo de estágio, podemos observar a grande importância da contribuição de projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida dos idosos que participam de grupos de convivência. As diversas atividades que são diariamente realizadas acabam por contribuir na melhoria de sua qualidade de vida e das suas relações interpessoais, tornando esse indivíduo mais capaz de tomar suas próprias decisões. Há anos atrás os idosos eram vistos como incapazes a partir do momento que se atingiam uma determinada faixa etária de idade.

De acordo com os estudos realizados e através dos dados levantados, mostra-se que no futuro haverá mais idosos na sociedade do que jovens, partindo da relevância dos resultados que os dados apontam o trabalho social com idosos (TSI) que é executado pelo SESC. Por meio deste trabalho consideramos mais ainda a relevância do trabalho social para esse público da sociedade, que por sua vez, são vistos com olhares de inutilidade ou incapacidade quer sejam nos aspectos físico e/ou mental.

O isolamento social do idoso se dá a partir do momento em que esses idosos passam a ser tirado do seu convívio a social a grosso modo e deixados de lado, antes o idoso era ativo e hoje ele passou a não ser mais tão ativo e acaba sendo esquecido até mesmo por sua família, e por consequência alguns idosos começam a apresentar sintomas de depressão, se isolam e encontram em grupos de Convivência como TSI uma saída para voltar à ativa, convivendo com pessoas da mesma faixa etária de idade e de outras idades podendo compartilhar experiências de vidas, trabalhando a prática de atividades físicas e o social.

Um dos trabalhos realizados dentro do projeto *Papo com Homens* é voltado para o sexo masculino onde é executada uma roda de conversa com temas propostos desenvolvido por uma Assistente Social, que comanda o projeto com excelência, levando vários temas importantes a serem discutidos, para debater e dialogar sobre seus entraves, suas dificuldades do cotidiano, suas experiências e seus questionamentos.

Durante os encontros que acontecem semanalmente, conta também com o auxílio de um estagiário de serviço social, onde o intuito é mostrar para o acadêmico como é que funciona o projeto *Papo com Homens*, pois todos os integrantes gostam muito desse momento, e quando eles são questionados para dá sugestões de melhorias, eles falam que não deve acabar o projeto.

No decorrer da pesquisa e a vivência do estágio, foi concluído que o projeto *Papo com Homens* é excelente na busca de possibilitar ao idoso um momento único para falar de assuntos de “homens”, por serem minoria dentro do grupo Bem Viver e com pouca participação teve a necessidade desse momento.

Contudo, nada muito bom que não seja melhorado, diante dessa perspectiva um dos questionamentos levantados foi: que se esses homens fossem tirados do grupo para conversar sobre assuntos de “homens” e fossem coordenados por uma mulher? Ou seja, ele deixa de ser totalmente *papo de homem*, pois determinados assuntos deixam de ser abordados e debatidos por serem de uma geração de anos passados e acabam tendo um bloqueio na participação, uma vez que, o sentimento de vergonha é presente. Diante disso, e para preencher essa lacuna, seria de grande importância que o projeto fosse coordenado por um Assistente Social do sexo masculino, ressaltando que não se trata de uma questão de gênero onde mulheres não podem desenvolver o trabalho com o grupo, e sim por ser um subgrupo de idosos homens com mais de 70 anos de idade, que carregam consigo histórias e valores, pois, a intimidade de homem para homem é mais aberta para se tratar de assuntos “íntimos”.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. Ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012], p. 23.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. p, 133. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acessado em: 25/10/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estatuto do Idoso / Ministério da Saúde. – 1. ed., 2.ª reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003. p, 7-8. Disponível em:

http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/pagina_saude_do_idoso/estatuto_do_idoso.pdf. Acessado em: 05/11/2019.

_____, Estatuto do Idoso / Ministério da Saúde. – 1. ed., 2.ª reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003. P, 8. Disponível em:

http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/pagina_saude_do_idoso/estatuto_do_idoso.pdf. Acessado em: 23/11/2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. Saber profissional e poder institucional. Cortez, São Paulo, 5ª ed., 1996.

GOLDENBERG, Mirian. A Bela Velhice. – 7ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2017. p, 38.

GUERRA, Y. A Instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2000.

_____, A instrumentalidade no trabalho do assistente social. Brasília, CFESS, ABEPSSCEAD – UNB, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela & DE CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. Cortez, São Paulo, 40ª ed. 2014.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho profissional e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2005.

²Portal Mundo Educação – Isolamento Social. Disponível em:

mundoeducacao.bol.uol.com.br/sociologia/isolamento-social.htm. Acessado em: 17/10/2019.

³MUNDO EDUCAÇÃO, Isolamento Social. Disponível em:

<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/sociologia/isolamento-social.htm>. Acessado em:

13/10/2019.

⁴ _____, Isolamento Social. Disponível em:

<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/sociologia/isolamento-social.htm>. Acessado em:

13/10/2019.

¹Retratos a revista do IBGE. Longevidade viver bem e cada vez mais, N. 16 FEV 2019. P. 22. Disponível em:

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d4581e6bc87ad8768073f974c0a1102b.pdf. Acessado em: 09/11/2019.

⁵SAÚDE DA PESSOA IDOSA: Boas práticas. Disponível em:

<https://saudedapessoaidosa.fiocruz.br/idosos-em-grupos-de-conviv%C3%Aancia>. Acessado em: 28/09/2019.

SECRETARIA DE SAÚDE, Saúde do Idoso. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/saúde-do-idoso>. Acessado em 15/09/2019.

⁶Serviço Social do Comercio – SESC. Disponível em:

<http://www.sesc.com.br/portal/Assistencia/Trabalho+Social+com+Idosos/>. Acessado em:

17/10/2019.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento e trabalho no tempo de capital: implicações para a proteção social no Brasil – São Paulo: Cortez, 2008. p. 226.

_____, Envelhecimento e trabalho no tempo de capital: implicações para a proteção social no Brasil – São Paulo: Cortez, 2008. p. 227.

Vargas, A.C., &Portella, M.R. (2013). O diferencial de um grupo de convivência: equilíbrio e proporcionalidade entre os gêneros. São Paulo (SP): Revista Kairós Gerontologia, 16(2), 227-238. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/18546/13733>. Acessado em: 08/09/2019.

Capítulo 9



10.37423/220205417

AS POSSIBILIDADES DE SE TRABALHAR O RACISMO NA ESCOLA: INTERVENÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR

Inaiana Costa Gama

*Universidade Federal de Campina Grande –
UFCG*

Jakson Luis Galdino Dourado

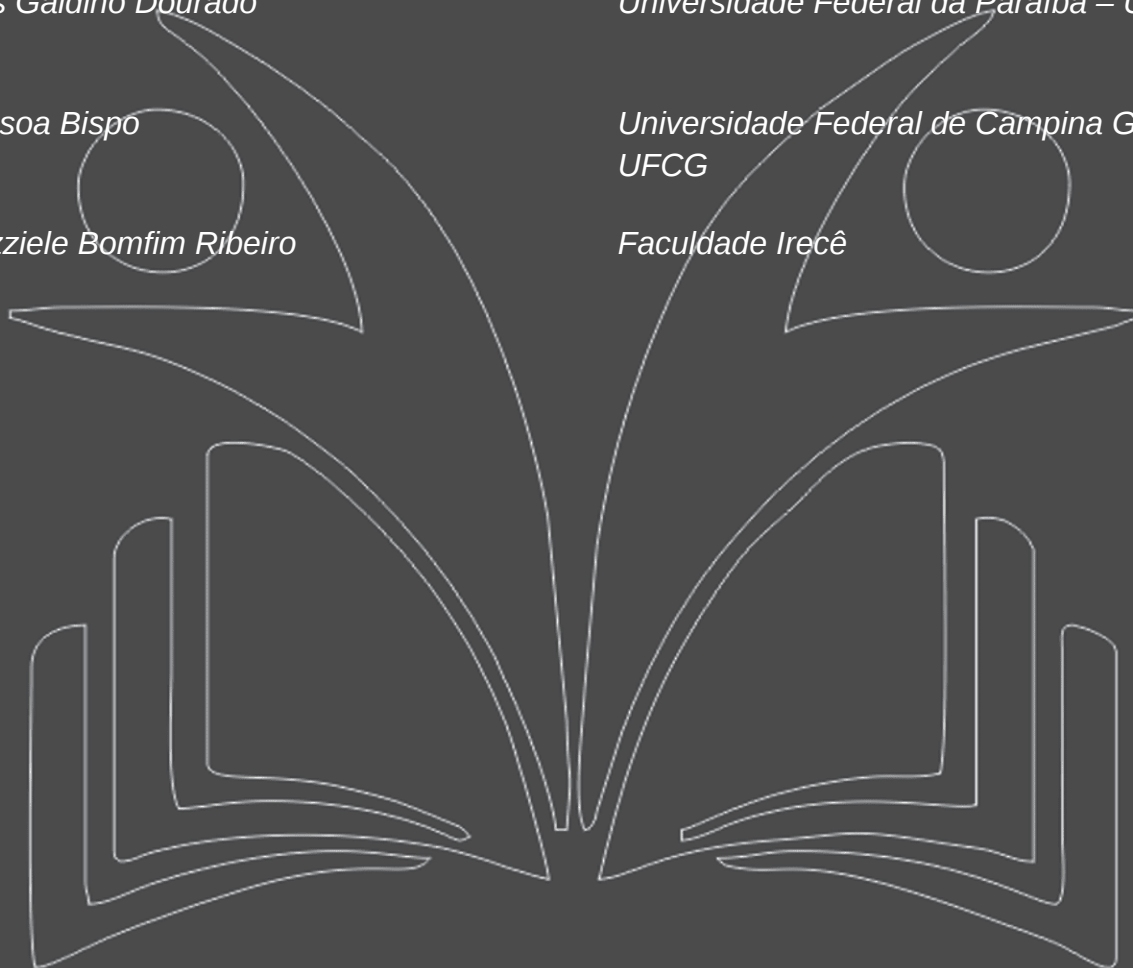
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Maiara Pessoa Bispo

*Universidade Federal de Campina Grande –
UFCG*

Joana Grazziele Bomfim Ribeiro

Faculdade Irecê



Resumo: Considerando as discussões atuais no âmbito das ciências humanas sobre multiculturalismo, relações interétnicas e instituições do saber, o presente trabalho objetivou dissertar sobre os principais argumentos produzidos na defesa do multiculturalismo na escola, realizando o procedimento técnico de revisão bibliográfica e provocando a temática através do método exploratório de pesquisa nas principais bases de dados, a saber: Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), Portal de Periódicos da PUCRS (ediPUCRS) e ScientificElectronic Library Online (SciELO) a fim de gerar maior familiaridade com o tema. Os resultados encontrados foram confrontados para legitimar a posição da escola como transformadora da realidade e fundamental para a luta contra a superioridade de uma descendência étnica sobre outra. Essas são questões que nos levam a buscar referências nas discussões históricas e pedagógicas em prol de uma reflexão psicossocial para a resolução do conflito entre etnias na sociedade. A análise da literatura mostrou que nas aplicações educacionais, a psicologia pode contribuir com a provocação de questionamentos objetivados para a diminuição de discriminação, racismo e preconceito sob a valorização de uma cultura, à outra.

Palavras-chave: Psicologia, Educação, Multiculturalismo.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Dicionário Aurélio Online (2015), Racismo significa um “sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre os outros, preconizando, particularmente, a separação destes dentro de um país (segregação racial). Sendo assim, somos impulsionados a considerar que a temática do racismo nos remete às questões que envolvem etnias e cultura. Para Kluckhohn(1970), a cultura pode ser definida com um modo de pensar, agir e sentir de determinado grupo de pessoas em relação ao ambiente do qual se faz parte, estando a cultura, relacionada aos fatores ambientais do determinado grupo e a capacidade dessas pessoas de adquirir hábitos por participarem de um grupo social.

Para além dessa explicação Antropológica, a sociologia vem acrescentar ao debate expondo que todo indivíduo traz consigo padrões de pensar, sentir e agir – aprendidos no seu desenvolvimento (Hofstede, 1984). A cultura seria como um programa que dirige o comportamento por meio da programação mental, e o indivíduo compartilharia as experiências vivenciadas por ele entre os outros componentes do mesmo grupo. A sociologia ainda defende que os padrões existentes entre os indivíduos consideram um grupo semelhante ou diferente a outro grupo cultural a partir de suas particularidades nos elementos simbólicos, dos seus heróis, rituais e valores.

No plano mundial, é possível falar em interculturas visto a amplidão de países e costumes que observamos. Desta maneira, faz-se necessário que o psicólogo escolar pense em projetos que contemplem o interculturalismo nas escolas como uma forma de contrapor a padronização de identidades, na valorização da diversidade cultural. A proposta de inserir o conhecimento da cultura negra para as crianças tem o seu êxito de antemão nos desejos que possui, sendo eles: o privilégio da multiplicidade, a valoração positiva das singularidades humanas e o olhar atento destinado às pessoas marginalizadas, ou excluídas socioeconomicamente.

Uma proposta educacional baseada em uma perspectiva intercultural pode contribuir para a construção de uma educação que valorize e reconheça as múltiplas culturas presentes no cotidiano e, sobretudo, promover uma interrelação entre as diferentes identidades culturais. Piza (2002) em seu artigo Porta de vidro: entrada para a branquitude nos mostra a problemática causada pelo racismo, além da centralidade da cultura e de seus impactos na formação das identidades dos sujeitos. Piza (2002) inova ao apresentar o conceito de “geografia de raça” de Frankenberg (1995), que fundamenta: “este conceito refere-se a um espaço populado, mais social do natural, no qual as pessoas circulam e convivem em razão de sua raça” (PIZZA, 2002, p. 77). Podemos perceber, a partir do conceito de

Frankenberg (1995), que existem espaços raciais, onde há mais negros que brancos e olhando para a realidade escolar é visível a divisão da “geografia de raça”, na qual escolas públicas são espaços em sua maioria ocupada por negros e escolas particulares por brancos. A partir do exposto, Somos levados a crer que uma educação multi/intercultural pode contribuir para a construção de uma educação que valorize e reconheça as múltiplas culturas presentes no cotidiano, sobretudo uma interrelação entre as diferentes identidades culturais.

JUSTIFICATIVA

A discussão da temática do racismo no âmbito escolar revela-se de suma importância, visto que ainda há um grande número de pessoas que expressam, das mais variadas formas, preconceito Racial. Desse modo, partimos do princípio que é possível provocar reflexões e intervenções no sentido de modificar este estado de coisas, na fase inicial do desenvolvimento infantil, momento em que a criança está elaborando e consolidando as regras e normas sociais. Sendo assim, este estudo mostra-se pertinente, pois pretende contribuir para reflexões no que se refere ao papel da escola enquanto uma instância fundamental para fomentar ações na desconstrução do racismo, preconceito e discriminação.

Para fomentar ações que promovam, com as crianças, a discussão sobre o que é racismo e o que a prática de atitudes racistas podem gerar, é importante que haja uma articulação entre vários campos de saber, entre os quais: Psicologia, História, Pedagogia, Antropologia e Sociologia. Desse modo, certamente teríamos um debate mais profícuo e embasado. É certo que as práticas racistas ultimamente vem sendo denunciadas com maior frequência, o que vem demonstrar que as pessoas estão mais conscientes de seus direitos e atentas às posições que devem tomar no sentido de valorização e não submissão de sua cultura.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo contribuir para o debate sobre o interculturalismo e racismo na escola. Ressaltamos o papel da Psicologia Educacional enquanto um aporte fundamental para o desenvolvimento de estratégias que podem vir a ser construídas e realizadas em parceria com equipe pedagógica junto ao alunado.

METODOLOGIA

Com base para a pesquisa bibliográfica que deu subsídio para se pensar uma possível intervenção, foi realizada uma revisão bibliográfica através do método exploratório de pesquisa nas principais bases de dados, sendo estas: Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), Portal de Periódicos da PUCRS (ediPUCRS) e ScientificElectronic Library Online (SciELO) por conterem um número significativo de

trabalhos científicos que tratam do tema racismo e de Psicologia Educacional, os artigos selecionados foram: “Uma bailarina pode ser negra? Crianças, bonecas e diferenças étnicas” o qual se trata de uma pesquisa feita com crianças entre 7 e 8 anos de uma escola pública da rede municipal de ensino de Porto Alegre (CECHIN; SILVA, 2014) e também o artigo intitulado “Racismo implícito: Um olhar para a educação infantil” (SILVIA; PALUDO, 2011), que assim como o artigo citado anteriormente é uma pesquisa com crianças da rede pública de ensino brasileiro. Como descritor foi utilizado o termo “racismo” e como critério de refinamento utilizaram-se artigos publicados em português que fossem fruto de pesquisas com crianças de escolas públicas sobre o racismo, a busca foi realizada entre as publicações que encontravam-se no período de 1970 à 2015, de modo que no período examinado, foram encontradas 5 produções para análise, no entanto 3 foram descartadas por não trabalharem de forma direta com o tema. Sendo assim, o presente trabalho aborda as questões descritivamente explorando o tema racismo na escola.

DISCUTINDO OS PERIÓDICOS: COMO PSICÓLOGO ESCOLAR PODE INTERVIR NESSE CONTEXTO?

Como psicólogos Educacionais, faz-se necessário pensarmos em intervenções possíveis dentro da sala de aula visando uma mudança positiva na concepção e forma de enxergar das crianças acerca da etnia negra, afim de contribuir no sentido de minimizar os efeitos do racismo neste ambiente e consequentemente na sociedade, já que as questões ético-raciais quando trabalhadas desde o ensino infantil, objetivando-se evitar a formação de cidadãos preconceituosos traz resultados positivos como afirmam Silvia e Paludo (2011)

Dos dois artigos selecionados, o primeiro a ser trabalhado intitulado: “Uma bailarina pode ser negra? Crianças, bonecas e diferenças étnicas” o resultado demonstrou que os discursos apresentados pelas crianças apontam certo paradoxo com relação aos conceitos e atitudes frente às diferenças, onde em alguns momentos se apresentam racistas ou solidárias e afetivas, segundo Cechin e Silva (2014, p. 612). Os bonecos e bonecas escolhidos para a pesquisa “estão imersos nas relações de poder, apresentando discursos implícitos à sua materialidade do que é bom, agradável, normal e verdadeiro para a cultura hegemônica”, para Kohlberg (1971 apud BIAGGIO, 2002,

P. 24) “ A ordem sócio-moral é definida em termos de status de poder e de posses em vez de o ser em termos de igualdade e reciprocidade”. Desta maneira, como nos traz Biaggio (2002) a respeito da teoria de julgamento moral de Kohlberg (1971), esta incongruência no pensar das crianças pode está relacionada ao nível de desenvolvimento moral no qual elas se encontram, onde no nível pré

convencional a moralidade de um determinado ato é definida de acordo com suas consequências físicas para o agente.

No artigo Racismo implícito: Um olhar para a educação infantil” (SILVIA; PALUDO, 2011), observou-se que o racismo “implícito” está presente no contexto escolar. Esta conclusão foi possível devido a observação da representação simbólica em placas e figuras dentro e fora da sala de aula representando o branco e a ausência da representação do negro e verificou-se ainda a importância da construção da identidade das crianças negras e não-negras e para isso é imprescindível que a escola disponha em seus murais e cartazes figuras que representem as diversas etnias, além disso pode-se utilizar da teoria de julgamento de Kohlberg (1971) aplicando a teoria à prática. Apoiando-se desta maneira na produção e aplicação do dilemas morais de Kohlberg (1971) para através de brincadeiras lúdicas com bonecas e bonecos negros e brancos, contando com um mediador, introduza questões que gerem discussões e questionamentos nas crianças e que provoquem o avanço entre os níveis, levando o indivíduo a uma maior maturidade de julgamento moral (BIAGGIO, 2002).

É possível a promoção do desenvolvimento moral através da aplicação na escola da noção de comunidade justa, onde professores e alunos são vistos como membros iguais e assim terão os mesmos direitos e privilégios, com um projeto em comum que seria a construção de uma comunidade justa (BIAGGIO, 2002). Desse modo, ao longo do percurso escolar as crianças Poder ser levadas a desconstruir a visão negativa sobre o negro e reconhecer-se como membros de uma comunidade, onde todos são iguais no sentido de que não há um que seja superior ao outro, sendo todos merecedores de respeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando a contribuição no debate da denominada Psicologia Escolar esse trabalho realizou a apresentação do campo escolar sob a problemática do racismo apontando como forma de intervenção o engajamento interdisciplinar do psicólogo educacional com a equipe pedagógica fomentando a inserção da cultura afro no contexto escolar e o discurso do respeito às diferenças como alternativa de combate ao preconceito racial.

Resgatamos o contexto histórico e os referenciais teóricos que dissertam sobre conceitualizações envolvendo a temática, as práticas preconceituosas produzidas por crianças, a importância do saber psicológico nesse contexto, e também as possibilidades de ação para a melhoria do quadro. Foram abordados conceitos importantes para tratar do assunto, a saber: cultura, interculturalidade, raça,

etnia, racismo, preconceito e discriminação. Piza (2002) sinaliza para os problemas causados pelo racismo e seus impactos na formação das identidades dos sujeitos reforçando a necessidade de uma educação intercultural que possa contribuir para o reconhecimento e valorização das múltiplas culturas presentes no cotidiano e, sobretudo, promover uma interrelação entre as diferentes identidades culturais de forma harmoniosa.

Tendo como aporte a teoria de julgamento de Kohlberg (1971) foi possível pensar em uma proposta de intervenção que se utilizasse da produção e aplicação dos dilemas morais para através de brincadeiras lúdicas com bonecas e bonecos negros e brancos, contando com um mediador, fossem introduzidas questões que pudessem gerar discussões e questionamentos nas crianças provocando o avanço entre os níveis, levando o indivíduo a uma maior maturidade de julgamento moral (BIAGGIO, 2002).

Sendo assim, é de extrema importância que o psicólogo educacional produza mais conhecimento sobre esse fenômeno tão pouco estudado no meio acadêmico para garantir maior aporte teórico e prático para auxiliar crianças, pais e educadores na tarefa de combater manifestações de racismo, bem como, criticar e apontar a necessidade de haver uma mudança na forma como o conteúdo escolar sobre a cultura africana é trabalhado em sala deixando essa postura resumida a comemorações de datas pontuais para se tornar um conteúdo histórico tão presente quanto a história européia reforçando o respeito à diversidade e a convivência harmoniosa entre crianças de diferentes matrizes culturais.

REFERÊNCIAS

BIAGGIO, A.M.B. A teoria de julgamento moral de Kohlberg, In: NUNES, M.L.T (org.) Moral & TV. Porto Alegre: PUC-RS, Evangraf, 1998.

CECHIN, M.B.C; SILVA, T. Uma bailarina pode ser negra? Crianças, bonecas e diferenças étnicas. Disponível em:

<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v14n2/v14n2a13.pdf>> Acesso em: 5 de mar.2015

Dicionário Do AurélioOnline.Racismo. Disponível em:

<<http://www.dicionariodoaurelio.com/racismo>> Acesso em: 06 de fevereiro de 2015.

HOFSTEDE, G. (1984). Culture's consequences: International differences in work- related values.Newbury Park, CA: Sage.

KLUCKHOHN, C. Aspects of the Demographic History of a Small Population. In: EstudosAntropológicos, p.29. Junho, 1970.

PIZA, E. Porta de vidro: entrada para branquitude. In: Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Editora vozes, 2002.

SILVA, F.C; PALUDO, K.I. Racismo implícito: um olhar para a educação infantil. 2011. Disponível em: <<http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/14152011-19.pdf>> Acesso em: 5 de mar. 2015

Capítulo 10



10.37423/220205418

DESENVOLVIMENTO DE FOTOPROTETOR A BASE DE ÓLEO ESSENCIAL DE HORTELÃ- PIMENTA (MENTHA PIPERITA) E ANÁLISE PRELIMINAR DE ESTABILIDADE

Liliane Bezerra Tributino Simião

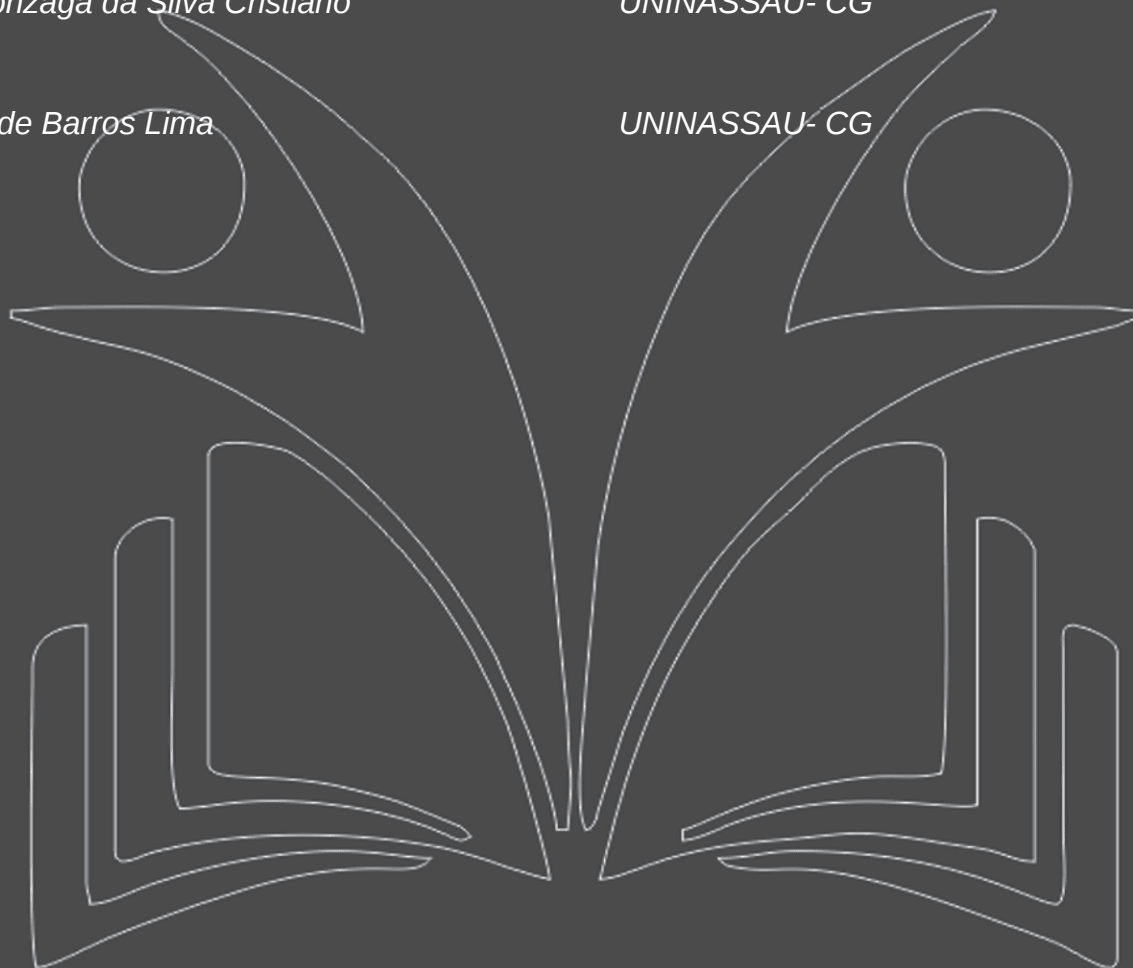
UNINASSAU- CG

Valciere Gonzaga da Silva Cristiano

UNINASSAU- CG

Igor Prado de Barros Lima

UNINASSAU- CG



Resumo: O excesso de exposição solar pode comprometer a saúde da pele, por isso, o uso de protetor solar é uma das medidas de fotoproteção mais utilizada pela população, podendo associar substâncias de origem natural, como os extratos vegetais aos filtros sintéticos com o objetivo de potencializar o fator de proteção solar (FPS). O objetivo desse trabalho foi desenvolver um fotoprotetor a base de um óleo essencial de Hortelã-pimenta e realizar análise preliminar de estabilidade dessa formulação. As formulações foram manipuladas e após 24h de sua manipulação iniciaram-se as análises de controle de qualidade, onde foram submetidas aos ensaios de caracteres organolépticos (cor, odor e homogeneidade) e teste de centrifugação, e não apresentaram separação de fases. No estudo de estabilidade preliminar foram realizados dois ciclos em dias diferentes, aquecimento em estufa a $40^{\circ}\text{C} \pm 2^{\circ}\text{C}$ e resfriamento em geladeira a $4^{\circ}\text{C} \pm 2^{\circ}\text{C}$ por 24h com intervalo de 4 dias para repetição do ciclo, enquanto outras amostras permaneciam em temperatura ambiente e não foi observado nenhuma alteração. Em seguida as amostras foram submetidas a determinação do FPS das formulações sem e com adição do óleo essencial de Hortelã-pimenta. Com relação ao objetivo proposto, pode-se concluir que após os testes realizados (caracteres organolépticos, ensaio de centrifugação, ciclo de aquecimento e resfriamento de 24 horas e determinação de FPS e UV bloqueado), a adição do óleo essencial de Hortelã-pimenta à 1,5% ao fotoprotetor manipulado FPS 40, levou um aumento do FPS e do UV bloqueado, e não apresentou alterações nas características organolépticas mantendo sua estabilidade em todo tempo do estudo.

Palavras-chave: Extratos vegetais. Proteção solar. Óleos essenciais. Radiação solar. Hortelã-pimenta.

1 INTRODUÇÃO

A radiação ultravioleta é capaz de promover os principais fenômenos fotobiológicos no tecido cutâneo, tais como: fotoenvelhecimento, fotocarcinogênese eritemas e pigmentação solar (LIM et al., 2007). A exposição solar também pode causar danos ao DNA, aumento de índice de espécies reativas ao oxigênio, ativação de proteínas de estresse, diminuição de eficácia de antioxidante naturais contra radicais livres (MUNHOZ et al., 2012). Danos esses que podem ser minimizados com ação profilática e terapêutica do uso de protetor solar. A eficácia de um fotoprotetor está intimamente ligada as suas formulações, além do tipo de filtro solar utilizado, também possuem influência no fator de proteção solar, o veículo escolhido e seus componentes, como a espessura e uniformidade do filme formado sobre a pele. Estes requisitos podem interferir no FPS positiva ou negativamente, podendo interagir com filtros, desestabilizando a formulação e alterando a eficácia do produto (DE PAOLA, 2001; MILES; GUTERRES, 2002).

Os protetores solares são formulações de uso tópico com finalidades de proteger a pele contra os efeitos nocivos produzidos pela radiação solar, através de mecanismo de absorção, dispersão ou reflexão da radiação. Sua apresentação tem diversas formas cosméticas, como loções hidroalcoólicas, emulsão, bastão, aerossóis e géis (TOFETTI, OLIVEIRA, 2006; BALOGH et al., 2011).

Desta forma, entende-se que o uso de protetor solar é essencial, pois protege frente aos efeitos que a radiação solar pode causar no organismo. Para uma boa proteção o fotoprotetor deve possuir absorção num amplo espectro dos raios UV. Nesse sentido, muitos extratos e óleos essenciais de plantas têm sido aplicados em produtos cosméticos, como protetores solares, com isso adição de ativos naturais que apresentem atividade fotoprotetora em formulações irá promover um aumento no fator de proteção solar (MUNHOZ et al., 2012; SCHALKA et al., 2014; SARGENT; TRAVERS, 2016).

Os óleos essenciais são voláteis, que pode ser lipofílico e hidrofílico, com característica marcante com seus diferenciados aromas, um conjunto de molécula provida do meio ambiente produzida por vias metabólicas secundárias e está geneticamente codificada (PYE et al., 2017). Os óleos essenciais podem ser obtidos de várias fontes vegetais e diferentes partes de plantas. Após a descoberta de suas diversas propriedades curativas, passaram a ser utilizadas na aromaterapia (BOUSBIA et al., 2009).

As hortelãs ou mentas são plantas que possuem sabor e aromas refrescantes, devido à presença de óleos essenciais em tricomas glandulares de folhas e inflorescências. A *Mentha piperita* L. pertence à família Lamiaceae (Labiatae). Sendo conhecida por Hortelã-pimenta, menta, menta-inglesa, menta

apimentada, menta-das-cozinhas, menta-inglesa ou sândalo. É rica em cânfora, tanino, ácidos orgânicos, flavonoides, vitamina C e D, mas destaca-se o óleo essencial rico em mentol, mentora e mentofurano (ANVISA, 2010).

Estudos de estabilidade físico-químico visam o fornecimento de informações sobre as manutenções das características do produto por um determinado período, auxiliando na determinação do prazo de validade. São classificadas em estudo de estabilidade preliminar, acelerada, de longa duração e de acompanhamento. Os estudos de estabilidade preliminar são realizados no desenvolvimento de formulações, com o objetivo de prever problemas na estabilidade do produto e auxiliar na triagem da formulação. As amostras são colocadas em condições extremas de temperatura, com o intuito de acelerar possíveis reações de instabilidade da formulação (BRASIL,2004).

Diante do exposto, este estudo objetivou desenvolver um fotoprotetor a base de óleo essencial de Hortelã-pimenta a partir de uma formulação comercializada. Bem como, tendo como objetivo específico avaliar se a mesma potencializa ação fotoprotetora frente à radiação UV, depois da adição deste óleo e ainda verificar a estabilidade preliminar dessa formulação através de ensaios de controle de qualidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 FILTROS SOLARES

Filtros solares são substâncias químicas de uso externo, com propriedades de absorver, refletir e dispersar a radiação que incide sobre a pele (RIBEIRO,2006). Podem ser classificados em diferentes grupos de formulações, tais como, emulsões (creme e loção), óleos, soluções alcoólicas, aerossóis, formas moldadas (bastões e protetores labiais) e pós (BALOGH; PEDRIALI; KANEKO,2011; Wu et al., 2014; MIKSA et al.,2016).

A eficácia de um protetor solar é medida em função de seu fator de proteção solar (FPS), o qual teoricamente é definido como a razão entre Dose Eritematógena Mínima da pele protegida e a DEM da pele desprotegida (MILES; GUTERRES, 2002).

Diante de uma diversidade de protetores solares, propostas inovadoras no âmbito de desenvolvimento de cosméticos com o emprego de matérias-primas vegetais com atividade fotoprotetora tem se destacado, pois os extratos vegetais atuam isolados ou em conjunto com os filtros químicos na absorção de radiações de forma semelhante aos ativos convencionais devido a

presença dos polifenóis. Estes compostos são capazes de reduzir ou eliminar os efeitos causados por meio dos raios ultravioletas (NASCIMENTO et al.,2009; CONSTANTINI et al.,2014; CEFALI et al., 2016).

Atualmente, muitos extratos e óleos essenciais de plantas têm sido empregados em preparações cosméticas como loções hidroalcoólicas e emulsões fotoprotetoras, pois as mesmas exibem moléculas ou complexos moleculares capazes de absorver e refletir a radiação ultravioleta, substâncias semelhantes aos filtros sintéticos (BOOTS THE CHEMISTS, 2004).

Os óleos essenciais são geralmente extraídos das plantas por métodos de destilação, que pode ser simples ou por arraste a vapor; dióxido de carbono (CO₂) supercrítico, prensagem, no caso dos críticos; extração por solvente e enfloragem (SIMÕES, 1999). Podem ser administrados por via interna e externa, acrescentados em chás e xaropes, na alimentação como tempero e em massagem (SILVA, 2004).

2.2 ÓLEO ESSENCIAL DE HORTELÃ-PIMENTA

Mentha piperita, da família Lamiaceae (Labiatae), reconhecida como menta, menta verdadeira, hortelã e peppermint (inglês), é uma planta rica em óleo essencial. O óleo é produzido na Índia, China, Inglaterra, EUA e Brasil, mas sua origem é inglesa, sendo extraído das folhas semi-secas, através da destilação a vapor. O óleo essencial, que possui aroma mentolado, balsâmico e fresco, é constituído principalmente do mentol, mentona, cineol (SILVA, 2004).

Este óleo essencial possui forte propriedade antisséptica. Óleos essenciais de diversas espécies de *Mentha* sp foram avaliadas in vitro quanto a sua atividade antimicrobiana e antioxidante (MÍMICA et al, 2003). Comprovou-se em estudo que o óleo de *Mentha piperita* apresentou atividade antifúngica e também exibiu alta atividade sequestrante de radicais livres, reduzindo a geração do radical hidroxila, quando utilizado o óleo puro.

O óleo de Hortelã-pimenta foi utilizado no tratamento de transtornos digestivos, melhorando os sintomas abdominais em pacientes com síndrome do cólon irritável (CAPPELLO et al, 2007). Quando inalado, o óleo essencial de *Mentha piperita* foi eficiente no tratamento de distúrbios respiratórios, inclusive tuberculose pulmonar, quando combinado com outras drogas (SHKURUPII et al, 2002).

O óleo de Hortelã-pimenta é um estimulante do SNC, aumentando o estado de alerta e inibindo o sono em adultos jovens, quando inalado (GOEL E LAO, 2006). Também apresentou atividade analgésica com redução na sensibilidade da dor de cabeça quando administrado em seres humanos através de aplicações em regiões da cabeça (GOBEL, SCHMIDT E SOYKA, 1994). Na estética, o óleo essencial de

Hortelã-pimenta é recomendado para problemas de pele como acne e dermatites. Também pode ser utilizado como estimulante da circulação local, em casos de varizes (LÁSZLÓ, 2008).

3 METODOLOGIA

As formulações foram preparadas e os ensaios de controle de qualidade foram realizados no laboratório de Controle de qualidade no Centro Universitário Maurício de Nassau de Campina Grande, durante o período de setembro a novembro de 2021.

Foram utilizados na presente pesquisa duas formulações manipuladas de protetor de uma farmácia magistral da cidade de Campina Grande (PB). Foram adquiridas 400g de fotoprotetores FPS 40 e PPD 15 (Persistent Pigment Darkening) sem neutracolor na farmácia magistral e 50mL de óleo essencial de Hortelã-pimenta adquirido no fornecedor LÁSZLÓ.

As duas formulações manipuladas de protetor foram identificadas e divididas em formulação A (sem óleo essencial) e formulação B (com óleo essencial). Para iniciar as análises das formulações, pesou-se 180g da amostra para formulação A, e 177,3g da amostra e 2,7g do óleo essencial de Hortelã-pimenta na concentração de 1,5% para formulação B.

Depois da pesagem das amostras, o preparo da formulação B seguiu as seguintes etapas: verteu os dois produtos pesados em um gral e misturou com o pistilo até completar a solubilização. As formulações foram manipuladas em um dia e no dia seguinte iniciaram-se as análises de controle de qualidade, onde todas elas foram submetidas aos ensaios de caracteres organolépticos (cor, odor e homogeneidade), teste de centrifugação e determinação do FPS das amostras.

Em seguida as formulações A e B foram separadas em seis potes cada uma, contendo 30g em cada pote, e foram submetidas a condições diferentes de armazenamento.

A formulação A, foi separada em 3 potes como A1, A2, e A3 para temperatura ambiente e 3 potes A1, A2 e A3 para submeter a ciclos de aquecimento em estufa a $40^{\circ}\text{C} \pm 2^{\circ}\text{C}$ e resfriamento em geladeira a $4^{\circ}\text{C} \pm 2^{\circ}\text{C}$. A formulação B também foi separada em 3 potes como B1, B2 e B3 para temperatura ambiente e B1, B2 e B3 para ciclos de aquecimento e resfriamento como na formulação A.

Sobre os ciclos de aquecimento e resfriamento foram feitos dois ciclos em dias diferentes: 24hs em estufa (40°C), um dia depois foi feito 24hs em geladeira (4°C), foi aguardado o intervalo de 4 dias e repetido o ciclo de aquecimento e resfriamento como anteriormente, enquanto as outras amostras permaneciam em temperatura ambiente, todos esses testes foram realizados na formulação A e B.

Com uma semana após os primeiros testes organolépticos, todas as análises foram repetidas para as amostras tanto sem o óleo essencial como as com o óleo essencial (formulação A e B) e observadas as características organolépticas de cor, odor, homogeneidade, e teste de centrifugação, permitindo comparar os resultados ao longo desse tempo de armazenamento em temperatura ambiente e os ciclos de aquecimento e resfriamento, para posteriormente determinar o FPS dessas formulações.

3.3.1 DETERMINAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS DAS AMOSTRAS

Para a análise dos resultados do teste de homogeneidade, foram utilizados os critérios de classificação adotados por Larentez (2009): sem alteração; levemente separado ou levemente precipitado; separado ou precipitado. Esses ensaios foram realizados no 1º e 8º dia após a preparação das referidas formulações.

Foi realizada por meio da determinação das características sensoriais e de uniformidade das amostras a fim de identificar possíveis processos de instabilidade do tipo (cor, odor, separação de fases e homogeneidade da preparação).

Na avaliação do aspecto da formulação, foi feita a comparação por meio da observação visual analisando se a amostra em estudo apresentava as mesmas características “macroscópicas” da amostra original ou se ocorreram alterações do tipo cor, odor, separação de fases e precipitação ao passar dos dias.

A análise da cor foi realizada por meio visual (colorimétrica visual) e a análise do odor por meio da análise direta do olfato, analisando se a amostra em estudo apresentava o mesmo odor da amostra inicial (primeiro dia de manipulação), ou seja, se apresentava o odor característico específico de cada formulação ou se inodoro.

3.3.2 ENSAIOS DE CENTRIFUGAÇÃO

O teste de centrifugação foi realizado 24h após a manipulação da formulação e 8 dias depois. As formulações foram colocadas em tubos de ensaios para centrifugação e submetidas a 3000 rotação por minutos (rpm) durante 30 minutos à temperatura ambiente.

Esse teste produz estresse na amostra simulando um aumento da força de gravidade, fazendo com que haja maior mobilidade das partículas e antecipando possível instabilidade que poderão ser observadas através de precipitação ou separação de fases. De acordo com o Guia de estabilidade de produtos cosméticos da ANVISA (2004), para a execução do estudo de estabilidade preliminar, as

amostras devem ser submetidas ao teste de centrifugação e não apresentar precipitação, separação de fases ou qualquer outra alteração ao final do teste.

3.3.3 DETERMINAÇÃO DO FATOR DE PROTEÇÃO SOLAR (FPS)

O fator de proteção solar (FPS) foi determinado segundo metodologia in vitro proposta por Mansur e colaboradores (1986), mede-se a absorbância de uma solução do protetor solar em forma de emulsão diluída em um solvente apropriado em vários comprimentos de onda, utilizando espectrofotômetro UV-visível (OCEAN OPTICS, UBS2000+).

As formulações foram diluídas em etanol absoluto PA na concentração final de 0,2 mg/mL. As leituras foram realizadas nos comprimentos de onda de 290 a 320 nm com intervalos de 5 nm, e utilizando o etanol como branco. As análises foram realizadas em triplicata e o fator de proteção solar foi utilizando a equação 1.

$$FPS = Fc \times \sum_{290}^{320} EE(\lambda) \times I(\lambda) \times abs(\lambda) \quad (1)$$

Onde:

FPS= fator de proteção solar; FC= fator de correção (igual a 10), determinado de acordo com dois filtros solares de FPS conhecidos e de tal forma que um creme contendo 8% de homossalato resultasse no FPS igual a 4;

$\sum_{290}^{320}$ = a soma dos resultados de cada comprimento de onda de 5 em 5 nm;

$EE(\lambda)$ = efeito eritematogênico da radiação solar em cada comprimento de onda λ ; $I(\lambda)$ = intensidade da luz solar no comprimento de onda; $Abs(\lambda)$ =leitura espectrofotométrica da absorbância da solução do protetor solar no comprimento de onda λ .

O método desenvolvido por Mansur et. al. (1986) utilizou os valores de $EE(\lambda)$. $I(\lambda)$ já calculados por Sayre et. al. (1979) conforme a Tabela 1.

Tabela 1- Relação entre o efeito eritematogênico e a intensidade da radiação em cada comprimento de onda.

Comprimento de ondas (nm)	EE x I
290	0, 0150
295	0, 0817
300	0, 2874
305	0, 3278
310	0, 1864
315	0, 839
320	0, 0180
Total	1, 0000

Fonte: Sayre et al., (1979); Mansur e cols., (1986).

Onde na Tabela 1 observou-se que, EE = efeito eritemogênico obtido com radiação monocromática no comprimento de onda λ ; e I (λ) = intensidade solar no comprimento de onda (λ).

Com isso a Equação 2 e 3 permite determinar a porcentagem de radiação transmitida e a porcentagem de radiação bloqueada, respectivamente (Peruchi, 2010).

$$\text{UV transmitida (\%)} = \frac{1}{\text{FPS} \times 100} \quad (2)$$

$$\text{UV bloqueada (\%)} = 1 - \frac{(1)}{(\text{FPS})} \times 100 \quad (3)$$

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 AVALIAÇÕES ORGANOLÉPTICAS

As formulações A e B foram manipuladas e em seguida foi adicionado o óleo essencial de Hortelã-pimenta na formulação B, após 24 h de manipulação, as amostras foram submetidas às análises dos testes de características organolépticas e não apresentaram nenhuma alteração quanto a cor, odor, homogeneidade e teste de centrifugação como mostra o Quadro 1.

Quadro1 - Resultados dos testes organolépticos após 24 horas da manipulação das formulações.

TESTES ORGANOLÉPTICOS			
Formulação (A) sem óleo essencial			
Cor	Odor	Homogeneidade	Centrifugação 30 min. (3000rpm)
Amarelada	Característico	Sem alteração	Sem alteração
Formulação (B) com óleo essencial			
Cor	Odor	Homogeneidade	Centrifugação 30 min. (3000rpm)
Amarelada	Característico da hortelã	Sem alteração	Sem alteração

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Após as primeiras análises depois da manipulação das formulações, as amostras foram armazenadas em potes de plásticos, umas foram submetidas à temperatura ambiente e outras foram submetidas a ciclos de aquecimento em estufa a $40^{\circ}\text{C} \pm 2^{\circ}\text{C}$ e resfriamento em geladeira a $4^{\circ}\text{C} \pm 2^{\circ}\text{C}$, tendo intervalo de 4 dias entre um ciclo e outro como mostra a figura 1.

Figura 1- Resultados dos testes de estabilidade preliminar.



Fonte: Autoria Própria (2021)

Figura 2 – Resultados dos testes de estabilidade preliminar após 8 dias da manipulação da formulação.



Fonte: Autoria Própria (2021)

Após 8 dias da manipulação da formulação, também não apresentaram alterações em relação ao aspecto físico ou as características organolépticas (cor, odor, homogeneidade), por análise visual a olho nu contra fundo branco como mostra a figura 2.

Nenhuma das formulações avaliadas apresentou sinais de instabilidades que indicasse necessidade de reformulações quando submetidas ao teste de centrifugação por 30 minutos a 3.000 rpm, mostrando ser viável continuar as análises para determinar o fator de proteção das formulações. As fotos dos resultados após o teste de centrifugação encontram-se destacadas nas Figuras 3 e 4.

Figura 3- Resultados dos ensaios de centrifugação



Fonte: Autoria própria (2021)

Figura 4 – Resultados dos ensaios de centrifugação.



Fonte: Autoria própria (2021)

Este teste tem como objetivo antecipar alguns parâmetros iniciais e finais da amostra, garantindo os comportamentos físico-químicos da mesma, desde sua formulação, transporte e estocagem (FRIEDRICH et al, 2007).

Fica evidente a partir das análises desses dados que as amostras de protetor manipulado mantiveram suas características organolépticas mesmo com a adição do óleo essencial de Hortelã-pimenta e não modificou esses parâmetros analisados com 8 dias de armazenamento, como mostra o Quadro 2.

O Quadro 2 destacou os resultados dos fotoprotetores sem e com a adição do óleo essencial de Hortelã-pimenta em diferentes armazenamentos, revelando que as amostras se mantiveram com as mesmas características ao longo do armazenamento mesmo com a adição do óleo essencial. Como também a cor amarela e odor característico da hortelã na formulação (B).

Assim, pode-se inferir que a adição do óleo essencial de Hortelã-pimenta utilizadas nesse estudo não modificou os caracteres organolépticos das preparações fotoprotetoras manipuladas, permanecendo estável. Sendo isso considerado um aspecto positivo para o desenvolvimento de novas formulações farmacêuticas.

Quadro 2- Resultados dos testes organolépticos após 8 dias da manipulação das formulações.

TESTES ORGANOLÉPTICOS			
Formulação A (sem óleo essencial) temperatura ambiente			
Cor	Odor	Homogeneidade	Centrifugação (30 min.)
Amarelada	Característico	Sem alteração	Sem alteração
Formulação A (sem óleo essencial) temperatura estufa			
Cor	Odor	Homogeneidade	Centrifugação (30 min.)
Amarelada	Característico	Sem alteração	Sem alteração
Formulação B (com óleo essencial) temperatura ambiente			
Cor	Odor	Homogeneidade	Centrifugação (30 min.)
Amarelada	Característico de hortelã	Sem alteração	Sem alteração
Formulação B (com óleo essencial) temperatura estufa			
Cor	Odor	Homogeneidade	Centrifugação (30 min.)
Amarelada	Característico de hortelã	Sem alteração	Sem alteração

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

4.2 AVALIAÇÃO DO FATOR DE PROTEÇÃO SOLAR (FPS)

Após as formulações serem manipuladas, o óleo essencial de Hortelã-pimenta na concentração de 1,5% foi adicionado na formulação (B). Nesta pesquisa, o FPS das formulações foi determinado segundo metodologia in vitro proposta por Mansur e colaboradores (1986). Os resultados obtidos encontram-se na Tabela 2.

A Tabela 2 revelou os resultados na espectroscopia na região do UV-VIS com a adição do óleo essencial de Hortelã-pimenta em uma formulação de fotoprotetor FPS 40. Ao comparar o FPS da formulação (A) temperatura ambiente com a mesma submetido em estufa, pode-se observar uma discreta diminuição do FPS indo de 37,30 para 32,00 (uma diminuição 5,3 do FPS) e UV bloqueado indo de 95,36% para 94,09% (uma diminuição de 1,27% UV bloqueado).

Tabela 2 - Resultados da determinação do FPS das formulações sem e com o óleo essencial de Hortelã-pimenta.

RESULTADOS ESPECTROSCOPIA NA REGIÃO DO UV/VIS		
Composição	FPS MED $\pm$ erro	UV BLOQUEADA
Formulação A temperatura ambiente	37,30 $\pm$ 0,2	95,36%
Formulação A temperatura estufa	32,00 $\pm$ 0,6	94,09%
Formulação B temperatura ambiente	39,05 $\pm$ 0,9	96,01%
Formulação B temperatura estufa	35,06 $\pm$ 0,4	95,05%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Porém, ao comparar o FPS da formulação (B) temperatura ambiente com a mesma submetido em estufa, pode-se observar uma discreta diminuição do FPS indo de 39,05 para 35,06 (uma diminuição 3,99 do FPS) e UV bloqueado indo de 96,01% para 95,05% (uma diminuição de 0,96% UV bloqueado).

Mas, quando se compara o FPS da formulação (A) temperatura ambiente com a formulação (B) temperatura ambiente, observa-se um aumento do FPS indo de 37,30 para 39,05 (um aumento de 1,75 do FPS) e UV bloqueado indo de 95,36% para 96,01% (um aumento de 0,65% UV bloqueado). E quando se compara o FPS da formulação (A) temperatura estufa com a formulação (B) temperatura estufa, percebe-se que houve um aumento do FPS indo de 32,00 para 35,06 (um aumento de 3,06 do FPS) e UV bloqueado indo de 94,09% para 95,05% (um aumento de 0,96% UV bloqueado).

A partir dos dados descritos na referida tabela, é possível afirmar que houve um aumento do FPS e no UV bloqueada na formulação B quando adicionou-se o óleo essencial de Hortelã-pimenta no fotoprotetor manipulado, mesmo que as amostras sejam submetidas à estufa, permaneceram estáveis e apresentaram um aumento do FPS e do UV bloqueada comparando com a formulação que não tinha o óleo essencial, onde ocorreu uma queda mais acentuada quando foi submetida à estufa, porém, todas as amostras continuaram sendo considerada como uma alta proteção frente à radiação UV em diferentes comprimentos de onda.

O uso de matérias-primas vegetais que possuam esta atividade ou apresentem capacidade de potencializar o FPS, se tornou prioridade para o público usuário e um alvo importante para pesquisas que podem intensificar a eficácia do produto (NASCIMENTO et al., 2014).

Outros estudos relatam que óleos essenciais de diferentes espécies de plantas podem apresentar proteção frente a radiação solar. Valentini e Machado (2014), realizaram estudos para avaliar o potencial farmacotécnico e antimicrobiano da planta aroeira pimenteira (*Schinus terebenthifolius Raddi*). Os autores observaram que o óleo essencial do fruto desta planta apresentou elevada atividade antioxidante. A análise do óleo demonstrou absorbância máxima de 1,824 num comprimento de onda de 340 nm, já o controle apresentou a absorbância de 2,053. Apesar de o óleo ter apresentado um valor inferior ao do controle, o autor concluiu que o óleo essencial do fruto da aroeira pimenteira (*Schinus terebenthifolius Raddi*) apresentou um bom fator de proteção.

O extrato das folhas de *Ginkgo biloba*, por exemplo, vem sendo associado em produtos para antienvelhecimento e filtros solares. Sua ação antioxidante notável possibilita que o mesmo seja empregado em formulações para proteção contra a radiação, tendo capacidade também de reduzir o edema inflamatório induzindo pela mesma (DAL'BELO, 2008).

De acordo com Ribeiro (2010) foi observado que o acréscimo de curcumina (*Curcuma longa Linn*) promoveu uma absorção na região UVA longa (340-400 nm), região que tem associação direta com o fotoenvelhecimento e câncer de pele e é de difícil alcance pelos filtros químicos sintéticos.

Como exposto por Polonini, Raposo e Brandão (2011), muitas pesquisas estão sendo realizadas com o objetivo de desenvolver foto protetor naturais, pois estes apresentam menores efeitos colaterais e menos agressividade ao meio ambiente quando comparados aos produtos sintéticos.

Nos estudos realizados por Nascimento e outros autores (2009) foi utilizado o extrato de própolis e resultado semelhante foi obtido, sendo que os extratos naturais proporcionam aumento do FPS devido ao efeito sinérgico das moléculas, promovendo uma maior proteção solar, e apresentarem atividades conhecidas como atividade antiinflamatória, antimicrobiana, antioxidante e cicatrizante.

Mishra *et al.* (2012), realizaram um estudo para avaliar a capacidade foto protetora do óleo essencial da Calêndula (*Calendula officinalis*). No estudo, o óleo essencial de calêndula foi incorporado em formulações cosméticas em diferentes concentrações (4% e 5%) e aplicado na pele de ratos albinos por trinta dias. Os ratos foram expostos diariamente à radiação solar. Os testes demonstraram que as formulações protegeram significativamente a pele dos ratos frente à radiação UVB e diminuíram as enzimas marcadoras de peroxidação lipídica. Os autores atribuíram os resultados a atividades antioxidante da calêndula que continha substância como 1,8-cineol e a α -pineno com elevada capacidade de eliminação de radicais livres.

Um estudo de Elments e colaboradores (2001) verificou que o efeito a aplicação tópica do extrato de chá verde em diferentes concentrações e de quatro catequinas isoladas houve efeitos na diminuição da radiação do eritema, com a aplicação do extrato, ou seja, quanto maior a concentração do extrato de chá verde maior a possibilidade do chá verde atuando como um fotoprotetor químico.

Os resultados obtidos no presente estudo vão de encontro aos descritos nos trabalhos de Valentini e Machado (2014), pois as formulações analisadas obtiveram o FPS bem próximo do valor rotulado de 40, demonstrando que o FPS não foi afetado durante todos os testes organolépticos, teste de centrifugação e as submissões em vários tipos de armazenamento durante o estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos resultados obtidos, pôde-se concluir que após os testes realizados (caracteres organolépticos, ensaio de centrifugação, determinação de FPS e UV bloqueado e ciclo de aquecimento e resfriamento de 24 horas), a adição do óleo essencial de Hortelã-pimenta ao fotoprotetor manipulado na formulação B, levou um aumento da atividade FPS e do UV bloqueado, e não apresentou alterações nas características organolépticas mantendo sua estabilidade em todo tempo do estudo. Assim, pode-se ressaltar que o óleo essencial de Hortelã-pimenta apresentou potencial para ser utilizado como fotoprotetor mesmo em baixas concentrações de acordo com o método avaliado.

6 REFERÊNCIAS

- ANVISA. Agencia Nacional de Vigilância Sanitária- Guia de estabilidade de produtos cosméticos. Brasília, 2004. v.1.
- BALOGH TS; VELASCO MVR; PEDRIALI CA; KANEKO T M; BABY AR. Proteção à radiação ultravioleta: recursos disponíveis na atualidade em fotoproteção. An. Bras. Dermatol. 2011; 86:732-742. DOI: 10.1590/S0365-05962011000400016.
- BALOGH, TS; VELASCO, MVR; PEDRIALI, CA; KANEKO, TM; BABY, AR. Proteção à radiação ultravioleta: recursos disponíveis na atualidade em fotoproteção. Anais Brasileiros de Dermatologia, 86(4), 732-742, 2011.
- BALOGH, T. S., PEDRIAL, C. A.; KANEKO, T.M. Proteção à radiação ultravioleta: recursos disponíveis na v. 1, p. 732-742, 2011.
- BOUSBIA, N.; VIAN, M. A.; FERHAT, M. A.; PETITCOLAS, E.; MEKLATI, B. Y.; CHEMAT, F.
- Comparison of two isolation methods for essential oil from rosemary leaves: Hydrodistillation and microwave hydrodiffusion and gravity. Food Chemistry, v. 114, n. 1, p. 355-362, 2009. <https://doi.org/10.1016/j.foodchem.2008.09.106>.
- BOOTS THE CHEMISTS Ltd. (England). The Revised guidelines to the practical measurement of UVA: UVB ratios according to the boots star rating system. Nottingham: The Boots CO PLC, 2004.
- BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Farmacopeia Brasileira, v.2, p.904, 2010.
- BRASIL, AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA; guia de estabilidade de produtos cosméticos, Brasília – DF, v. 1; maio, 2004.
- CABRAL, LDS; PEREIRA, SO; PARTATA, AK. Filtros solares e fotoprotetores mais utilizados no Brasil. Revista Científica do ITPAC, 4(3), 12-24, 2011.
- CAPPELLO G., SPEZZAFERRO M., GROSSIL L., MANZOLI L., MANZOLI L., MARZIO L.
- Peppermint oil (Mint oil) in the treatment of irritable bowel syndrome: a prospective double blind placebo controlled randomized trial. Dig Liver Dis. 2007 jun. 39(6):530-6.
- CEFALI, L. C., ATAIDE, J. A., MORIEL, P.; FOGGIO, M. A.; MAZZOLA, P.G. Plant based active photoprotectants for sunscreens. International Journal of Cosmetic Science, v. 38, n. 4, p. 346-353, 2016.
- CHORILLI, M; LEONARDI, DR; SALGADO, SALGADO, HRN. Radicais livres e antioxidantes: conceitos fundamentais para aplicação em formulações farmacêuticas e cosméticas. Revista Brasileira de Farmácia, 88(3), 113-118, 2007.
- COSTANTINI, S.; RUSSO, F.; DE VITO, V.; MOCCIA, S.; PICARIELLO, G.; CAPONE, F.;
- VOLPE, M. G. Potencial anti-inflamatório e efeitos da fração hidrofílica do extrato de pimenta-do-reino (Punica granatum L.) sobre células de câncer de mama. Molecules, v. 19, n. 6, p. 8644-8660, 2014.

DAL'BELO, Susi Elaine. Avaliação da eficácia fotoprotetora, penetração cutânea e segurança de formulações cosméticas contendo extratos de chá verde e Ginkgo biloba. 2008. 192f. Tese (Doutorado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DE PAOLA, M.V.R.V. Princípios de formulação de protetores solares. *CosmeticsandToiletries*. v. 13, n.74, 2001.

ELMETS, C.A; SINGH, D.; TUBESING, K.; MASTSVI, M.; KATIYAR, S.; MUKHTAR, H. Cutaneous photoprotection from ultraviolet injury by green tea polyphenols. *J Am Acad dermatol.*, v.44, n.3, p.425-432,2001.

FRIES, AT; FRASSON, APZ. Avaliação da atividade antioxidante de cosméticos anti-idade. *Revista Contexto & saúde*, 10(19), 17-23, 2010.

FRIEDRICH, M.; PRIMO F. T.; FUNCK, J. A. B.; LAPORTAL. V.; ALVES M. P, BITTENCOURT, C. F.; ESCARRONE, A. L. V. Avaliação da estabilidade físico-química de creme não iônico inscrito no Formulário Nacional. *Latin American Journal of Pharmacy*, v. 26, n. 4, p. 558-562, 06 abr: 2007.

GUARATINI, T; MEDEIROS, MHG; COLEPICOLO p. Antioxidante na manutenção do equilíbrio redox cutâneo: uso e avaliação de sua eficácia. *Quinina Nova*, 30(1), 206-213, 2007.

GOBELH., SCHIMIDT G, SOYKA

D.Effect of peppermint and eucalyptus oil preparations on neurophysiological and experimental algometric headache parameters. *Cephalalgia*, 1994 jun. 14(3): 228-34 discussion 182.

GOEL N., LAO RP. Sleep changes vary by odor perception in Young adults. *Biol Psychol*, 2006 Mar. 71(3): 341-9.

LÁSZLÓ, F. Curso Aromatologia. Módulo I. Minas Gerais. 2008.

LARENTES, I. A.; Avaliação preliminar da estabilidade de cremes fotoprotetores de farmácias magistrais. Monografia. Faculdade Integrada da Grande Fortaleza, Maringá, 2009.

LIM, H. W.; HONIGSMANN, H.; HAWK, J.L.M. Basic Principles of Photobiology. New York: Informa Healthcare USA. 2007.

MANSUR, J, D.s.; BREDER, M.N.R: MANSUR, M.C.d. A. AZULAY, R. D. Determinação do fator de proteção solar por espectrofotometria. *An.Bras.Dermatol*, 61, n. 3, p.121-124, 1986.

MACHADO, B. C. T.; VALENTINI, S. A. Avaliação do potencial farmacotécnico e antimicrobiano de diferentes extratos da aroeira pimenteira (*Schinus terebinthifolius* Raddi). *SaBios – Revista de Saúde e biologia*, v 9, n. 1, p. 34-43, 2014. Disponível em: <http://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/sabios2/article/view/1079>. Acesso em: 26 jul. 2020.

MIKSA, S. et al. New approach for a reliable in vitro sunprotection factor method- Part II: Practical aspects and implementations. *International Journal of Cosmetic Science*, v. 38, n. 5, p. 504-511, out. 2016.

MILESI, S.S.; GUETERRES, S.S. Fatores Determinantes da eficácia de fotoprotetores. Caderno de Farmácia, v 18, n.2, 2002.

MISHRA, A. K.; MISHRA, A.; VERMA, A.; CHATTOPADHYAY, P. Effects of calendula essential oil-based cream on biochemical parameters of skin of albino rats against ultraviolet B radiation. Scientia Pharmaceutica, v. 80, n. 3, p. 669-683, 2012. <https://doi.org/10.3797/scipharm.1112-18>

MIMICA D. N., BOZIN B., SOKOVIC M., MIHAJLOVIC B., MATAVULJ M. Antimicrobial and antioxidant activities of three mentha species essential oils. Planta Med. 2003 May; 69(5):413-9.

MUNHOZ, V. M.; LONNI, A. A. S. G.; MELLO, J. C. P.; LOPES, G. C. Avaliação do fator de proteção solar em fotoprotetores acrescidos com extratos da flora brasileira ricos em substâncias fenólicas. Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada, v. 33, n. 2, p. 225-232, 2012.

NASCIMENTO, C. S.; NUNES, L. C.C.; LIMA, A.A.N.; JUNIOR, S. G.; ROLIM, P. Incremento do FPS em formulação de protetor solar utilizando extratos de própolis verde e vermelha. Revista Brasileira de Farmácia, v. 30 n. 1, p.334-339, 2009.

NASCIMENTO, L.F.; SANTOS, E. P.; AGUIAR, A.P. Fotoprotetores orgânicos: pesquisa inovação e a importância da síntese orgânicas. Revista Virtual Química, v. 6, n. 2, p.190-223, 2014. <https://dx.doi.org/10.5935/1984-6835.20140015>

PERUCHI, L. M. Desenvolvimento de método cromatográfico para a determinação de ingredientes ativos de formulações fotoprotetoras e uso da fluorescência de raios-X para a determinação do fator de proteção solar. 2010. -, Dissertações de Mestrado- Universidade estadual De Campina Instituto de Química Departamento De Química Analítica.

PYE, C. R.; BERTIN, M. J.; LOKEY, R. S.; GERWICK, W. H.; LININGTON, R. G. Retrospective analysis of natural products provides insights for future discovery trends. Proceedings of the National Academy of Sciences, v. 114, n. 22, p. 5601-5606, 2017. <https://doi.org/10.1073/pnas.1614680114>.

POLONINI, HC; RAPOSO, NRB; BRANDÃO, MAF. Fotoprotetores naturais como instrumento de ação primária na prevenção do câncer de pele. Revista Atenção Primária à Saúde, 14(2), 216, 223, 2011.

RIBEIRO, C. de J. Cosmetologia aplicada a dermoestética. São Paulo: Phamabooks, p. 8399, 2006.

RIBEIRO, R. P. Desenvolvimento e validação da metodologia de análise do teor de filtros solares e determinação do fpst in vitro em formulações fotoprotetoras comerciais. 2004. - Tese de Mestrado, Centro de Ciências Farmacêuticas, UFRJ.

RIBEIRO, C. Cosmetologia Aplicada à Dermoestética. 2. ed. São Paulo: Phamabooks, 2010.

SAEWAN, N; JIMTAISONG, A. Natural products as photoprotection. Journal of Cosmetic Dermatology, 14(1), 47-63, 2015.

SAYERE, R, M; AGIN, P.P.; LEEVEE, G, J; MARLOWE, E.A comparison of in vivo and in vitro testing of sun screening formulas. photochemistry and photobiology, 29, N 3, P.559-566, 1979.

SARGENT, E. V. TRAVERS, J. B. Examining the Differences in Current Regulatory Processes for Sunscreens and Proposed Safety Assessment Paradigm. *Regulatory Toxicology and Pharmacology*, v. 79, p. 125-141, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.yrtph.2016.03.008>

SCHALKA, S. et al. Brazilian Consensus on Photoprotection. *Anais Brasileiros de Dermatologia*, v. 89, n. 6, s. 1, p. 1-74, 2014. <https://doi.org/10.1590/abd1806-4841.20143971>

SHKURUPII VA., KAZARINOVA NV., OGIRENKO AP., NIKONON SD., IKACHEV AV., IKACHENKO KG. Efficiency of the use of peppermint (*Mentha piperita* L) essential oil inhalations in the combined multi-drug therapy for pulmonary tuberculosis. *Problems of Tuberculosis* 2002; (4):36-9.

SILVA, A. R. Da Aromaterapia em dermatologia e Estética. São Paulo: ROCA, 2004.

SIMÕES, C.M.O. & SPITZER, V. Óleos essenciais. Porto Alegre/ Florianópolis. Ed. UFRGS/UFSC, 1999, p. 387-415.

TOFETTI, MHFC; OLIVEIRA, VR. A importância do uso do filtro solar na prevenção do fotoenvelhecimento e do câncer de pele. *Revista Científica da Universidade de Franca*, 6(1), 59-66, 2006.

VIOLANTE, IMP; SOUZA, IM; VENTURINI, CL; RAMALHO, AFS; SANTOS, RAN; FERRARI, M.

Avaliação in vitro da atividade fotoprotetora de extratos vegetais de cerrado de Mato Grosso. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, 19(2), 452-457, 2009.

WU. P. S., et al. Effects of the novel poly (methacrylate) (PMMA)-encapsulated organic ultraviolet (UV) filters on the UV absorbance and in vitro sun protection factor (SPF). *Journal of Photochemistry and Photobiology B: Biology*, v. 131, p. 24-30, fev. 2014.

Capítulo 11



10.37423/220305493

A INFLUENCIA DOS JOGOS ELETRÔNICOS ONLINE NO DESENVOLVIMENTO DO ADOLESCENTE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Luciane Assunção Martins

Uninanassau

Beatriz Regina Paiva Brandão

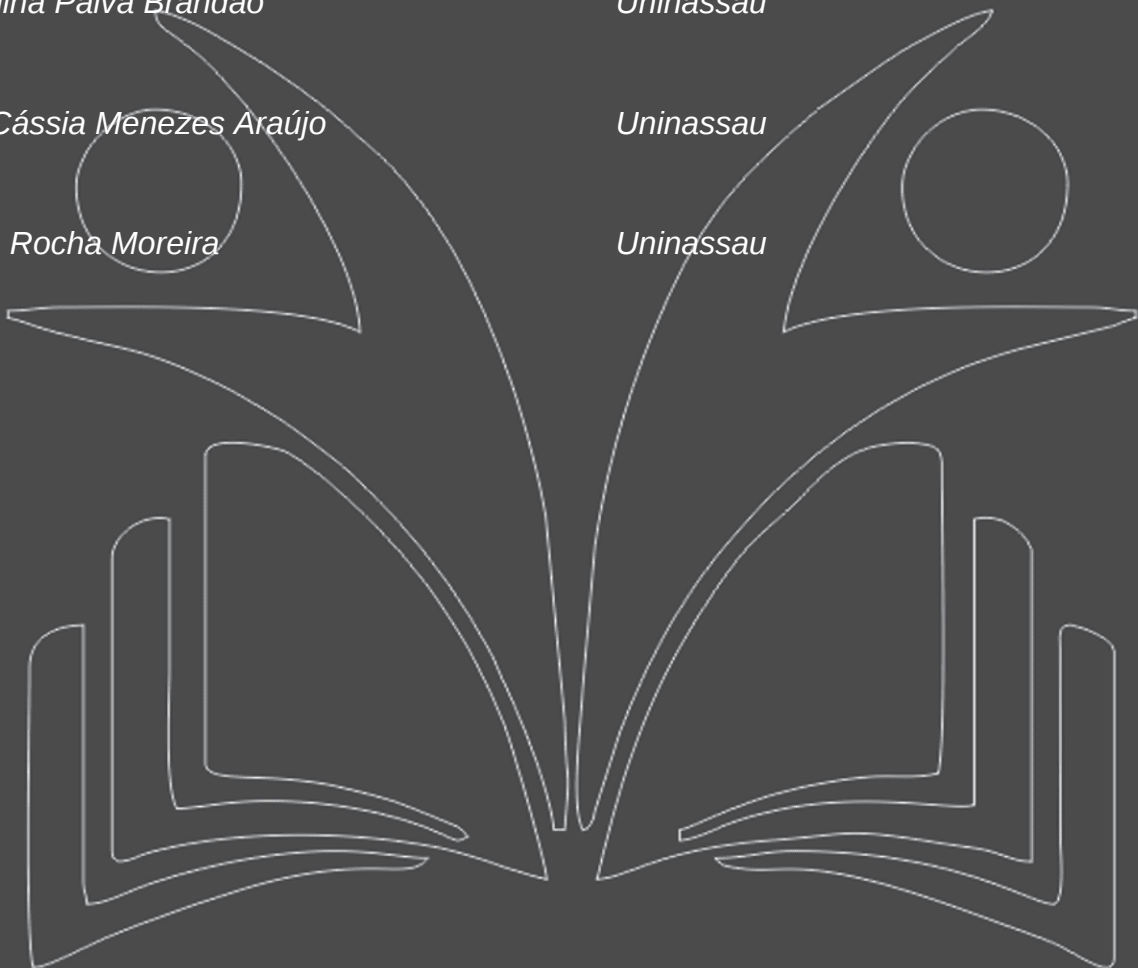
Uninassau

Camila de Cássia Menezes Araújo

Uninassau

Sylvio Allan Rocha Moreira

Uninassau



Resumo: Com o avanço tecnológico, os jogos eletrônicos online tornaram-se uma das atividades de lazer e interação social mais presentes na rotina diária de crianças e adolescentes. O presente trabalho questiona as consequências do uso excessivo dos jogos eletrônicos online por adolescentes e as implicações em seu desenvolvimento psicossocial, pois acredita-se que o uso prolongado dos jogos eletrônicos online pode causar prejuízos à saúde e ao bom desenvolvimento. Especificamente, avaliamos as consequências do uso excessivo dos jogos eletrônicos online no desenvolvimento comportamental, cognitivo, emocional e biológico dos adolescentes. A revisão e análise da literatura acadêmica acerca do tema considerou: a) o perfil dos adolescentes que jogam online, b) as implicações do uso excessivo dos jogos online, e c) transtornos médicos e comportamentais associados ao uso excessivo de jogos online. O uso excessivo de jogos eletrônicos pode potencializar muitas habilidades importantes na adolescência; no entanto, seu uso prolongado pode acarretar prejuízos nas áreas cognitiva, emocional, biológica e comportamental.

Palavras Chave: Jogos eletrônicos online; adolescência; desenvolvimento psicossocial.

1 INTRODUÇÃO

Sobre jogos eletrônicos, Alves (2004) afirma que a presença dos jogos na história da humanidade antecede o estabelecimento de normas e regras de convivência, às quais os sujeitos se adaptavam ou propunham outros encaminhamentos que atendessem às suas demandas. Os rituais de caça e da guerra, por exemplo, tinham um caráter lúdico, servindo a propósitos de entretenimento coletivo e de afirmação de força e poder.

Huizinga (2001 apud ALVES, 2004) explica que o jogo vai além de um fenômeno fisiológico, ou um reflexo psicológico, ele ultrapassa os limites da atividade física ou biológica. Segundo o autor, todo jogo significa ‘alguma coisa’, pois no jogo existe algo ‘em jogo’ que transcende as necessidades imediatas da vida e dá um sentido a ação de jogar.

Segundo Lèvy (1993, 1998 apud ALVES, 2004), os jogos atuam como elementos de reorganização e modificação da ecologia cognitiva dos indivíduos, promovendo a construção ou reorganização de funções cognitivas, como a memória, a atenção, a criatividade, a imaginação, e contribuindo para determinar o modo pelo qual o sujeito conhece o objeto.

De acordo com Alves (2004), na interação com os jogos eletrônicos, funções cognitivas humanas são intensificadas a cada dia, permitindo às crianças, adolescentes e adultos a descoberta de novas estratégias de conhecimento; por exemplo, por meio da *simulação de novos mundos* (criação de espaços virtuais). As regras estabelecidas nos espaços virtuais podem ser consideradas flexíveis, visto que são reorganizadas constantemente (ALVES, 2004).

Com o avanço tecnológico das últimas décadas, principalmente no que tange à informática, os jogos eletrônicos tornaram-se cada vez mais populares, sendo uma das mais importantes atividades de lazer para crianças e adolescentes (RIDEOUT; FOEHR; ROBERTS, 2010; SPRITZER; PICON, 2012; apud BREDA *et al.*, 2014). A indústria dos *games* (jogos eletrônicos) é hoje mais lucrativa que a indústria do cinema, e só fica atrás, em termos de movimentação financeira, da indústria bélica e automobilística (ESA, 2013 apud BREDA *et al.*, 2014). Assim, essa forma de entretenimento atravessa gerações e com o avanço tecnológico os idealizadores dos *games* criam inúmeros jogos que abranjam diversas faixas etárias, tentando assim alcançar todos os públicos.

Segundo Hurtado e Muniz (2011), os jogos eletrônicos têm um poder maior do que a televisão de influenciar comportamentos violentos em criança e adolescentes. Pela TV, o espectador recebe quase passivamente as informações, enquanto que nos jogos eletrônicos o usuário participa ativamente.

Além disso, com o surgimento dos jogos *online* (ou em rede), que permitem a interação de diversos jogadores em tempo real pela *internet*, oferece-se maiores possibilidades interativas e atrativas para manter os jogadores conectados.

A preocupação de pais e educadores com os efeitos deletérios dos jogos eletrônicos no desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens se deve à constatação do aumento progressivo do tempo que estes passam jogando (ANDERSON *et al.*, 2006 apud BREDA *et al.*, 2014). Tal uso exagerado do recurso pode acarretar prejuízos graves à saúde física e mental de alguns indivíduos, como também, ao seu desempenho acadêmico e às suas relações interpessoais (GENTILE *et al.*, 2011; TAO *et al.*, 2010 apud BREDA *et al.*, 2014). Com isso, os indivíduos empenham-se cada vez menos na execução de suas atividades diárias, podendo ter prejuízos significativos em seu desenvolvimento psicossocial.

A Associação Psiquiátrica Americana (APA, 2014) mostra que o *Transtorno de Jogos pela Internet* é um padrão de consumo excessivo e prolongado de jogos *online*, caracterizado por prejuízos cognitivos e comportamentais, como a progressiva perda de autocontrole sobre o jogo, da tolerância e por sintomas de abstinência análogos aos dos transtornos de dependência de substâncias.

De acordo com a APA (2014), a prevalência do uso de jogos eletrônicos é maior em adolescentes do sexo masculino de 12 a 20 anos; estes geralmente dedicam de 8 a 12 horas ou mais por dia a essa atividade e ao menos 30 horas por semana. Permanecem longos períodos sem se alimentar ou dormir e suas obrigações cotidianas (como escola ou trabalho) e interações familiares são negligenciadas. Quando impedidos de jogar, eles se tornam agitados e revoltados.

Partindo desta apresentação o presente trabalho questiona as consequências do uso excessivo de jogos eletrônicos *online* por adolescentes, e as implicações em seu desenvolvimento psicossocial. A partir disso, acredita-se que, decorrente do uso excessivo de jogos eletrônicos, há o distanciamento entre o adolescente e o mundo real, dificultando suas interações com seus pares; inclusive, podendo o adolescente desenvolver problemas físicos. Além disso, o adolescente pode desenvolver baixa tolerância à frustração, distúrbios do sono, ansiedade, irritabilidade aumentada, agressividade e, possivelmente, o transtorno do jogo pela *internet*.

É necessário compreender esta problemática que, embora muito debatida, é pouco estudada no Brasil. A escassez de pesquisas acadêmicas voltadas para essa situação motivou a elaboração deste trabalho, que propõe avaliar os impactos dos jogos eletrônicos *online* sobre o desenvolvimento do adolescente. Assim, através de uma pesquisa bibliográfica, buscamos apresentar aos pesquisadores e

educadores de diversas áreas de atuação, como também, aos profissionais que estudam a adolescência, a importância de observar as consequências do uso excessivo de jogos eletrônicos *online*.

A inclusão do Transtorno do Jogo Pela *Internet* no CID-11 revela a necessidade de pesquisas aprofundadas sobre a temática. Isto mostra a relevância social e científica para profissionais que se interessam pelo tema, e para os pais, que atualmente carecem de informações a respeito dos jogos eletrônicos *online*.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho foi avaliar as consequências do uso excessivo dos jogos eletrônicos *online* no desenvolvimento comportamental, cognitivo, emocional e biológico do adolescente.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a partir da revisão de literatura sobre jogos eletrônicos e adolescência. As fontes do levantamento bibliográfico foram as bases de dados: *Saúde Baseada em Evidências*, LILACS, SciELO, BVS Saúde, PEPSIC e Google Acadêmico. As palavras-chave utilizadas foram: “Jogos Eletrônicos”, “Jogos Online”, “Adolescência e jogos *online*”, “Transtorno do Jogo pela *Internet*”, “Transtornos médicos e jogos *online*” “Transtornos Comportamentais e Jogos *online*”. As palavras-chave deveriam estar presentes pelo menos no título, nas palavras-chave ou no resumo. Devido à limitação de pesquisas na área, não houve restrição quanto à data de publicação.

Foram incluídos materiais de pesquisa quantitativa ou qualitativa, revisão bibliográfica, estudos de caso, livros e Trabalhos de Conclusão de Curso. Dos trinta e cinco títulos levantados, foram selecionados dezessete para análise. Os critérios de exclusão foram: artigos de opinião, artigos que não tenham sido publicados em português ou publicações de revistas pagas.

O material selecionado foi analisado a partir de três categorias:

Categoria 1: Perfil dos adolescentes que jogam *online*.

Categoria 2: Implicações do uso excessivo dos jogos *online*.

Categoria 3: Transtornos médicos e comportamentais correlacionados ao uso excessivo de jogos *online*.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 ANÁLISE DO PERFIL DOS ADOLESCENTES QUE JOGAM ONLINE.

Fazer um levantamento bibliográfico sobre o perfil dos adolescentes que jogam *online* foi tarefa difícil. Dos 35 títulos selecionados, apenas nove tratavam do perfil do jogador *online*. A análise do perfil dos jogadores foi dividida em 4 tópicos: idade e sexo do jogador, tempo dedicado ao jogo, tipo de jogo e local de acesso/ ferramenta de comunicação.

3.1.1 IDADE E SEXO DO JOGADOR

De acordo com Abreu *et al.* (2008), a dependência da *internet* e de jogos eletrônicos pode ser encontrada em qualquer faixa etária, nível educacional e estrato socioeconômico. Inicialmente, acreditava-se que esse problema era exclusivo de estudantes universitários, que para executar suas atividades acadêmicas, permaneciam muito tempo conectados *online*. No entanto, à medida que as tecnologias invadem as rotinas de vida, o contato com o computador passa a ser mais comum; assim, o número de atividades mediadas pela *internet* aumentou de maneira significativa. Nesse sentido, é importante considerar que não há como tratar o tema de jogos eletrônicos *online* sem considerar que a influência da *internet* no uso dos jogos em rede, visto que a *internet* é o principal meio de acesso a esses jogos.

Santos, Santos e Ribeiro (2015), em uma pesquisa com 102 participantes, sendo 56 do sexo masculino e 47 do feminino, com idades entre 18 e 49 anos (média de 24 anos, desvio padrão de 4,22), constataram que 52 eram homens (92,8%) e apenas 17 mulheres (36,1%) jogavam em rede.

A predominância de participantes do sexo masculino na maior parte das pesquisas envolvendo jogos eletrônicos é evidente, correspondendo a 50,5% a 98% dos participantes (ALLEN; ANDERSON, 2018; KAYE; CARLISLE; GRIFFITHS, 2017; LOBEL *et al.*, 2017; apud COSER; GIACOMONI, 2019).

Em uma pesquisa feita nos Estados Unidos da América com 4.028 adolescentes constatou-se que o sexo masculino possui maior índice e risco de dependência de jogos eletrônicos, sendo que 5,8% (sexo masculino) apresentavam maior ênfase no comportamento dependente do que o sexo feminino as meninas (3,0%) (apud LEMOS; SANTANA, 2012).

Ainda segundo Lemos e Santana (2012), um estudo longitudinal realizado na Holanda mostrou que 3% dos adolescentes entre 13 e 16 anos estão dependentes dos jogos eletrônicos, dado semelhante aos encontrados na Alemanha (1,5% a 3,5%) (PEUKERT; SIESLACK; BATRA, 2010 apud LEMOS; SANTANA,

2012). Outros estudos revelaram que 3% de meninos e 0,3% de meninas alemãs eram dependentes dos jogos eletrônicos (VAN ROOIJ, *et al* 2011 apud LEMOS; SANTANA, 2012). Nesse sentido, podemos considerar que os meninos apresentam maior risco para o transtorno do jogo pela *internet*.

De acordo com a APA (2014), a prevalência do uso de jogos eletrônicos é maior em adolescentes do sexo masculino de 12 a 20 anos. Nesse sentido, Brehm (2013, apud COSER; GIACOMONI, 2019) relata que os jogos eletrônicos *online* ainda são considerados uma atividade predominantemente masculina, sendo comuns ataques e assédio a jogadoras quando se estas manifestam durante as partidas *online*, em fóruns e páginas dedicadas às discussões sobre jogos.

Com base no levantamento bibliográfico, foi possível constatar que os jogos eletrônicos *online* são mais utilizados por meninos do que por meninas e que os meninos têm maior risco de desenvolver problemas de saúde mental (transtorno do jogo pela *internet*) do que as meninas, que apesar de serem minoria, apresentam-se em número significativo como jogadoras.

3.1.2 TEMPO DEDICADO AO JOGO

Os adolescentes que jogam *online* dedicam alguma parte do seu dia para esta atividade. De acordo com o levantamento feito por Pylro, Rossetti e Garcia (2011) com 110 adolescentes entre 14 e 18 anos, do ensino médio das redes públicas e privadas de ensino dos municípios de Vila Velha e Vitória (ES), os adolescentes jogam regularmente e o jogo eletrônico *online* ocupa a rotina diária destes adolescentes; 66,1% dos participantes jogam pelo menos duas vezes por semana e 33,94% jogam diariamente; 66,4% jogam entre uma e duas horas por dia.

A pesquisa feita por Santos, Santos e Ribeiro (2015) com 102 participantes, mostrou que alguns raramente jogavam (seis), jogavam um dia na semana (doze), dois dias na semana (catorze), três vezes por semana (sete), quatro dias por semana (três), cinco dias por semana (nove), e quase todos os dias (vinte e três). Com relação ao tempo do jogo, a maioria dos jogadores (30) dedicava duas horas por dia para jogar, uma hora por dia (catorze), três horas por dia (dez), quatro horas do dia (nove) e meia hora por dia (dois). Dos participantes que jogam diariamente dezesseis dedicavam duas horas ou mais para a atividade. Dessa forma, fica evidente que os jogadores que se dedicam a essa atividade diariamente jogam pelo menos duas horas por dia, sendo o jogo uma atividade bastante presente no cotidiano dos adolescentes.

Em adição, não houve diferença significativa entre a relação do sexo dos participantes com a frequência com que jogavam; assim como não houve relação entre a idade dos jogadores e o tempo que eles passavam jogando.

Coser e Giacomoni (2019), realizaram uma pesquisa com 759 participantes, com idades entre 18 e 70 anos (M = 27 anos, d.p. = 6,76). Todos os participantes eram brasileiros, da Região Sul (69,9%), Sudeste (17,8%), Nordeste (7,3%), Centro-Oeste (3,9%) e Norte (1,2%). 160 participantes não possuíam o hábito de jogar e 599 jogavam pelo menos uma hora por semana. Assim, os participantes dedicavam em média 74 horas por semana aos jogos eletrônicos.

Com relação ao transtorno do jogo pela *internet*, Ferreira e Sartes (2018) afirmam que os indivíduos com esse transtorno passam em torno de 8 a 10 horas por dia e não menos que 30 horas semanais jogando. Isso faz com que eles negligenciem necessidades básicas, como dormir e se alimentar, além de suas relações sociais cotidianas, como escola, trabalho e família. É importante considerar que os participantes de jogos eletrônicos *online* podem ser de diferentes partes do mundo, o que influencia no tempo dedicado ao jogo, pois as partidas são estipuladas de acordo com o fuso horário de uma determinada região (FERREIRA; SARTES, 2018). Por conseguinte, o participante precisa estar *online* em horários, muitas vezes, incompatíveis com sua rotina diária de atividades e de sono. Em adição, os indivíduos que jogam *online* passam mais tempo nessa atividade em relação aos que utilizam outras categorias de jogos eletrônicos e apresentam maiores problemas quanto ao uso do jogo.

Assim, de acordo com o levantamento feito a respeito do tempo dedicado a prática do jogo *online*, pode-se afirmar que os jogadores que dedicam a maior parte do seu dia ao jogo aparecem nos estudos como maioria. Com isso, é possível sugerir que o tempo prolongado dedicado ao jogo pode ser um fator de risco para o desenvolvimento do transtorno do jogo pela *internet*.

3.1.3 TIPO DE JOGO

A variedade de modalidade de jogos eletrônicos (esporte, aventura, guerra, mistério, simulação etc.) hoje compreende uma quantidade significativa de estilos capazes de agradar a um número cada vez maior de pessoas (BREDA *et al.*, 2014). Dois gêneros muito populares e que merecem destaques pela repercussão clínica são os MMORPGs (*Massive Multiplayer Online Role Playing Game*) e os FPSs (*First Person Shooter*). Os MMORPGs são jogos em que os jogadores criam personagens (ou avatares) e executam tarefas/missões em um mundo virtual dinâmico. Os FPSs são jogos nos quais o ângulo de

visão simula o do próprio jogador (primeira pessoa), a fim de maximizar a experiência de imersão do participante na realidade virtual (BREDA *et al.*, 2014).

De acordo com Pylro, Rossetti e Garcia (2011) os jogos mais comuns entre os adolescentes foram: Jogos de tiro '*Counter-Strike* (20,5%)', Jogos de aventura '*Tibia* (9%)', *Ragnarök* (7,1%) e MU (5,1%)', Jogo social online '*Habbo* (5,1%)', e Jogo de esportes '*Sinuca* (5,1%)'. Tal variedade reflete a vasta opção de jogos *online* lançados sucessivamente no mercado, o que possibilita um leque de possibilidades de escolha de jogos e que podem ser praticados em conjunto.

No caso de *Counter-Strike* (CS), em particular, Griffiths *et al.* (2004) e Rossetti *et al.* (2007 apud PYLRO; ROSSETTI; GARCIA, 2011), apontaram que o aspecto favorito do jogo entre os adolescentes foi a violência.

Coser e Giacomoni (2019) identificaram que o *Role Playing Game* (RPG), "Jogo de interpretação de personagens", foi o gênero considerado favorito dos participantes, seguido por aventura (15,7%), os MMORPGs (13,9%) e os jogos de tiro (12%). Ao se observar o padrão de preferências por tipos de jogos entre os jogadores, os jogos de tiro, jogos de ação, RPGs e MMORPGs se mantêm nas primeiras posições, sendo que os RPGs possuem relação significativa com jogos de aventura e os MMORPGs (COSER; GIACOMANI, 2019).

De acordo com Walsh (1999 apud SANTOS; SANTOS; RIBEIRO, 2015) dentre os gêneros disponíveis no mercado, os mais consumidos são os que apresentam características de violência e agressividade. Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos da América e no Reino Unido em 2012 pelo *National Purchase Diary Panel inc* (Painel Diário de Compras Nacional inc), o jogo mais consumido nestes dois países foi *Call of Duty: Black Ops*, um jogo de guerra. Já no Brasil, a preferência é por jogos de ação e aventura, futebol e automobilismo, respectivamente.

Dessa forma, compreende-se que os jogos mais consumidos pelo público adolescente são aqueles com conteúdo de violência, inclusive, os RPGs estão relacionados aos jogos de violência, pois alguns títulos possuem conteúdo de violência; tanto que podem ser classificados como jogos de aventura ou jogos de violência.

3.1.4 LOCAL DE ACESSO E FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO

Segundo o Comitê Gestor de *Internet* no Brasil (2016 apud FERREIRA *et al.*, 2020) o domicílio particular é o principal local de acesso dos adolescentes à *internet* porém também pode ocorrer em domicílios de terceiros, em *lan houses* (semelhante a um cybercafé, o usuário paga para ter acesso a um

computador com *internet*) e na escola. Na Europa, aproximadamente 94% dos adolescentes têm acesso à *internet* em seus próprios domicílios (SECADES-VILA *et al.*, 2014 apud FERREIRA *et al.*, 2020).

Pylro, Rossetti e Garcia (2011) apontaram que os espaços mais utilizados para acesso aos jogos eletrônicos online foram domicílios particulares (82,7%) e *lan houses* (10%). Tal resultado parece fazer sentido, considerando que o computador pessoal se tornou mais presente nas residências brasileiras.

Coser e Giacomoni (2019) apontaram que os principais meios de acesso aos jogos eletrônicos *online* foram foi o computador pessoal (71%) e os *smartphones* (51%). No entanto, de acordo com um estudo realizado pelo *Sioux Group* (2018 apud COSER; GIACOMANI, 2019) os *smartphones* são o principal meio de acesso aos jogos eletrônicos *online* (84,3%)

Ainda com relação à pesquisa de Pylro, Rossetti e Garcia (2011), as ferramentas mais utilizadas para a comunicação entre os jogadores durante o jogo são *Messenger* (36,9%), *Orkut* (27,7%) e *Teamspeak* (10%). Fora do ambiente do jogo, *Messenger* (34,5%), *Orkut* (27,7%) e *e-mail* (10,1%) foram as ferramentas mais utilizadas pelos participantes para a manutenção dos vínculos sociais, permitindo discutir questões sobre o jogo.

Pode-se concluir que o local onde os adolescentes mais fazem uso dos jogos eletrônicos *online* é a própria residência, seguidos por *lan houses*. Não ficou claro qual a ferramenta mais utilizada para o uso do jogo, visto que os dados são diversos. Quanto à ferramenta mais utilizada para o diálogo durante e após o jogo, os aplicativos de mensagens aparecem como os mais utilizados; no entanto, levando em consideração o ano da pesquisa citada, acredita-se que algumas dessas ferramentas já entraram em desuso ou foram descontinuadas.

É importante que mais pesquisas com relação ao perfil dos jogadores adolescentes sejam realizadas para que se possa ampliar o conhecimento sobre este assunto. As pesquisas aqui analisadas apresentam limitações e diferenças nos resultados; além disso, cobrem uma faixa etária muito elevada, com pouca delimitação do estágio do desenvolvimento do indivíduo, dificultando conclusões mais específicas acerca do perfil de adolescentes jogadores.

3.2 ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO USO DE JOGOS ELETRÔNICOS ONLINE.

3.2.1 ASPECTOS POSITIVOS.

Sobre a utilização dos jogos eletrônicos *online* e a suas consequências na adolescência, constatamos uma variação nas conclusões dos estudos analisados. Dos 35 artigos selecionados, seis artigos

apresentaram os benefícios quanto ao uso de jogos eletrônicos e sete artigos apresentaram os malefícios do seu uso. Os demais artigos do levantamento não trataram deste tema.

Os jogos eletrônicos são uma das principais formas de entretenimento do adolescente, e consiste basicamente em um jogo lógico praticado com o uso de um aparelho dispositivo eletrônico. Eles podem promover o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras e o aprendizado, quando utilizados corretamente (FIGUEIREDO; SBISSA, 2013 apud DIAS, 2019). Consoante ao pensamento desses autores, Griffiths e Wood (2000, apud FERREIRA; SARTES, 2018) afirmam que alguns estudos fazem uma associação do uso moderado dos jogos eletrônicos a resultados positivos, como a facilidade de aprendizado, o desenvolvimento da resolução de problemas, aperfeiçoamento da capacidade de orientação espacial e das habilidades cognitivas e motoras, além de contribuir para a socialização.

No estudo de caso sobre os jogos RPG, Lucas e Sherry (2004, apud LIMBERGER; SILVA, 2013) observaram que os usuários de jogos *online* buscam esse entretenimento por vários motivos, sendo um deles a possibilidade de interação social com outros jogadores. Resultados similares podem ser encontrados em um estudo conduzido por Saldanha e Batista (2009, apud LIMBERGER; SILVA, 2013), no qual um dos aspectos positivos atribuídos aos jogos *online* é a diminuição da timidez, a promoção da interação social e um momento de confraternização entre amigos.

Mendes e Badaró (2020), em um estudo sobre o impacto dos jogos eletrônicos nas habilidades dos adolescentes, concluíram que os jogos, além de serem uma atividade prazerosa e de entretenimento, oferecem a possibilidade de o adolescente atuar em diversos papéis e situações, de forma a se distanciar de sua experiência no mundo real; além disso, permite que ele compartilhe com outras pessoas os mesmos interesses e vivências, relacionando-se muitas vezes de forma socialmente habilidosa.

Rodríguez e Damásio (2014, apud MENDES; BADARÓ, 2020) defendem que, para o adolescente, a construção de sua identidade perpassa por várias crenças, como autoconceito, autoestima e autoeficácia, correlacionando-se com o estabelecimento do sentido de vida. Tal construção se faz de forma processual à medida que se alcança a maturidade psicológica, fisiológica e social. Com isso, a boa integração destes componentes e a obtenção de um bom desempenho no jogo podem potencializar os resultados e o desenvolvimento do adolescente, como a autoestima e comportamentos sociais funcionais, bem como, o aumento no nível de satisfação com a vida, felicidade e menor propensão a ter ansiedade e depressão.

No que tange à saúde física dos jogadores adolescentes, foram identificadas evidências científicas em um estudo sobre a influência dos jogos eletrônicos na saúde da criança e do adolescente, apontando os benefícios do uso de jogos eletrônicos para a estimulação da realização de atividade física. Foi realizada uma intervenção através de jogos com dança e concluiu-se que essa atitude adotada nas escolas pode encorajar comportamentos positivos em casa (QUINN, 2013, apud BRANDÃO *et al.*, 2019).

Griffiths (2010 apud BREDÁ *et al.*, 2014) diz que muitos estudos relacionam o uso de jogos eletrônicos com uma maior facilidade de aprendizado, o desenvolvimento de habilidades afetivas, cognitivas e motoras, e também a facilitação da socialização.

Diversos benefícios de seu uso têm sido comprovados também em tratamentos médicos e psicológicos.

Outro fator considerado positivo com relação ao uso de jogos eletrônicos é sua utilização no tratamento de alguns transtornos. De acordo com Weber (2004 apud BATISTA, QUINTÃO; LIMA, 2008), os jogos eletrônicos estão sendo utilizados no tratamento de pessoas com fobias, sendo considerado por muitos um tratamento eficaz. Esse tratamento é feito expondo os pacientes à fonte de seus medos (dessensibilização sistemática) dentro de um ambiente criado por um equipamento especial de realidade virtual, adaptado de acordo com o temor de cada pessoa.

Diante disso, percebe-se que os jogos eletrônicos podem ser utilizados como uma ferramenta benéfica para o desenvolvimento de habilidades afetivas, cognitivas e motoras, e também para a facilitação da socialização e da aprendizagem. O aprimoramento e desenvolvimento de novas habilidades podem ser úteis no cotidiano do indivíduo, visto que este pode utilizar as ferramentas aprendidas por intermédio dos jogos em eventos reais, como por exemplo, traçar estratégias em determinadas situações.

3.2.2 ASPECTOS NEGATIVOS.

Com relação aos possíveis prejuízos causados pelo uso de jogos eletrônicos, Kraut *et al.* (1998 apud ABREU *et al.*, 2008) cita que outros autores ainda sugerem que a dependência de jogos eletrônicos ocorre em função do tempo despendido, baseando-se na teoria da substituição de atividades sociais, segundo a qual, o indivíduo que se envolve durante muitas horas por dia em uma determinada atividade acaba por negligenciar outras atividades importantes, como estudar, conviver com amigos e familiares, praticar esportes, dormir etc.

Cabe ressaltar que as pesquisas realizadas na tentativa de comprovar essa hipótese geralmente apresentam muitos vieses e, na maioria das vezes, revelam dados controversos. Rau, Peng e Yang (2006, apud LEMOS; SANTANA, 2012) propõem que o jogador pode experimentar a sensação de fluxo (*flow*), no qual o indivíduo não consegue atentar para atividade alguma, incluindo, o sono, dor, fome e/ou sede. Acaba distorcendo a percepção de tempo e interromper essa atividade normalmente resulta em conflitos entre o jogador e as figuras sociais. (BLINKA; SMAHEL, 2011 apud LEMOS; SANTANA, 2012).

Sobre o comportamento dos jogadores, achados de estudos experimentais e observacionais (tanto transversais quanto longitudinais) confirmam que a violência de jogos eletrônicos pode aumentar significativamente comportamentos, pensamentos e sentimentos agressivos, além de aumentar a excitação psicofisiológica e diminuir a empatia e o comportamento pró-social, tanto em curto como em longo prazo, naqueles que utilizam muito esses jogos (ANDERSON *et al.*, 2010; PROT *et al.*, 2012 apud BREDA *et al.*, 2014).

De acordo Anderson *et al.* (2010 apud BREDA *et al.*, 2014), os mecanismos da agressividade associada aos jogos eletrônicos fazem com que a pessoa tenha uma tendência a perceber os comportamentos dos outros como agressivos, gerando assim, uma dessensibilização à violência com a diminuição das reações emocionais e fisiológicas aos comportamentos violentos e uma diminuição da empatia e do sentimento de ajuda aos outros. Esse mecanismo de dessensibilização também explica a associação entre o interesse por jogos violentos e o aumento na chance de estar envolvido em *bullying* e *cyberbullying*, tanto como agressor quanto como vítima (LAM; CHENG; LIU, 2013 apud BREDA *et al.*, 2014). Do ponto de vista fisiológico, jogos violentos podem induzir a agressividade, na medida em que aumentam o nível de estresse, medido através do índice de coerência cardíaca (HASAN; BÈGUE; BUSHMAN, 2013 apud BREDA *et al.*, 2014).

Segundo os dados citados, o conteúdo violento nos jogos não gera comportamentos agressivos, mas pode potencializá-los, caso haja uma predisposição à agressividade. Dependendo da sua classificação etária, podem estimular sentimentos aversivos, levando a um comportamento prejudicial. Além desses fatores negativos, é fundamental citar que o uso excessivo dessa ferramenta pode gerar prejuízos à saúde desses indivíduos, levando ao adoecimento físico e psicológico. Ainda sobre os jogos com conteúdo violento, Mena (2003 apud BATISTA; QUINTÃO; LIMA, 2008) relata que quanto maior é a violência do jogo, maior é o aumento da pressão arterial, influenciando diretamente a atividade cardiovascular. Nesse sentido, outro efeito negativo dos jogos eletrônicos é o cansaço devido à

diminuição ou falta do sono noturno, interferindo na produtividade intelectual, dificuldades de memorização, atenção e aprendizado.

Sobre a saúde dos jogadores, Dias (2019) concluiu que a prática excessiva de jogos eletrônicos pode ser prejudicial à saúde do jogador. Um dos principais prejuízos identificados neste estudo foram dores em regiões afetadas pela prática excessiva (costas, polegares e pescoço), além de estimular o sedentarismo e contribuir para o sobrepeso.

Pode-se destacar também as dores musculoesqueléticas advindas da prática excessiva dos jogos. Um estudo realizado por Queiroz *et al.* (2017 apud DIAS, 2019) com adolescentes praticantes de jogos eletrônicos, com idade entre 10 e 19 anos, demonstrou que aproximadamente 61% deles apresentou algum tipo de dor musculoesquelética frequente. Foram relatados cinco tipos de dores musculoesqueléticas: dores nas costas (66%), no pescoço (49%), nos membros inferiores (41%), nos ombros/braços (31%) e nos pulsos/mãos (19%). Além disso, foi observado ainda que 33% dos adolescentes apresentava algum quadro de síndrome de dor musculoesquelética, como a síndrome miofascial (19%) e tendinite (13% nos flexores do carpo e polegares). A manifestação desses sintomas se correlaciona com a execução de movimentos repetitivos e pela postura errada por longos períodos.

A insônia é outro malefício da dependência de jogos eletrônicos. Ela acarreta problemas secundários, como o baixo rendimento escolar e a falta de paciência para resolver questões que exigem uma maior elaboração mental (CAVALLI; TREVISOL; VENDRAME, 2013 apud DIAS, 2019).

Dados sobre a obesidade podem ser observados no estudo de BREDÁ *et al.* (2014) como uma outra comorbidade que pode ser associada ao uso excessivo dos jogos eletrônicos. Esse tipo de atividade não apenas reduz a quantidade de calorias gastas, mas também, promove o consumo excessivo de alimentos (CHAPUT *et al.*, 2011 apud BREDÁ *et al.*, 2014) e o excesso de peso resultante pode se tornar um agravante para a depressão e para a ansiedade social.

Ferreira *et al.*, (2015 apud DIAS, 2019) relata que os praticantes de jogos eletrônicos tendem a ser sedentários. Além disso, foi observado que essas práticas sedentárias se intensificam principalmente nos finais de semana. O sedentarismo além de favorecer o sobrepeso, pode ter como consequência a hipertensão e a taquicardia (CAVALLI; TREVISOL; VENDRAME, 2013 apud DIAS, 2019).

De modo geral, os jogos eletrônicos *online* não são prejudiciais em si ao desenvolvimento dos adolescentes. Como visto acima, é uma ferramenta que possibilita o desenvolvimento de habilidades importantes para os adolescentes, nas áreas cognitiva, comportamental, emocional e biológica.

Contudo, entende-se que essa ferramenta necessita ser usada de maneira correta para ser considerada benéfica, devendo haver um limite para o seu uso. Quando essa condição passa a ser descartada e não há mais esse limite, uma série de problemas podem ser desencadeados. A dependência dos jogos eletrônicos *online* e os prejuízos causados nas atividades diárias podem levar os jogadores ao Transtorno de Jogo pela Internet, classificado pelo DSM-V.

De acordo com Hurtado e Muniz (2011), muitos jogos estão voltados para uma faixa etária acima de 18 anos; porém, sua utilização não se restringe a esta faixa, dado que cada vez mais adolescentes têm acesso a *games* para um público acima de 18 anos, como o *Grand Theft Auto* (GTA), no qual jogador encarna o membro de uma gangue, ou *Counter Strike* (CS), no qual os jogadores podem atuar como policiais ou terroristas. Apesar de muitos pais ou cuidadores não terem um conhecimento aprofundado sobre o funcionamento dos jogos, percebe-se a importância do papel destes com relação à avaliação do conteúdo jogado, a imposição de limites quanto ao uso dos jogos, e o monitoramento desse uso, visto que a exposição excessiva pode acarretar em transtornos, causar uma dependência e sintomas compulsivos com relação a esse uso, afetando diretamente as demais atividades diárias.

Um aspecto considerável sobre os dados levantados é de que muitos falam sobre os jogos eletrônicos de maneira geral, incluindo os jogos eletrônicos *online*, que são entendidos como uma categoria dos jogos eletrônicos. Assim, pode-se concluir que com base nos estudos levantados, foi possível perceber que o uso excessivo dos jogos eletrônicos gera prejuízos no desenvolvimento do adolescente. Contudo, por ser uma temática carente de pesquisas no Brasil, faz-se necessário mais trabalhos que abordem melhor essas consequências.

3.3 TRANSTORNOS MÉDICOS E COMPORTAMENTAIS RELACIONADOS AOS JOGOS ONLINE.

Com base no levantamento bibliográfico feito através das bases de dados e com o uso de livros, de 35 materiais selecionados, apenas sete discorreram a respeito dos possíveis transtornos médicos e comportamentais advindos do uso excessivo de jogos eletrônicos *online*.

Para a compreensão dos possíveis transtornos que podem se desenvolver pelo uso excessivo dos jogos eletrônicos *online*, faz-se necessário entender os critérios listados no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) como norteadores para o Transtorno do Jogo pela Internet (tabela 1) e como estes critérios podem influenciar na hipótese diagnóstica dos adolescentes que fazem uso de jogos eletrônicos *online*. Pode-se observar que a maior preocupação entre os pesquisadores é com o efeito negativo dos jogos eletrônicos no decorrer do tempo na vida dos adolescentes. Dentre os artigos

levantados, muitos autores citam os transtornos comportamentais que podem se desenvolver nesses jovens jogadores. Outra preocupação se refere à influência sobre comportamentos violentos dos adolescentes e os possíveis prejuízos à saúde física e psicológica dos jogadores adolescentes.

Tabela 1 – Critérios Diagnósticos propostos pelo DSM-5 para o Transtorno do Jogo Pela Internet¹ - Porto Alegre – 2014

1. Preocupação com jogos pela internet.
2. Sintomas de abstinência quando os jogos são retirados.
3. Tolerância.
4. Tentativas fracassadas de controlar a participação nos jogos pela internet.
5. Perda de interesse por passa tempos e divertimentos anteriores em consequência dos, e com a exceção dos jogos pela internet.
6. Uso excessivo continuado de jogos pela internet apesar do conhecimento dos problemas psicossociais.
7. Enganou membros da família, terapeutas ou outros em relação à quantidade do jogo pela internet.
8. Uso de jogos pela internet para evitar ou aliviar um humor negativo.
9. Colocou em risco ou perdeu um relacionamento, emprego ou oportunidade educacional ou de carreira significativa devido à participação em jogos pela internet.

Fonte: *American Psychiatric Association, 2014.*

¹Cinco ou mais dos sintomas, no período de 12 meses.

O Transtorno do Jogo pela *Internet*, segundo o DSM-V, é caracterizado pela participação persistente e recorrente em jogos, muitas vezes em grupo, resultando em sintomas cognitivos e comportamentais correspondentes à crescente perda de controle sobre o jogo, tolerância e sintomas de abstinência. Os indivíduos com transtorno do jogo pela *internet* passam horas diante do computador, em torno de 8 a 10 horas por dia e não menos que 30 horas semanais (FERREIRA; SARTES, 2018)

O uso excessivo dos jogos eletrônicos *online* pode ser prejudicial. De acordo com Ferreira e Sartes (2018), é notável observar que uma parcela considerável dos pesquisadores se empenha em relacionar os jogos eletrônicos *online* a possíveis transtornos comportamentais, tendo em vista que muitos

adolescentes que fazem uso desses jogos dedicam-se a essa atividade de forma prolongada, o que pode vir a comprometer várias áreas de suas vidas.

É importante destacar que ainda não há um consenso sobre os critérios que devam ser utilizados para delimitar esse transtorno. Os principais pontos a serem considerados são os prejuízos significativos na vida do indivíduo, o desempenho estudantil, isolamento social e conflitos familiares; esses são três aspectos marcantes para o transtorno (BREDA *et al.*, 2014).

O DSM-V incluiu o Transtorno do Jogo pela *Internet* (*Internet Gaming Disorder* – IGD) na seção III em “Condições para Estudos Posteriores”. No entanto, o manual revela a necessidade de que mais pesquisas sejam elaboradas para que esse fenômeno seja formalizado como um novo diagnóstico psiquiátrico (APA, 2014 apud LEMOS, 2015).

Breda *et al.* (2014) apresenta possíveis comorbidades que podem ser relacionadas ao Transtorno do Jogo online. Depressão, ansiedade social e transtorno de déficit de atenção/hiperatividade podem ter uma relação de causa e efeito com a dependência de tecnologia e uma tendência a se reforçarem mutuamente. A vulnerabilidade de pessoas com esses transtornos deixa-as suscetíveis a desenvolver dependência de jogos eletrônicos por serem mais impulsivas, terem menor habilidade social e de empatia e menor controle emocional. Nesses casos, o uso dos jogos, que inicialmente funcionava como uma estratégia de enfrentamento (ou de auto tratamento) pode evoluir para um comportamento de dependência, que por sua vez, pode agravar o transtorno inicial (BREDA *et al.*, 2014).

Para Breda *et al.* (2014) e outros pesquisadores, a relação entre dependência de jogos eletrônicos e outros transtornos psiquiátricos não é tão simples como já se imaginou. A dependência de jogos eletrônicos tanto não é apenas um sintoma de outros transtornos mentais como pode contribuir ativamente para a piora destes. Estabelece-se uma via de mão dupla, na qual os transtornos agravam-se reciprocamente. Nesse sentido, torna-se necessário também fazer uma ampla observação e avaliação do histórico de vida do adolescente jogador para uma hipótese diagnóstica.

A frequência do uso de jogos eletrônicos pode causar diversos problemas de saúde, físicos e emocionais, podendo assim, configurar-se um vício como outro qualquer. Mena (2003 apud BATISTA; QUINTÃO; LIMA, 2008) afirma que o jogador começa a apresentar compulsão por jogos, podendo posteriormente, transformar-se em doença, em que o prazer em jogar se torna tensão. O jogador passa a apresentar sintomas como insônia, baixo rendimento escolar, isolamento do convívio social e

do contato humano e falta de paciência para resolver exercícios que exijam uma elaboração mental mais complexa.

Alguns indivíduos podem sofrer com ansiedade de desempenho, podendo acreditar que serão avaliados negativamente quando executarem determinada atividade, fazendo com que sintomas de ansiedade se manifestem quando eles tentam jogar ou pensam em jogar (DALGALARRONDO, 2000). Nesse sentido, segundo Setzer (2001), os pensamentos dos jogadores são destruídos, de maneira que eles param de pensar nos seus próprios problemas. A excitação competitiva prende o jogador à situação fictícia criada pelo jogo, fazendo com que seus sentimentos normais também fiquem impedidos, uma situação que pode ser altamente desejável para alguém que leva uma vida tediosa, ou que gostaria de esquecer sua rotina desagradável, suas frustrações e aborrecimentos. Nesses casos, esses problemas não foram encarados e resolvidos, havendo assim, uma fuga temporária em relação a eles (SETZER, 2001).

Gentile *et al.* (2011 apud BREDA *et al.*, 2014), afirma que os problemas relacionados aos jogos eletrônicos tendem a continuar ao longo do tempo para a maioria dos indivíduos afetados.

Assim, como afirma Breda *et al.* (2014), é importante reiterar que, enquanto não se chega a um consenso sobre quais critérios devem ser universalmente utilizados, costuma-se valorizar bastante a presença de prejuízos significativos na vida da pessoa, tais como: baixo rendimento escolar/acadêmico, isolamento social e conflitos familiares; como um dos principais marcadores do transtorno.

Dessa forma, o diagnóstico do Transtorno do Jogo pela *Internet* deve ter como base uma avaliação inicial completa, com objetivo de examinar, além dos problemas relacionados aos jogos *online*, outras situações na vida do adolescente, observando-se assim, o funcionamento geral da pessoa (BREDA *et al.*, 2014). Portanto, os efeitos nos jogadores não devem ser compreendidos de forma mais complexa, pois cada indivíduo, por se tratar de um ser único em sua existência, fazendo parte de um organismo complexo, tende a reagir de forma diferente em determinada situação/momento; principalmente, quando se trata de jogos *online* e suas diversas formas de modalidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos avaliar se há correlação entre o uso prolongado de jogos eletrônicos *online* e prejuízos à saúde de adolescentes. O presente estudo apresenta lacunas que podem ser complementadas por

outros estudos sobre o tema. Ainda assim, consideramos que os objetivos propostos foram atingidos e propiciaram reflexões importantes.

Primeiro, conseguimos identificar o perfil dos jogadores *online*. Constatamos que os jogadores mais frequentes são do sexo masculino, entre 12 e 27 anos. Isto faz sentido com a afirmação da APA (2014) de que esses jogadores passam ao menos 30 horas por semana conectados aos jogos eletrônicos e que os jogadores do sexo masculino têm maior predisposição para desenvolver problemas relacionados ao jogo, como o transtorno do jogo pela *internet*.

Foi possível constatar também que o domicílio é o local mais frequente para a prática do jogo *online*, que os aplicativos de mensagens são utilizados para comunicação durante e após o jogo, e que os jogos com conteúdos violentos são os preferidos dos adolescentes. Quanto ao dispositivo mais utilizado para jogar *online* (smartphone, computador pessoal, console de videogame), não foi possível identificar com precisão o dado.

Segundo, constatamos que os jogos eletrônicos são uma das atividades de entretenimento mais comuns entre os adolescentes; mas que não se restringem a essa função, podendo ser também utilizados para potencializar habilidades importantes no desenvolvimento, trabalhando as funções cognitivas e motoras, assim como, a facilitação no aprendizado. Outro aspecto citado pela maioria dos autores analisados quanto aos benefícios do uso dos jogos *online* é a “socialização”, pois o ambiente virtual dos jogos *online* promove a interação entre indivíduos que compartilham de um mesmo interesse.

Alguns jogos eletrônicos podem impactar positivamente na saúde dos adolescentes, estimulando a atividade física, ou sendo utilizados em tratamentos de transtornos fóbicos. No entanto, é possível notar que os impactos negativos citados pelos autores estão diretamente ligados ao uso prolongado dos jogos eletrônicos *online*, podendo afetar a saúde dos jogadores.

Terceiro, quanto a possíveis transtornos que podem se desenvolver pelo uso excessivo dos jogos eletrônicos *online* e à influência sobre comportamentos violentos dos adolescentes, constatamos que não são todos os adolescentes jogadores que desenvolvem algum transtorno somente por jogarem. Existem critérios diagnósticos que devem ser preenchidos como indicadores de transtornos associados ao uso de jogos eletrônicos *online*.

Uma das características mais relevantes é a participação persistente e recorrente em jogos, muitas vezes em grupo, resultando em sintomas cognitivos e comportamentais correspondentes à crescente

perda de controle sobre o jogo, tolerância e sintomas de abstinência. Dentre os sintomas comportamentais também são pontos principais a serem considerados os prejuízos significativos na vida do indivíduo, o desempenho estudantil, isolamento social e conflitos familiares.

Com relação à hipótese de que o uso excessivo de jogos eletrônicos *online* pode estar relacionado a prejuízos no desenvolvimento psicossocial dos adolescentes, concluímos que jogos eletrônicos *online* podem contribuir para o distanciamento entre o adolescente e o mundo real, quando o adolescente se engaja em simulações de papéis e personagens. Pode também acarretar prejuízos físicos, como má postura, problemas musculoesqueléticos. A obesidade em adolescentes associada ao sedentarismo aparece também como um fator que pode ser decorrente do uso prolongado de jogos eletrônicos *online*. Podem ocorrer também distúrbios do sono e agressividade do jogador, associados não somente a jogadores com transtorno do jogo pela *internet*, mas a jogadores frequentes.

Foi possível confirmar que o uso prolongado de jogos eletrônicos *online* pode fazer com que o jogador apresente sintomas e um possível diagnóstico do transtorno do jogo pela *internet*; no entanto, com relação a hipótese, não foram encontrados dados sobre a relação entre o jogo e baixa tolerância a frustração.

Não ficou claro que o jogo eletrônico *online* em si está diretamente relacionado a casos de ansiedade patológica. Com relação à interação social com os pares, esta somente é prejudicada em casos de transtorno do jogo pela *internet*, pois, pesquisas demonstram que os jogadores frequentes e não patológicos utilizam o jogo para se relacionar com seus amigos e colegas; já os indivíduos com transtorno do jogo pela *internet* se afastam do convívio social, fixando-se ao jogo.

Por ser a adolescência uma fase que requer o apoio e cuidado por parte dos pais ou cuidadores, se faz importante que estes trabalhem os limites quanto ao uso dos jogos eletrônicos como forma de prevenir possíveis danos na vida desses adolescentes.

Devido à escassez de material bibliográfico que aborde essa temática no Brasil, conclui-se que é importante o desenvolvimento de mais produções que tratem dos impactos que os jogos eletrônicos causam nessa fase da vida, pois com relação a este levantamento, houve dificuldade para encontrar referencial teórico que tratasse diretamente sobre o uso dos jogos eletrônicos na modalidade *online* por adolescentes.

Outra dificuldade encontrada foi o fato de os estudos analisados não terem delimitado o estágio do desenvolvimento do indivíduo, dificultando conclusões mais específicas acerca do perfil de

adolescentes jogadores. Além disso, houve dificuldade para discorrer sobre o Transtorno do Jogo pela *internet*, pois por estar na categoria indicada para mais pesquisas, foram encontrados poucos títulos que tratavam sobre o tema.

Dessa forma, com relação a influência dos jogos eletrônicos *online* no desenvolvimento de adolescentes, conclui-se que, o jogo pode influenciar tanto de forma positiva quanto negativa, dependendo de como será manejado o controle do tempo direcionado a ele para que este não interfira nas demais obrigações dos adolescentes.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. N. et al. Dependência de Internet e de jogos eletrônicos: uma revisão. *Rev. Bras. Psiquiatr.* São Paulo, vol.30, n.2, 2008.
- ALVES, Lynn Rosalina Gama. Game over: jogos eletrônicos e violência. nº 249. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, 5. ed (DSM-V). Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento, et al. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BATISTA, M. L. S.; QUINTÃO, P. L.; LIMA, S. M. B. Um estudo sobre a influência dos Jogos Eletrônicos sobre os Usuários. *Revista eletrônica da Faculdade Metodista Granbery.* (Online), Juiz de Fora – MG, nº 4, 1-11, Jan/Jun 2008.
- BRANDAO, Isabelle de Araújo et al. Jogos eletrônicos na atenção à saúde de crianças e adolescentes: revisão integrativa. *Acta paul. enferm.*, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 464-469, ago. 2019.
- BREDA, Vitor C. T. et al. Dependência de Jogos Eletrônicos em Crianças e Adolescentes. *Revista Brasileira de Psicoterapia.* vol.16, n.1, 2014.
- COSER, Fábio Spricigo; GIACOMONI, Cláudia Hofheinz. As Relações entre o Uso de Jogos Eletrônicos, Personalidade e o Bem-Estar de Jogadores. *Aval. psicol.*, Itatiba, v. 18, n. 4, p. 382-391, dez. 2019.
- DALGALARRONDO, Paulo. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais.* 2a Edição. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 2000.
- DIAS, Júnior Araújo. O impacto da prática de jogos eletrônicos na saúde dos adolescentes. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) - Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos-UNICEPLAC, Brasília-DF, Jun/2019.
- FERREIRA, E. Z. et al,. A influência da internet na saúde biopsicossocial do adolescente: revisão integrativa. *Rev. Bras. Enferm.*, Brasília, v. 73, n. 2, 2020.
- FERREIRA, Monique Bernardes de Oliveira.; SARTES, Laisa Marcorela Andreoli. Uma Abordagem Cognitivo-Comportamental do Uso Prejudicial de Jogos Eletrônicos. *Revista Interinstitucional de Psicologia.* 11(2), 2018, pag. 306-326, 2018.
- HURTADO, A. T. X. R; MUNIZ, L. C. A Influência dos Jogos Eletrônicos Violentos nos Adolescentes. *Psicologado*, [S.l.]. Mai/2011. Disponível em < <https://psicologado.com.br/psicologia-geral/desenvolvimento-humano/a-influencia-dos-jogos-eletronicos-violentos-nos-adolescentes>> Acesso em: 5 Jun 2020, 16:35.
- LE MOS, Igor Lemos. *Atendimento Cognitivo Comportamental das Dependências Tecnológicas.* São Paulo: Zagodoni, 1ª ed, 2015
- LE MOS, Igor Lemos; SANTANA, Suely Melo. Dependência de jogos eletrônicos: a possibilidade de um novo diagnóstico psiquiátrico. *Rev. Psiquiatr. Clín.* São Paulo, vol.39, no.1, 28-33 2012.

LIMBERGER, Letícia Staub; SILVA, Jerto Cardoso da. Os role playing games (RPGS) como uma ferramenta em psicoterapia: um estudo de caso. São Paulo, Bol. psicol, vol.63 no.139, 2013.

MENDES, Rosiany Luzia Vieira; BADARÓ, Auxiliatrice Caneschi. Os Impactos dos jogos eletrônicos nas habilidades sociais em adolescentes. Cadernos de Psicologia. Juiz de fora, v. 2, n. 3, p. 208-230, jan-jun, 2020.

PYLRO, S. C.; ROSSETTI, C. B.; GARCIA, A. Relações de Amizade e Prática de Jogos Online: Um Estudo Exploratório Com Adolescentes. Interação Psicol.,15(1), Vitoria, fev.2011 51-58.

SANTOS, E. S.; SANTOS, R. F.; RIBEIRO, M. Jogando com as máquinas: relação entre videogames violentos e cognições agressivas. Psicologia e Saber Social, 4(2), nov. 2015 246-264.

SETZER, Valdemar Waingort. Os Riscos dos jogos Eletrônicos na idade Infantil e Juvenil. Universidade de São Paulo, 2001. <https://www.ime.usp.br/~vwsetzer/joguinhos.html>

Capítulo 12



10.37423/220305559

UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA: ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COM AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA (PSR)

Yara Aguiar Guimarães

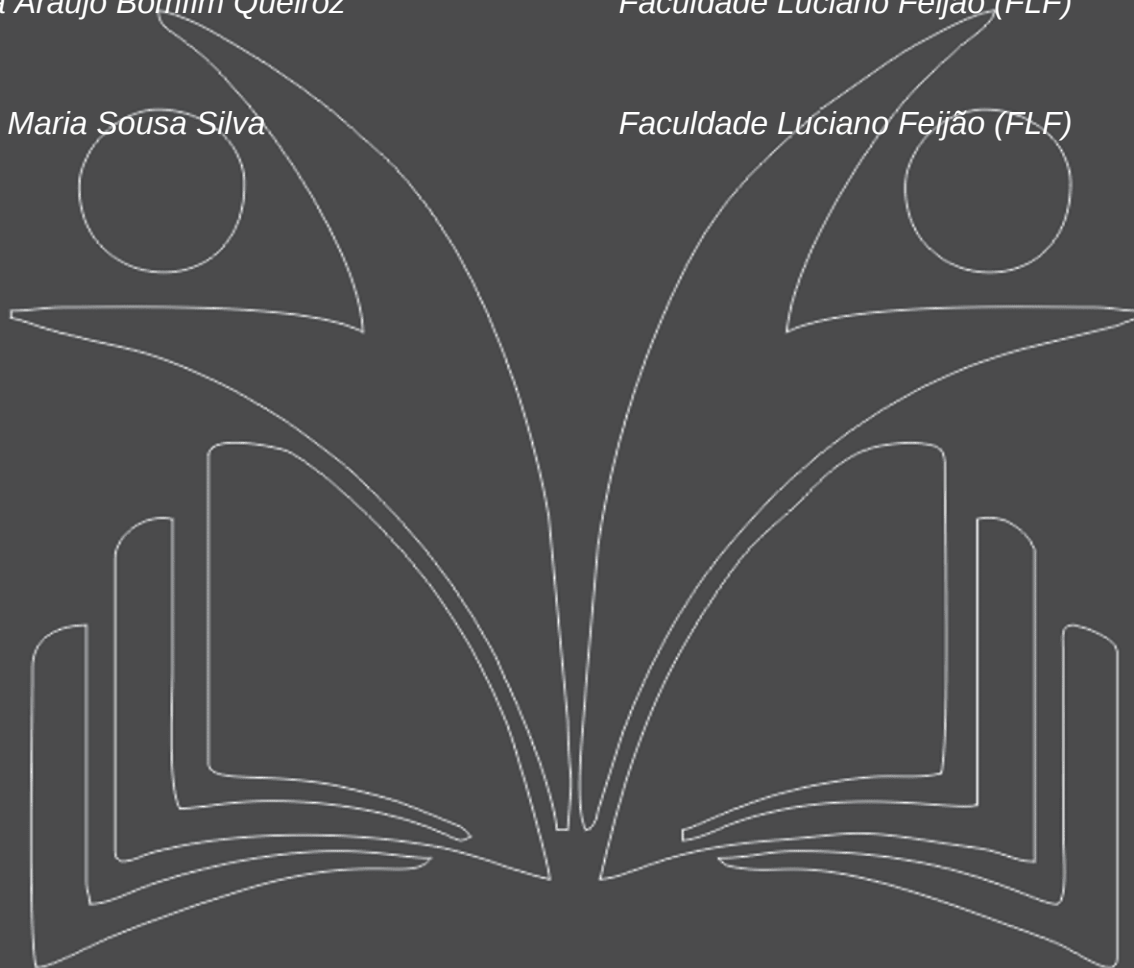
Faculdade Luciano Feijão (FLF)

Ana Helena Araújo Bomfim Queiroz

Faculdade Luciano Feijão (FLF)

Alexsandra Maria Sousa Silva

Faculdade Luciano Feijão (FLF)



Resumo: As pessoas em situação de rua enfrentam diversos desafios em seu cotidiano, além da fome, violência, frio, elas sofrem também como a marginalização, o preconceito, a humilhação, dentre outros aspectos que atravessam o modo de vida dessas pessoas. Reconhecer isso torna necessário um olhar voltado para a compreensão da exclusão vivida por essa população, assim como também pelas violações de direitos que são expostos diariamente. O objetivo é realizar uma revisão integrativa de literatura sobre a atuação da Psicologia e Políticas Públicas com as pessoas em situação de rua. O método está baseado em uma revisão integrativa de literatura. A amostra foi constituída por 33 artigos selecionados por critérios de inclusão e exclusão, obtidos através de bases de dados como SciELO (Scientific Electronic Library Online) e PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), utilizando como descritores os termos “população em situação de rua”, “psicologia”, “políticas públicas” e “moradores de rua”. Os resultados apontaram 5 artigos a serem analisados, a partir da análise de conteúdo. Assim, foram construídas três categorias: 1. Perfil das publicações; 2. Atividades desenvolvidas e referencial teórico; 3. Atuação da Psicologia com Pessoas em Situação de Rua. Os resultados apontaram que as publicações podem caminhar cada vez mais, em uma perspectiva crítica que visibilize a realidade dessas pessoas; há necessidade de propor ações e intervenções por parte da psicologia que seja coerente com uma visão libertadora e transformadora dessa realidade e, por fim, favorecer a garantia dos direitos humanos e sociais dessas pessoas, através do compromisso com as políticas públicas.

Palavras-chave: População em situação de rua. Psicologia. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (BRASIL, 2004), o Abrigo Institucional (AI) é um dos poucos serviços exclusivos para essa população, e podem ser caracterizados como serviço de proteção social especial de alta complexidade, que garante proteção integral, como moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para o indivíduo e extensivo para a família do mesmo, que se encontra sem referência e, muitas vezes, em uma situação de risco social. Sendo assim, é possível observar a necessidade de políticas que tenham como objetivo oferecer subsídios para profissionais que trabalham com esse público. Como apontado por Natalino (2016), existe uma carência de dados oficiais e esse fato pode ser compreendido como um dos fatores que impeça a instalação de políticas públicas que realmente possam transformar a realidade dessa população que até então era excluída, de acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até o ano de 2016.

Tendo em vista o contexto em questão, necessita-se então avaliar em que medida a política existente responde as necessidades dessa população, bem como se essas atingem seus objetivos, onde deveriam oferecer autonomia e garantia de direitos, possibilitando o enfrentamento da realidade de exclusão, discriminação, humilhação e tantos outros aspectos em que estes se encontram expostos diariamente, essa deveria ser construída em conjunto com a sociedade.

Para Alípio et al. (2019), faz-se necessário um planejamento social que tenha como ponto de partida a identificação de demandas e questões vivenciadas pela população em situação de rua, sendo construído não somente entre gestores e a população central, mas em consonância com toda a sociedade, considerando que esta é grande responsável pelas práticas excludentes que são enfrentadas diariamente, e para que assim o diálogo e espaço de escuta entre vários atores da sociedade seja garantido. Conferindo assim uma dimensão política para o planejamento social, possibilitando para a População em Situação de Rua um caráter central e formado por sujeitos políticos.

Em pesquisa desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDS (BRASIL, 2008), onde o público-alvo eram pessoas com 18 anos ou mais, vivendo em situação de rua, e considerando apenas 71 municípios em todo território nacional, foi possível perceber mais de 31 mil pessoas em situações como essa. É uma parcela da população que até hoje enfrenta diversos desafios em seu cotidiano, e que não são, geralmente, interpretadas como parte da sociedade. Faz-se necessário, então, que haja um olhar voltado para a compreensão da exclusão vivida por essa população, assim

como também pelas violações de direitos que são expostos diariamente, cabe então aos profissionais que atuam com esse público, as políticas públicas e serviços ofertados, possibilitar para esses a criação ou manutenção de mecanismos que viabilizam o enfrentamento dessas.

Ao se discutir sobre o motivo que leva as pessoas às ruas, é possível elencar uma série de acontecimentos históricos, como por exemplo, as transformações societárias que ocorreram pelo modo de produção capitalista vivenciado, que resultou na alteração de determinantes sociais, que ecoaram em uma parcela da população que possuía características diferentes, resultando assim em uma exclusão social. Tiengo (2018) aponta que a população em situação de rua é uma resultante do modo de produção capitalista, e do acúmulo desigual de riquezas entre as parcelas da sociedade. Ainda segundo o autor, existem dois fatores ligados diretamente com o crescimento da população em situação de rua, sendo esses o processo de industrialização e o cerceamento de terras, onde as terras tinham alto valor e os salários oferecidos para os trabalhadores eram reduzidos, se referindo a esse período de industrialização, o mesmo ainda indica que a sociedade era proibida de ajudar os, ainda chamados, mendigos, que tivessem condições físicas de trabalho. Uma Pesquisa realizada pelo MDS (BRASIL, 2008), identifica como os principais o uso de álcool e drogas, o desemprego e os conflitos familiares. É preciso também considerar a pobreza extrema enfrentada por muitos, a existência da própria escolha, geralmente tomadas pelo contexto de violência, abuso doméstico e/ou enfraquecimento de vínculos familiares.

Diante da importância dessa temática para a realidade contemporânea, temos como objetivo realizar uma revisão integrativa de literatura sobre a atuação da Psicologia e políticas públicas com as pessoas em situação de rua.

MÉTODO

O seguinte trabalho possui cunho qualitativo e foi desenvolvido através de uma revisão integrativa de literatura. O método consiste na incorporação de evidências, onde se pode reunir e sintetizar dados sobre determinado tema. De acordo com Mendes, Silveira e Galvão (2008), esse método de pesquisa tem por objetivo obter profundo entendimento de determinado fenômeno, tendo como base estudos realizados anteriormente. Pode ser compreendido como fonte para análises de pesquisas que oferecem suporte para tomada de decisões e melhoria da prática, possibilitando interpretar, sintetizar e concluir sobre o tema de interesse. É um formato mais amplo de pesquisas, que permite a combinação de dados teóricos e empíricos, constituída através de seis passos, como o

estabelecimento da hipótese, busca literária, categorização de estudos, avaliação dos estudos e interpretação desses.

A amostra da determinada pesquisa foi constituída por 33 artigos selecionados por critérios de inclusão e exclusão, obtidos através de bases de dados como SciELO (Scientific Eletronic Library Online) e PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia). Utilizando como descritores os termos “população em situação de rua”, “psicologia”, “políticas públicas” e “moradores de rua”.

Possui como critérios de inclusão pesquisas realizadas no Brasil, que tratem de atividades realizadas pelos profissionais nas políticas pública, sejam essas atuais ou não, pesquisas realizadas em campo e que apontem os desafios e dificuldades no trabalho desenvolvido. E como critérios de exclusão ser pesquisas de revisão de literatura, e que não retratam o desenvolvimento do trabalho realizado nas políticas públicas por profissionais que atuem com o público de pessoas em situação de rua, considerando esse enquanto público específico que demanda para os profissionais estratégias próprias e singulares para que tenham suas demandas respondidas. Após realização de revisões nos artigos encontrados, para delimitação de quais estavam dentro dos critérios de inclusão, restaram cinco artigos

A análise de dados foi realizada através de uma análise de conteúdo temática (BARDIN, 1995), onde se busca descrever o conteúdo encontrado, seja ele por meio de falas ou de textos. Considera-se como um conjunto de técnicas de análise, que tem como objetivo, obter de modo sistemático e direto o conteúdo que se deseja encontrar.

Os textos encontrados e trabalhados foram analisados através da busca de respostas para algumas categorias que pretendiam ser compreendidas em como se mostram na realidade do trabalho diretamente com o público. Sendo essas, o perfil das publicações selecionadas, as atividades desenvolvidas por Psicólogos que tenham como foco o trabalho com pessoas em situação de rua, a existência de um referencial teórico anunciado no artigo e usado pelo profissional, além de apontar os principais desafios, e tipos de desafios, encontrados no trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

CATEGORIA 1: PERFIL DAS PUBLICAÇÕES

Através do processo de análise realizado nos artigos selecionados, pode-se notar o crescimento de pesquisas realizadas no campo, e que tratam sobre o fazer do psicólogo dentro de espaços destinados

à prestação de serviços para a PSR, nos últimos dez anos. E que possuem mais pesquisas direcionadas a realidade do nordeste Brasileiro. De acordo com Michel (2005), a pesquisa permite descobrir questões referentes à realidade. Como apontado por Rudio (2009), essa compreensão da realidade, oferecida pela pesquisa refere-se ao que se mostra contrário a suposições realizadas no período que antecede o trabalho realizado. Considerando então, essa enquanto modo de desconstruir ideias previamente estabelecidas, principalmente no que diz respeito ao senso comum.

É possível entender então, que a realização desses trabalhos serem desenvolvidos em sua maioria na região nordeste do Brasil, indicam uma maior preocupação com o trabalho direcionado a PSR. Em outros casos, se pode compreender isso enquanto uma quantidade maior de pessoas que fazem da rua, seu local de referência, classificando como referência o ambiente entendido pelos sujeitos como casa. Porém, considerando o porte das cidades onde foram realizados os estudos, e o porte de cidades que apresentam menor quantidades desses, não se pode classificá-las como locais de maior número de PSR. Dois dos artigos analisados fazem referência a fortes movimentos que ocorreram ao longo da história do Brasil, que são vistos como ataques a sobrevivência dessa população. Um deles ficou conhecido como Operação Mata-Mendigos, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1960, que foi retratada em um documentário estudado pelos autores do artigo.

[...] o objetivo do governo era promover uma assepsia com vistas a arrumar a casa para a visita da Rainha da Inglaterra à cidade do Rio de Janeiro. Queriam limpar a Cidade Maravilhosa. E quando se fala em limpar a cidade, podemos nos perguntar: limpar a cidade de quê? Limpar a cidade de quem – a cidade que pertence a quem? E quem deve ser exterminado? (DA SILVA, 2013, p. 340).

O segundo movimento retratado em um dos artigos analisados, ficou conhecido como Massacre da Praça da Sé, que ocorreu em São Paulo, em 2004, movimento esse que fez com que as práticas destinadas a essa população fossem notadas por parte da sociedade, demonstrando assim o quando essa era entendida como descartáveis e indesejáveis na sociedade.

CATEGORIA 2: ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da exposição feita acima, sobre dois movimentos que ocorreram em Estados de grande porte do território nacional, é possível compreender e apontar como marcas da atividade realizada por profissionais práticas higienistas, violentas, discriminatórias e excludentes. As Pessoas em Situação de Rua, eram, e por muitos, ainda são negligenciadas e vistas com indiferença, tanto pela sociedade como por profissionais que deveriam desenvolver trabalhos direcionados a essas.

Historicamente, o cuidado a estas pessoas esteve a cargo da filantropia e até o final do século XX pode-se constatar apenas algumas raras iniciativas na agenda de governos municipais, voltadas à proteção e inclusão social de pessoas em situação de rua (BRASIL, 2008).

Pode-se então notar o olhar que profissionais tinham diante dessas pessoas, vistas como vítimas que precisavam de compaixão ou ajuda de outros, como pessoas perigosas, que recebiam atenção de forças policiais, mas não de profissionais que assim como dito nos documentos que organizam a atuação, que deveriam oferecer modos de promover inclusão social e à promoção de saúde. A observação de aspectos como esses são essenciais para a implementação de políticas públicas mais eficazes e sensíveis à realidade desta população.

Um grande marco histórico para a proteção social foi estabelecido com a Constituição de 1988, onde passam a ser pensadas Políticas Públicas que trabalhem com esse público. A ideia de caridade e ajuda dão espaço para noções como direito e cidadania, passando a Assistência Social a constituir-se, juntamente à saúde e à previdência social. O que possibilitou a regulamentação dos direitos sociais e da melhoria do Estado, enquanto modo de qualificação do quadro político atual, como meio de garantia de direitos.

Mesmo com as diretrizes e organizações realizadas nas políticas de assistência, que tem como foco a PSR, a atuação de profissionais com esse público não oferece aos mesmos possibilidades para valorizar as particularidades e subjetividade de cada indivíduo e compreendê-los enquanto cidadãos. Sendo assim, se faz necessário o desenvolvimento de políticas públicas que garantam para essa população o acesso aos serviços oferecidos, de modo geral.

Cabe então ao profissional que trabalha com a PSR, como apontado por Viana et al. (2020), adequar estratégias de cuidado ao modo de vida. O trabalho desenvolvido, não deve ser oferecido apenas por serviços que apresentam foco nessa população, mas sim a partir de uma articulação intersetorial entre sistemas e serviços de várias áreas. Assim como dito por Macêdo, Pessoa e Alberto (2015), a atuação da Psicologia deve ser pautada numa perspectiva de efetivar direitos sociais.

No que diz respeito ao aporte teórico utilizado por profissionais nesse campo de atuação, de acordo com os textos analisados, são geralmente conduzidos através de duas fontes teóricas. Uma seria a Análise Institucional, como forma de observar como os serviços se compõem e interligam, que como dito por Lourau (1993), tem como foco um evento social do qual o investigador participa no momento da sua ocorrência. Sendo esse mais utilizado como fonte de pesquisa, que como um aporte teórico para o desenvolver do trabalho. Outro suporte teórico utilizado para o trabalho do psicólogo com o

público de PSR, que se enquadra como uma abordagem da psicologia, é a Psicologia Histórico Cultural (PHC), que compreende o contexto em que o sujeito está inserido, suas condições históricas, políticas e culturais, o constituem enquanto ser, e produzem transformações únicas em cada indivíduo. Como dito por Fontes (1998), existe um processo de apropriação desse contexto pelo sujeito, de modo que o homem em sociedade se apropria do social, e esse passa a constituir seu psiquismo. [...] o psiquismo se constrói com as experiências, os conhecimentos, os valores e as informações transmitidos pela tradição, pela comunicação, pela mídia, pela educação e pela ciência. (MACÊDO; PESSOA; ALBERTO, 2015, p. 919).

Pode-se então, através da PHC, e das ideias de Vygotsky (2007), compreender que o homem é resultado da realidade e das relações sociais que estabelece com os outros. Assim como afirma Vygotsky (2007), em uma das frases que mais marcam a PHC, “nos tornamos nós mesmos através dos outros” (p. 56). Considera que esse processo de internalização vivenciados por todos, enquanto sujeitos, envolve a reconstrução da atividade psicológica, através do que ele nomeava de signos, compreendendo-os como atividade interna do psiquismo humano. Levando em conta os resultados obtidos nessa categoria de pesquisa, e a falta de pesquisas sobre o trabalho de Psicólogos com PSR fazendo uso de outras teorias e abordagens psicológicas, fica o questionamento de por que a PHC, com todo o caráter social que a constitui, é uma das que mais desenvolve pesquisas sobre o tema? E o que isso quer dizer sobre o olhar de outras abordagens para questões sociais e políticas da sociedade?

CATEGORIA 3: ATUAÇÃO EM PSICOLOGIA COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.

Os desafios encontrados no fazer do psicólogo em serviços oferecidos para essa população, vai muito além do trabalho, propriamente dito, realizado com e para eles. Devem oferecer e possibilitar transformações não apenas no modo de viver, qualidade de vida, garantia de direitos e desenvolvimento das potencialidades enquanto sujeitos. Diz respeito à uma transformação societária, que busque a mudança na sociedade de modo geral, para que assim, os que, até então, são vistos como vozes sem eco, que dificilmente alguém tenha interesse de parar para ouvi-lo, aquele que o resto da população dirige o desprezo, a expulsão, a exclusão e o extermínio, ou simplesmente, não dirige nada, nenhum sentimento sequer.

Segundo Da Silva (2013, p. 349), vistas somente na época de grandes eventos, quando seu encontro exige providências e remoções, é possível constatar que as pessoas que vivem nas ruas são,

preconceituosamente, vistas como “lixo humano” e, por muitas vezes, tratadas com desvalor, como algo que deve ser recolhido e excluído. Durante muitos anos, as iniciativas voltadas para essa população eram classificadas como filantropia, até que na década de XX, as iniciativas passam a ser realizadas pelo governo, o que fez com que os direitos dessa população começassem a ser reivindicados.

Uma prática que se encaixa em tantos desafios, e até mesmo obstáculos que exigem do profissional para além das dimensões citadas nas políticas e documentos de organização do serviço, pois a proteção social, ainda é, por muitos, vista e assistida por políticas assistencialistas, compensatórias e focalizadoras. Para Coimbra (2001), mesmo equipamentos criados e em funcionamento pleno, existe uma dificuldade de implementação de ações que atendam às necessidades dessa população. Portanto, os avanços nas práticas assistencialistas, ou melhor na mudança dessas práticas, de preconceitos e exclusão vivenciadas por pessoas em situação de rua, ainda são poucos diante de todas as dimensões que envolve essa população, considerando seu caráter biopsicossocial.

[...] motivados pela cultura do preconceito e da exclusão de pessoas nessa situação, pode-se observar as seguintes barreiras: a burocratização do serviço e o preconceito por parte de alguns profissionais motivados pela aparência dos usuários (falta de roupas e higiene adequada), a ausência de documentos de identificação e endereço fixo, e/ou pela frequente condição de uso abusivo ou excessivo de álcool, crack e outras drogas (VIANA et al., 2020, p. 3).

Deve-se então, pautar sua atividade na busca pela melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, com o fortalecimento da autonomia, noções de cuidado e de autocuidado contextualizadas e compartilhadas, além de trabalhos que possibilitem o desenvolvimento das potencialidades desses sujeitos. Ações que sejam colocadas em prática para atribuir mais importância nas dimensões cultural, social, econômica e política que repercutem na realidade dos usuários assistidos por um serviço. Portanto, as ações devem ser pautadas para responder as necessidades e considerar as experiências dos usuários, como modo de ressignificar seu papel na sociedade, e possibilitar autonomia e participação em movimentos políticos que tenham como objetivo melhorar sua qualidade de vida. É possível ainda notar em pesquisas e entrevistas realizadas com os próprios psicólogos, a presença de dificuldades na forma de atuação que é demandada deles. Como é dito por Macêdo, Pessoa e Alberto (2015, p. 921), apontam dificuldades de se atuar em espaços públicos, na realização de visitas domiciliares, nas intervenções durante aulas e cursos, entre outros, ou seja, na atuação fora do modelo tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das questões expostas, é possível produzir questionamentos sobre o desenvolvimento de Políticas Públicas que atendam às necessidades, questões e demandas das pessoas em situação de rua. Ao considerar o olhar, ou a falta de olhar para essas pessoas, é preciso reconhecer a exclusão produzida por essa invisibilidade. Constituída, no geral, por pessoas em dimensões de extrema pobreza, pretas, sem vínculos familiares e com possíveis envolvimento com álcool, drogas, violência, etc. Nesse contexto, pertencem a uma ampla classificação de pessoas que são excluídas, negligenciadas e invisibilizadas pela sociedade.

Cabe-nos assumir o compromisso no que tange ao fazer da psicologia, assim como de outras profissões, numa perspectiva multiprofissional possibilitar essa população subsídios para garantia de direitos e qualidade de vida. Considerando ainda, que o psicólogo deve favorecer à essas pessoas condições para se tornarem sujeitos, e não assujeitados à sua realidade. Assim como o trabalho do psicólogo deve ser ampliado, com foco para o acesso de todos as Políticas Públicas, faz-se ainda necessário que o Estado, enquanto órgão mantenedor dessas políticas, ofereça os serviços disponíveis e possibilite a sua atuação efetiva como meio de promover o rompimento de práticas exclusórias, violentas e higienistas, para que assim as PSR, possam sentir-se parte da sociedade e serem respeitados enquanto sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ALÍPIO, M. P. P. et al. População em situação de rua e questão social: reflexões sobre a invisibilidade, políticas públicas e planejamento social. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, MDS, 2008.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Política Nacional de Assistência Social: versão oficial. Conselho Nacional de Assistência Social, 2004.
- BRASIL. Política nacional para inclusão social da população em situação de rua. Brasília: Governo Federal, 2008.
- COIMBRA, C. M. B. Psicologia, direitos humanos e neoliberalismo. Revista Psicologia Política, v. 1, n. 1, p. 139-148, 2001.
- DA SILVA, S. A. População em situação de rua no Rio de Janeiro: novos tempos, velhos métodos. Revista Psicologia Política, v. 13, n. 27, p. 337-350, 2013.
- LOURAU, R. René Lourau na UERJ – Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. Rio de Janeiro: Eduerj, 1993.
- MACÊDO, O. Jr.; PESSOA, M. C. B.; ALBERTO, M. de F. P.. Atuação dos profissionais de psicologia junto à infância e à adolescência nas políticas públicas de assistência social. Psicologia: Ciência e profissão, v. 35, n. 3, p. 916-931, 2015.
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. de C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto & contexto enfermagem, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.
- MICHEL, M. H. Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 2005.
- NATALINO, M. A. C. Estimativa da população em situação de rua no Brasil. Texto para Discussão, 2016.
- RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 36 Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TIENGO, V. M. O Fenômeno População em Situação de Rua Enquanto Fruto do Capitalismo/The Phenomenon Population in Street Situation as a Fruit of Capitalism. Textos & Contextos (Porto Alegre), 17(1), 138 – 150, 2018. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2018.1.29403>
- VIANA, L. S. et al. Política de redução de danos e o cuidado à pessoa em situação de rua. SMAD - Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português), v. 16, n. 2, p. 57-65, 2020.
- VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos superiores (P. Bezerra, Trad.). São Paulo, SP: WMF Martins Fontes. (Original publicado em 1934), 2007.